

# Relatório Ambiental



PROGRAMA  
COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA  
ESPAÑA - PORTUGAL  
COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRICA  
2014-2020

Unión Europea  
FEDER



Invertimos en su futuro

## **Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2014-2020**

## Índice

<b>0. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
0.1. Requisitos Normativos.....	1
0.2. Procedimento definido para avaliar a Pertinência da avaliação ambiental estratégica.....	2
0.3. Conteúdo do Relatório .....	4
<b>1. ESBOÇO DO PROGRAMA OPERACIONAL DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA-PORTUGAL 2014-2020.....</b>	<b>5</b>
1.1. Descrição geral do âmbito de aplicação do Programa .....	6
1.2. Objetivos Principais do POCTEP 2014-2020 .....	37
1.2.1. <i>Eixo 1: Crescimento inteligente através de uma cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação.....</i>	<i>39</i>
1.2.2. <i>Eixo 2: Crescimento inclusivo através de uma cooperação transfronteiriça para a competitividade empresarial .....</i>	<i>41</i>
1.2.3. <i>Eixo 3: Crescimento sustentável através de uma cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhoria da gestão dos recursos naturais.....</i>	<i>43</i>
1.2.4. <i>Eixo 4: Melhorar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça.....</i>	<i>48</i>
1.3. Relação com outros Planos e Programas relacionados.....	50
1.3.1. <i>Coerência externa do POCTEP em relação aos principais instrumentos de financiamento da UE .....</i>	<i>50</i>
1.3.2. <i>Coerência do POCTEP em relação a outras políticas de intervenção nacionais e regionais que poderiam levar a uma alteração significativa do ambiente ou limitar o uso da terra .....</i>	<i>58</i>
<b>2. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO ÂMBITO TERRITORIAL DE APLICAÇÃO.....</b>	<b>63</b>
2.1. Características ambientais das zonas que podem ser afetadas de forma significativa .....	63
2.1.1. <i>Orografia .....</i>	<i>63</i>
2.1.2. <i>Climatologia.....</i>	<i>65</i>
2.1.3. <i>Recursos Naturais.....</i>	<i>67</i>
2.1.4. <i>Património Natural.....</i>	<i>76</i>
2.1.5. <i>Biodiversidade .....</i>	<i>87</i>
2.1.6. <i>Riscos Naturais .....</i>	<i>90</i>
2.1.7. <i>Catástrofes tecnológicas.....</i>	<i>100</i>
2.1.8. <i>Tratamento e gestão dos resíduos .....</i>	<i>101</i>

2.2.	Consideração específica das alterações climáticas .....	104
2.2.1.	<i>As emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) em Portugal .....</i>	<i>107</i>
2.2.2.	<i>As emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) em Espanha .....</i>	<i>108</i>
2.2.3.	<i>Influência da dependência energética.....</i>	<i>109</i>
<b>3.</b>	<b>SELEÇÃO DE ALTERNATIVAS E CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS AMBIENTAIS .....</b>	<b>113</b>
3.1.	Metodologia proposta e limitações.....	113
3.2.	Proposta de alternativas e justificação da seleção de alternativas.....	115
3.2.1.	<i>Alternativa 0: não realização do Programa.....</i>	<i>115</i>
3.2.2.	<i>Alternativa 1: alternativa de continuidade.....</i>	<i>116</i>
3.2.3.	<i>Alternativa 2: alternativa selecionada.....</i>	<i>117</i>
3.3.	Cumprimento dos objetivos ambientais .....	121
<b>4.</b>	<b>ANÁLISE DOS POSSÍVEIS EFEITOS NO AMBIENTE E SUA PREVENÇÃO E REDUÇÃO .....</b>	<b>127</b>
4.1.	Efeitos Ambientais Esperados de Caráter Geral.....	127
4.2.	Efeitos ambientais Esperados de Caráter Individual por Eixos Prioritários .....	129
4.2.1.	<i>Efeitos específicos do Eixo 1.....</i>	<i>129</i>
4.2.2.	<i>Efeitos específicos do Eixo 2.....</i>	<i>132</i>
4.2.3.	<i>Efeitos específicos do Eixo 3.....</i>	<i>134</i>
4.2.4.	<i>Efeitos específicos do Eixo 4.....</i>	<i>137</i>
4.3.	Análise das ações com potenciais efeitos negativos.....	139
4.4.	Avaliação Final da Geração de Efeitos Significativos no Ambiente.....	140
4.5.	Medidas de Correção Previstas .....	141
<b>5.</b>	<b>MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL DO PROGRAMA .....</b>	<b>143</b>
5.1.	Integração da monitorização ambiental no sistema de monitorização e avaliação do Programa .....	143
5.2.	Determinação dos Indicadores Ambientais .....	145
<b>6.</b>	<b>RESUMO NÃO TÉCNICO.....</b>	<b>150</b>
<b>7.</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>158</b>
7.1.	Anexo I: Disposições Regulamentares de Cumprimento Obrigatório.....	158
7.2.	Anexo II: Referências bibliográficas e fontes consultadas .....	159

## 0. INTRODUÇÃO

A avaliação ambiental estratégica é realizada sob a direção da Autoridade de Gestão do Programa (Dirección General de Fondos Comunitarios del Ministerio de Hacienda y Administraciones Públicas), com base no quadro regulamentar europeu (Directiva 2001/42/CE) e da sua transposição ao nível nacional em Espanha e Portugal.

Para o efeito, o presente relatório reúne as informações necessárias para determinar em que medida o Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2014-2020 poderia ter efeitos significativos no ambiente. Mais especificamente, inclui uma análise detalhada do contexto ambiental da raia fronteiriça, e uma análise do próprio Programa que permita auto-delimitar tanto a coerência com a política ambiental da UE, bem como o impacto ambiental esperado do Programa.

### 0.1. REQUISITOS NORMATIVOS

*O Regulamento (UE) nº 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao FEDER, FSE, Fundo de Coesão, FEADER e FEAMP para o período 2014-2020 determina no seu artigo 55.4 que a Avaliação Ex-ante deve incluir, quando aplicável, os requisitos para a Avaliação Ambiental Estratégica.*

Estes requisitos estabelecidos na Directiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente (Directiva AAE), centram-se na obrigação de os Estados Membros avaliarem os efeitos de determinados planos e programas no ambiente. Assim, a **Avaliação Ambiental** configura-se como uma ferramenta-chave de prevenção de processos de planeamento e programação incorporem o princípio horizontal do ambiente.

*O objetivo da Directiva AAE é "estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos de programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável".*

Não obstante, o Anexo I do "Documento orientador sobre a Avaliação Ex-ante. Seguimento e Avaliação da Política Europeia de Coesão", estabelece que caso os Programas não estejam cobertos pelo Artigo 3(2) da Diretiva 2001/42/CE, as autoridades ambientais dos Estados Membros devem verificar a possível existência de efeitos significativos no ambiente. Por princípio, a maioria dos programas co-financiados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão exigem Avaliação Ambiental Estratégica. Por outro lado, é provável que, em princípio, a Avaliação Ambiental Estratégica no seja necessária para Programas co-financiados pelo FSE ou Programas de Cooperação Territorial Europeia.

Neste contexto, tomando-se como referência a Directiva 2001/42/CEE e tendo em conta as especificidades que a sua transposição para as áreas legislativas nacionais de Espanha e Portugal implicou, foi adotado o processo correspondente para submeter à consideração das autoridades ambientais a necessidade de realizar uma Avaliação Ambiental Estratégica do PO de Cooperação Transfronteiriça do POCTEP 2014-2020.

A este respeito, de acordo com o “Documento orientador sobre a Avaliação *Ex-ante*. Seguimento e Avaliação da Política Europeia de Coesão”, realizou-se um procedimento ambiental conjunto para os dois países envolvidos no Programa.

Assim, o processo de avaliação seguido cumpre com o *Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, modificado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que transpõe a Directiva 2001/42/CE para o quadro regulamentar português e a Lei 21/2013 de Avaliação Ambiental que unifica o direito comunitário em torno de procedimentos de avaliação ambiental previstos na Directiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, no caso espanhol.*

## 0.2. PROCEDIMENTO DEFINIDO PARA AVALIAR A PERTINÊNCIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O processo estabelecido partiu da consulta conduzida pela Autoridade de Gestão ao órgão ambiental competente (neste caso, aos órgãos ambientais competentes correspondentes às Autoridades Públicas que em cada um dos países irão realizar a análise técnica dos processos e, se necessário, prosseguir com a realização de declarações estratégicas e natureza ambiental), para determinar a possibilidade de iniciar um processo para avaliar a relevância de realizar uma Avaliação Ambiental Estratégica e, quando apropriado, os passos que esta deveria abordar.

De tal processo de consulta resulta a necessidade efetiva de prosseguir com a preparação de um Relatório Preliminar ou Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, no qual se disponibilize às Autoridades Ambientais a informação necessária para a aprovação de uma resolução.

Tal procedimento foi estruturado em duas fases:

### + **FASE 1: Elaboração e envio do Relatório Preliminar à Autoridade Ambiental.**

No quadro do Grupo de Trabalho POCTEP 2014-2020 acordou-se sobre o início de uma análise do Programa Operacional numa perspectiva do seu impacte ambiental, contando para tal com o apoio da empresa consultora contratada para a elaboração da Avaliação *Ex-ante* e da Avaliação Ambiental Estratégica do PO (*Regio Plus Consulting*).

Para esta análise, foi enviado um relatório preliminar a 24 de fevereiro, cujo objetivo foi dar resposta aos requisitos regulamentares estabelecidos pela Diretiva 2001/42/CE e às particularidades da sua transposição para a legislação nacional, e que fornece a informação necessária e suficiente para a adoção de uma resolução por parte da Autoridade Ambiental relativamente à necessidade de realizar uma Avaliação Ambiental Estratégica do PO de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2014-2020.

#### **+ FASE 2: Aprovação de uma resolução por parte das Autoridades Ambientais.**

A Autoridade Ambiental de Espanha, Estado onde reside a Autoridade de Gestão do Programa, estudou o documento ambiental preliminar para determinar se o Programa Operacional poderia ter efeitos significativos no ambiente, de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo II da *Diretiva 2001/42/CEE*.

A decisão adoptada foi no sentido de iniciar o procedimento da Avaliação Ambiental Estratégica do POCTEP 2014-2020, com data de 31 de março de 2014.

A 7 de abril de 2014 a Autoridade Ambiental de Espanha submeteu o documento a uma primeira consulta pública às Administrações Públicas envolvidas e ao público, dando um prazo de resposta de 45 dias úteis para a determinação do âmbito do “Estudio Ambiental Estratégico” (Relatório Ambiental, em Portugal).

A 4 de julho de 2014 foi publicado o “Documento de Alcance” (Relatório de Definição de Âmbito, em Portugal), elaborado pela autoridade ambiental, que estabelece a existência de efeitos significativos sobre o ambiente e, neste caso, o conteúdo, o nível de detalhe, os critérios ambientais estratégicos, os indicadores dos objetivos ambientais e o alcance das consultas que devem integrar o denominado “Estudio Ambiental Estratégico” em Espanha ou “Relatório Ambiental” em Portugal.

Também, em 2 de julho de 2014, de acordo com o artigo 7 da Diretiva 2001/42/CE, através do Ministerio de Asuntos Exteriores y d Cooperación de Espanha, foram enviadas para Portugal as consultas transfronteiriças do Estado em cujo território está a ser preparado o plano.

Este “Estudio Ambiental Estratégico” ou “Relatório Ambiental”, juntamente com o Borrador del POCTEP 2014-2020 ou "Versão Preliminar do POCTEP 2014-2020" estarão sujeitos a um processo de consulta pública em Espanha e Portugal, que será liderada pela Dirección General de Fondos Comunitarios, como Autoridade de Gestão do Programa. Consequentemente, serão recebidos pareceres, de ambos os países, aos dois documentos.

Finalizado o processo de informação pública, o Organismo Competente elabora o presente documento que contém o resultado da consulta pública realizada e um resumo com a descrição da integração final dos aspetos ambientais no PO, do Relatório Ambiental e da adequação ao Relatório de Definição de Âmbito. Este documento será apresentado com a proposta final do PO e Relatório Ambiental ao Órgão Ambiental, tal como estabelecido no artigo 24 da Lei 21/2013 (quadro legislativo de Espanha).

Como conclusão do processo de Avaliação Ambiental Estratégica, e seguindo as indicações do artigo 24, o Órgão Ambiental irá realizar a análise técnica do processo e uma análise dos impactos significativos do Programa no ambiente. Depois de finalizada a análise técnica, formulará a Declaração Ambiental, de natureza obrigatória, determinante e com uma exposição dos factos que resuma os principais passos do procedimento, incluindo os resultados da consulta pública, das consultas transfronteiriças, assim como das medidas ou termos finais que devem ser incorporados no programa finalmente aprovado.

A declaração ambiental será encaminhada para publicação no prazo de quinze dias úteis no Boletín Oficial del Estado, no caso de Espanha, sem prejuízo de ser publicada em sede electrónica do órgão ambiental.

Por sua vez, em Portugal, será publicado o conjunto de pareceres recebidos, tanto ao PO como ao "Relatório Ambiental", assim como a resposta a estes.

### 0.3. CONTEÚDO DO RELATÓRIO

A presente **Avaliação Ambiental Estratégica** compreende o conteúdo, alcance e nível de detalhe determinado pelo "*Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020*", elaborado pela *Dirección General de Calidad y Evaluación Ambiental y Medio Natural del Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente*. Especificamente, nos termos do ponto 5º do documento citado, desenvolve os seguintes aspetos:

- + Um esboço do Programa.
- + Um diagnóstico ambiental do âmbito de aplicação.
- + Seleção de alternativas e o cumprimento dos objectivos ambientais.
- + A proposta de ações para prevenir e reduzir os efeitos adversos significativos das medidas apresentadas no Programa.
- + A elaboração de um programa de monitorização ambiental para monitorizar o cumprimento e eficácia das medidas tomadas.
- + Um "Resumo não técnico da AAE", ou seja, as informações fornecidas nas seções anteriores.

## 1. ESBOÇO DO PROGRAMA OPERACIONAL DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA-PORTUGAL 2014-2020

Europa 2020 é a estratégia de crescimento da UE para a década atual, com a qual se pretende sair mais forte da crise económica e financeira que afeta o continente. A Estratégia propõe três objetivos que se reforçam mutuamente:

- + *Crescimento inteligente*: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação.
- + *Crescimento sustentável*: promover uma economia que faz um uso mais eficiente dos recursos, isto é, mais ecológica e mais competitiva.
- + *Crescimento inclusivo*: fomentar uma economia com elevados níveis de emprego que assegure a coesão social e territorial.

Estes objetivos representam a direção que devem tomar os vários programas cofinanciados pelos Fundos do Quadro Estratégico Comum (QEC), incluindo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) no âmbito do objetivo de Cooperação Territorial.

Em outras palavras, o POCTEP 2014-2020 pretende abordar a questão conjunta da zona de fronteira voltada para as principais debilidades e definir uma fórmula de intervenção que potencie a consolidação de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo a partir de uma abordagem baseada na cooperação territorial.

O QEC estabelece 11 Objetivos Temáticos que orientam o processo de programação, com a intenção dos Estados-Membros e as regiões, ou neste caso, a área de cooperação, possam determinar as suas prioridades.

Pelo menos 80% de participação do FEDER irá focar-se num máximo de quatro destes Objetivos Temáticos, nos termos do artigo 6º do *Regulamento (UE) nº 1299/2013 que estabelece disposições específicas para o apoio do FEDER ao objetivo de Cooperação Territorial Europeia*.

## 1.1. DESCRIÇÃO GERAL DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO PROGRAMA

O **âmbito territorial**<sup>1</sup> de atuação do PO de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2014-2020 é formado pelas regiões que compõem a Raia Ibérica. A extensão do espaço geográfico transfronteiriço luso-espanhol é de 1.214 km. As unidades básicas territoriais das cinco subregiões cobrem uma área total de 136.640 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 23,5% do espaço ibérico.

O território encontra-se estruturado em cinco subregiões: Galicia-Norte de Portugal; Norte de Portugal - Castilla y León; Centro Portugal - Castilla y León; Alentejo-Centro Portugal-Extremadura; e Alentejo-Algarve-Andalucía.

Especificamente, o Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal consiste em 37 NUTS III pertencentes a ambos os países, garantindo a coerência e a continuidade das zonas estabelecidas no anterior período de programação:

- + Território fronteiriço espanhol: Ourense, Pontevedra, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz, Huelva, A Coruña, Lugo, Ávila, León, Valladolid, Cádiz, Córdoba e Sevilla.
- + Território fronteiriço português: Alto Minho, Cávado, Terras Trás-os-Montes, Douro, Beiras e Serra de Estrela, Beira Baixa, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Algarve, Ave, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Área Metropolitana do Porto, Viseu Dão-Lafões, Região de Coimbra, Médio Tejo, Região de Aveiro, Região de Leiria, Oeste e Alentejo Litoral<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A caracterização territorial que se apresenta neste Relatório é uma síntese do "Documento de Trabajo para la programación 2014-2020: Análisis de la situación económica, social y ambiental de la zona fronteriza de España y Portugal", de abril de 2014. Isso explica que possa conter referências no texto, e em algumas tabelas, mapas e gráficos, à zona adjacente de cooperação do anterior período de programação 2007-2013, embora neste novo período não se faça essa distinção.

<sup>2</sup> A divisão administrativa do território de Portugal foi objeto de uma reorganização, de acordo com o Regulamento (UE) nº 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, que altera os anexos do Regulamento (CE) nº 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho no qual se institui uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS). Assim, dada a organização territorial vigente em 2003 foram realizadas as seguintes alterações.

Na Região Norte:

- NUTS III Ave inclui os municípios de Vila Nova de Famalicão, Guimãraes, Póvoa do Lanhoso, Fafe e Vieira do Minho da NUTS III Ave e os municípios de Cabeceiras de Basto e Mondim de Basto da NUTS III Tâmega.
- NUTS III Alto Tâmega inclui os municípios de Montalegre, Boticas, Chaves, Valpaços e Vila Real da NUTS III Alto Trás-os-Montes e o município de Ribeira de Pena da NUTS III Tâmega.
- NUTS III Área Metropolitana do Porto inclui a NUTS III Grande Porto, a NUTS III Entre Douro e Vouga, os municípios de Trofa e Santo Tirso da NUTS III Ave e o município de Paredes da NUTS III Tâmega.
- NUTS III Douro inclui a NUTS III Douro, com exceção do município de Vila Flor e do município de Murça da NUTS III Alto Trás-os-Montes.
- NUTS III Baixo Tâmega e Sousa corresponde à NUTS III Tâmega com exceção dos municípios de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Ribeira de Pena e Paredes.

Também tendo em conta que o POCTEP 2007-2013 considerou a possibilidade de adotar uma dimensão regional da cooperação transfronteiriça ao nível de NUT II para a Região Centro de Portugal, e o artigo 3.1 do Regulamento (UE) Nº 1299/2013 estabelece que “no que respeita à cooperação transfronteiriça, as regiões a apoiar são as regiões de nível NUTS III da União situadas ao longo de todas as fronteiras terrestres internas e externas [...], sem prejuízo de eventuais ajustamentos necessários para assegurar a coerência e a continuidade das zonas do programa de cooperação estabelecidas para o período de programação de 2007-2013”, (em conformidade com o artigo 21.1 do Regulamento (CE) Nº 1080 /2006), o novo POCTEP 2014-2020 pretende assegurar a continuidade da dinâmica de cooperação nos próximos anos.

---

- NUTS III Terras de Trás-os-Montes inclui os municípios de Vinhais, Bragança, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro e Vimioso da NUTS III Alto Trás-os-Montes e o município de Vila Flor da NUTS III Douro.

Na Região Centro:

- NUTS III Região de Aveiro corresponde à NUTS III Baixo Vouga com exceção do município de Mealhada.

- NUTS III Dão Lafões corresponde à NUTS III Dão Lafões com exceção do município de Mortágua.

- NUTS III Beiras e Serra da Estrela inclui as NUTS III Beira Interior Norte, Serra da Estrela e Cova da Beira.

- NUTS III Região de Coimbra inclui a NUTS III Baixo Mondego, os municípios de Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil, Vila Nova de Poiares, Pampilhosa da Serra, Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Penela da NUTS III Pinhal Interior Norte, o município da Mealhada da NUTS III Baixo Vouga e o município de Mortágua da NUTS III Dão Lafões.

- NUTS III Região de Leiria inclui a NUTS III Pinhal Litoral e os municípios de Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra e Pedrógão Grande da NUTS III Pinhal Interior Norte.

- NUTS III Beira Baixa inclui a NUTS III Beira Interior Sul e os municípios de Oleiros e Proença-a-Nova da NUTS III Pinhal Interior Sul.

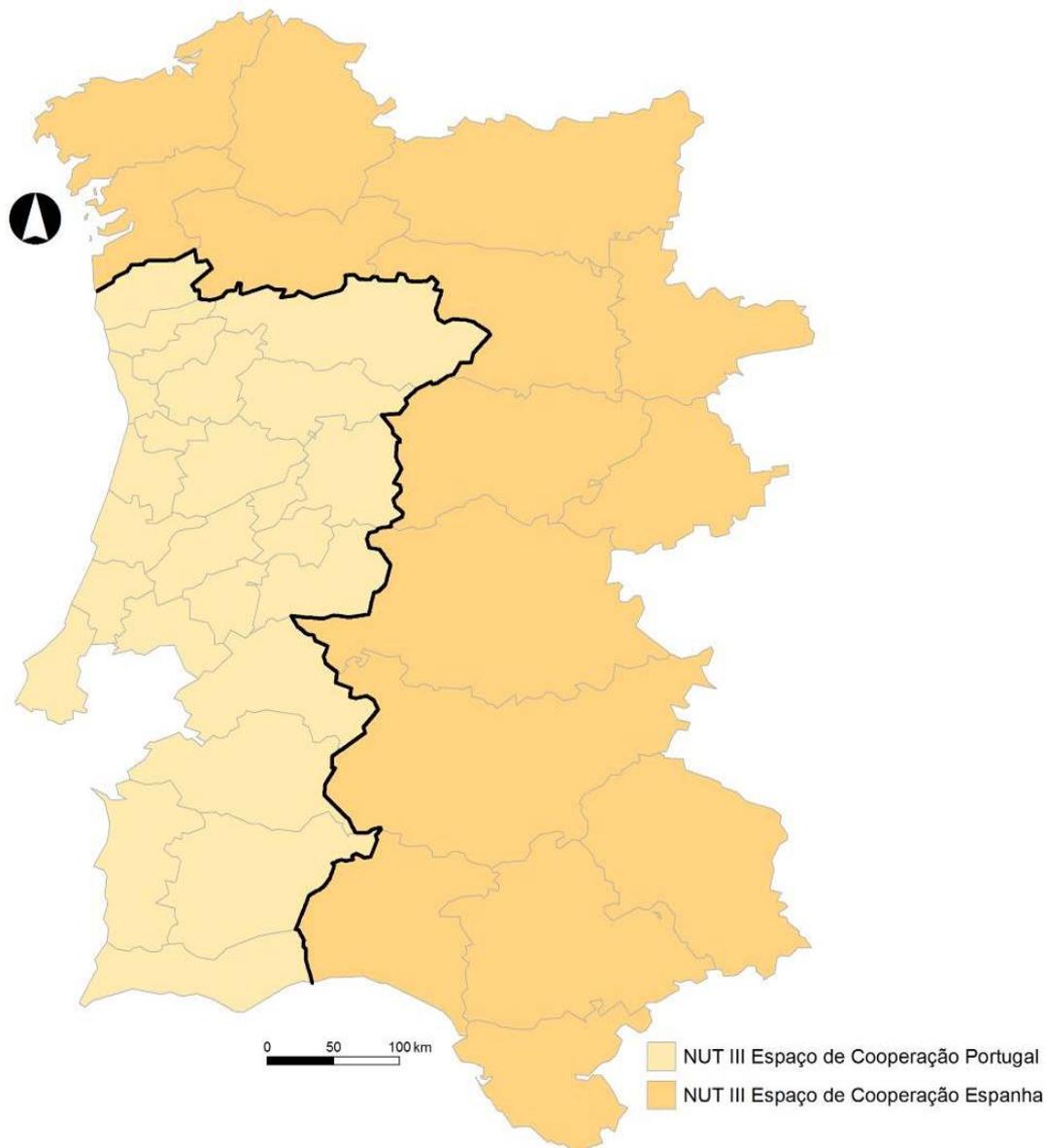
- NUTS III Médio Tejo inclui a NUTS III Médio Tejo e os municípios de Mação, Sertã e Vila de Rei da NUTS III Pinhal Interior Sul

Na Região Alentejo:

- NUTS III Alto Alentejo inclui a NUTS III Alto Alentejo, com exceção do município de Mora, e do município de Sousel da NUTS III Alentejo Central.

- NUTS III Alentejo Central corresponde à NUTS III Alentejo Central excluindo o município de Sousel e incluindo o município de Mora da NUTS III Alto Alentejo.

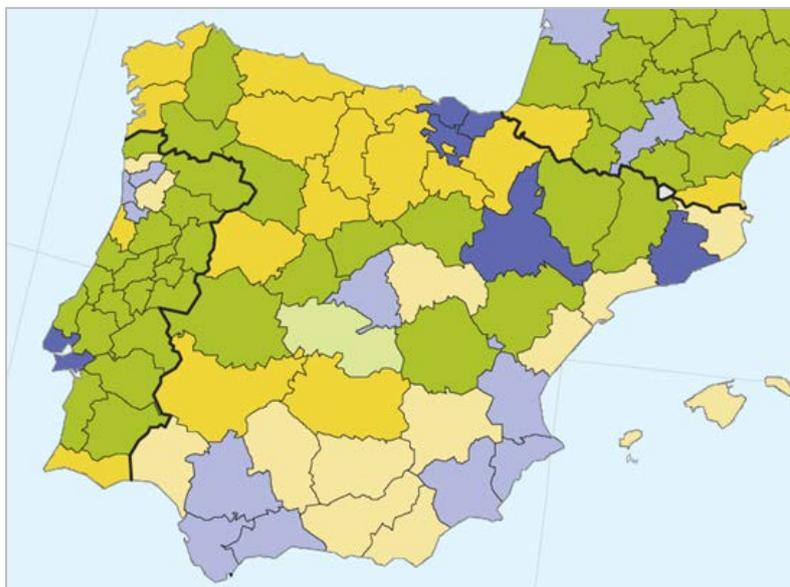
MAPA 1. NUTS III DE BASE E ADJACENTES



Fonte: Elaboração própria.

O Espaço de Cooperação é considerado uma **área predominantemente rural**, já que 59,9% da sua área geográfica se enquadra nessa categoria, com 50,3% da população a viver em cidades com menos de 10.000 habitantes. Na verdade, apenas Pontevedra, Salamanca, Badajoz, Huelva, Cávado e Algarve são consideradas regiões ou áreas intermédias.

MAPA 2. TIPOLOGIA URBANO-RURAL NUTS III



- 1 **Regiões predominantemente urbanas** (a população rural representa menos de 20% da população total)
- 2 **Regiões Intermédias** (a população rural encontra-se entre 20 % e 50 % da população total)
- 3 **Regiões predominantemente rurais** (a população rural representa mais de 50% do total da população)

Fonte: Eurostat Regional Yearbook 2013

Por outro lado, a **rede urbana** pode ser considerada **subdesenvolvida**, verificando-se uma prevalência dos centros urbanos de pequena escala: a menos de 50 Km da fronteira não existe nenhuma cidade portuguesa com mais de 100 mil habitantes, existindo apenas três espanholas (Vigo, Badajoz e Huelva) e, mais longe, Salamanca, mas nenhuma delas ultrapassa os 300 mil habitantes.

Considerando o território adjacente, a percentagem de superfície caracterizada como área predominantemente rural reduz-se significativamente para 47,1% da área total do Espaço Transfronteiriço NUTS III, aumentando a proporção de áreas consideradas intermédias (43,02%), apresentando também territórios classificados como predominantemente urbanos (Sevilha, Cádiz, Ave e Grande Porto).

A caracterização predominantemente urbana ou rural revela-se importante uma vez que estas últimas ao estarem longe de um núcleo urbano significativo têm menos acesso a serviços e oportunidades que se encontram disponíveis nas cidades como, por exemplo, o aumento das oportunidades de emprego, o acesso ao ensino superior, mercado local apropriado e outros serviços. No Espaço Transfronteiriço NUTS III, as áreas de caráter rural e distantes de centros urbanos próximos são tipicamente caracterizadas por menores oportunidades de emprego, níveis mais baixos de educação, menor acesso às tecnologias

de informação e comunicação (TIC), problemas de acessibilidade, entre outros. Isto torna-as zonas desfavoráveis, em que as possibilidades de crescimento e de progresso são significativamente reduzidas.

No entanto, estas áreas predominantemente rurais são muito importantes para o resto do território, pois são uma fonte de abastecimento de produtos agrícolas para os centros urbanos, assegurando a conservação e gestão do património natural de grande importância no Espaço Transfronteiriço.

#### **a) Demografia**

---

A população residente no Espaço de Cooperação situou-se, em 2012, ligeiramente abaixo dos cinco milhões e meio, ou seja, 5.491.228 habitantes. Incluindo o território adjacente o número de população sobe para 14.918.043, representando 2,9% da população da UE27.

Através dos dados demográficos é possível comprovar uma das características próprias dos territórios periféricos e transfronteiriços: a **crescente crise demográfica**, um problema estrutural próprio do Espaço Transfronteiriço e agravado nos últimos anos devido à crise económica que afeta, de modo especial, os países do Sul da Europa. Em suma, tanto a perifericidade, como a crise económica, tornam o **território pouco atrativo e com assimetrias internas nítidas** (faixa Atlântica/interior) em relação à evolução da população.

Por outro lado, constata-se, entre as características que definem a população, que esta apresenta uma **idade média (40,3) superior à média da UE (39,7)**, ou seja, envelhecida, havendo ainda uma tendência para a redução da população na zona mais central da área de cooperação.

A densidade populacional é de 40,1 habitantes por Km<sup>2</sup>, bem longe da média da UE27 (116,6), dos níveis médios de Espanha e Portugal e ainda se encontra abaixo da média das regiões predominantemente rurais em torno da UE27 (48,4 em 2010).

**TABELA 1. DENSIDADE DA POPULAÇÃO POR NUTS III (HAB./KM2)**

Território	2007	2008	2009	2010	2011
Ourense	45,8	45,6	45,4	45,2	44,9
Pontevedra	209,6	210,9	211,8	212,3	212,3
Zamora	18,8	18,7	18,6	18,4	18,3
Salamanca	28,4	28,4	28,3	28,2	28,1
Cáceres	20,9	20,9	20,9	20,9	20,8
Badajoz	31,5	31,7	31,8	31,8	31,9
Huelva	50,1	50,8	51,3	51,7	51,9
Minho-Lima	113,5	113,3	113,0	112,6	110,1
Cávado	329,6	330,8	331,9	332,7	329,2
Alto Trás-os-Montes	26,6	26,4	26,1	25,9	24,9
Douro	51,9	51,4	50,9	50,4	50,0
Beira Interior Norte	27,2	27,0	26,7	26,4	25,6
Beira Interior Sul	19,8	19,6	19,4	19,2	20,0
Alto Alentejo	19,0	18,8	18,6	18,4	18,9
Alentejo Central	23,6	23,4	23,3	23,2	23,1
Baixo Alentejo	15,0	14,9	14,7	14,6	14,8
Algarve	84,9	85,7	86,5	87,2	90,3
<b>Esp de Coop NUTS III</b>	<b>40,1</b>	<b>40,2</b>	<b>40,2</b>	<b>40,2</b>	<b>40,1</b>
A Coruña	141,8	142,3	142,6	142,7	142,7
Lugo	35,4	35,3	35,1	34,8	34,5
Ávila	20,9	21,1	21,1	20,9	20,8
León	31,2	31,2	31,1	31,0	30,9
Valladolid	64,0	64,6	65,0	65,1	65,2
Cádiz	165,6	167,6	169,0	169,9	170,7
Córdoba	57,2	57,4	57,5	57,6	57,7
Sevilla	131,3	132,8	134,1	135,1	135,9
Alentejo Litoral	18,4	18,2	18,1	17,8	18,4
Pinhal Interior Sul	21,7	21,4	21,1	20,7	21,3
Cova da Beira	66,6	66,2	65,8	65,3	63,8
Serra da Estrela	55,4	54,9	54,4	53,9	50,3
Dão-Lafões	83,5	83,5	83,4	83,3	79,3
Tâmega	214,0	214,0	214,0	213,9	210,0
Ave	420,3	420,8	421,2	421,4	410,4
Grande Porto	1.572,4	1.574,5	1.577,7	1.578,2	1.579,9
<b>Territ Adj NUTS III</b>	<b>87,2</b>	<b>87,6</b>	<b>87,9</b>	<b>88,0</b>	<b>87,8</b>
Galícia	93,0	93,3	93,3	93,3	93,1
Castilla y León	26,6	26,7	26,7	26,6	26,5
Extremadura	26,5	26,5	26,6	26,6	26,6
Andalucía	92,3	93,6	94,5	95,1	95,6
Norte de Portugal	175,9	176,0	176,0	175,9	173,2
Centro de Portugal	84,6	84,6	84,5	84,3	82,4
Alentejo	24,2	24,1	23,9	23,8	23,9
Algarve	84,9	85,7	86,5	87,2	90,3
<b>Esp Transf NUTS II</b>	<b>63,7</b>	<b>64,1</b>	<b>64,3</b>	<b>64,4</b>	<b>64,3</b>
<b>Espanha</b>	<b>89,4</b>	<b>90,8</b>	<b>91,5</b>	<b>91,8</b>	<b>92,0</b>
<b>Portugal</b>	<b>115,2</b>	<b>115,3</b>	<b>115,5</b>	<b>115,4</b>	<b>114,5</b>

Fonte: Eurostat

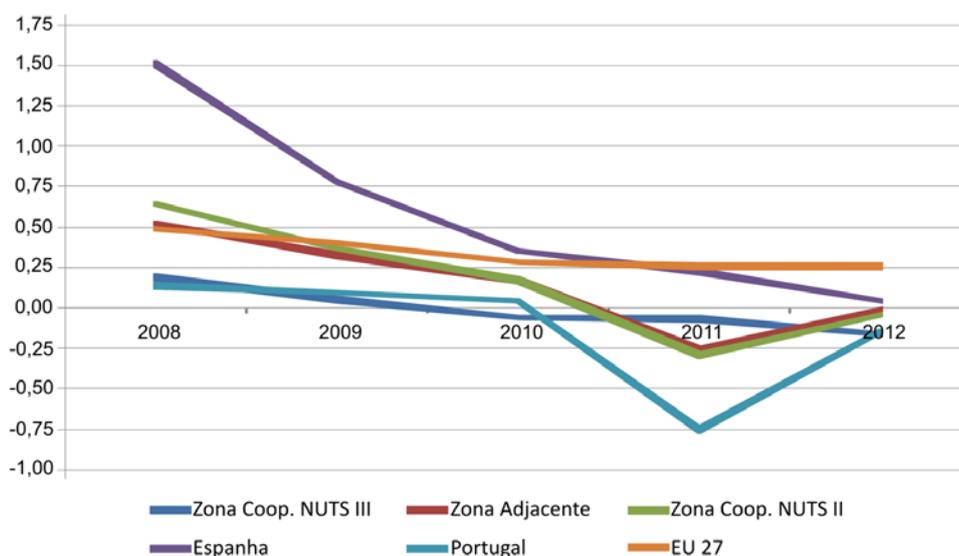
Contudo, a situação varia de forma significativa considerando o território adjacente. Neste caso, a densidade duplica, atingindo um valor de 87,1, devido à existência de NUTS III consideradas "regiões urbano-rurais intermédias" ou "predominantemente urbanas" (como se observa no Mapa 2).

O Espaço de Cooperação apresenta uma grande debilidade a este respeito, uma vez que a baixa densidade populacional, vinculada neste contexto a territórios predominantemente rurais, implica uma insuficiência na oferta e acesso aos serviços assim como um maior custo dos mesmos.

A este respeito, no entanto, importa notar a existência de uma diversidade significativa que tem vindo a aumentar nos últimos anos, com exceção para o ano 2011, como evidenciado pelo crescente desvio padrão. Especificamente, em relação à densidade populacional, há uma clara diferença entre as regiões costeiras, particularmente no norte (com especial referência para Pontevedra e Cávado, com valores acima da média da UE) e as do interior.

Em relação ao crescimento da população no Espaço de Cooperação NUTS III, é de destacar um ligeiro aumento entre 2007 e 2009 (0,19% e 0,05%, respetivamente), que se torna negativa desde então. O território de cooperação adjacente apresenta até 2010 taxas de crescimento superiores às da zona de cooperação. No entanto, em 2011, a queda foi maior, como aconteceu com as regiões do Espaço Transfronteiriço (NUTS II). Ambas as taxas estão, contudo, abaixo da média da UE27.

GRÁFICO 1. TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO



Fonte: Elaboração própria

Esta tendência de redução da população não tem sido generalizada no conjunto do Espaço Transfronteiriço NUTS III, nem apresentou a mesma dimensão ou medida quando ocorreu. Assim, entre 2007 e 2012, ganham população o Algarve e as províncias de Huelva, Pontevedra e Badajoz e, em menor medida, a Beira Interior Sul, enquanto os restantes territórios registaram um declínio. De facto, devem notar-se três situações:

- + Territórios que apresentavam um movimento natural positivo, e que diminuí ano a ano: Pontevedra, Badajoz e Huelva.
- + Territórios que apresentavam um movimento natural positivo em 2008 e que se tornou negativo nos anos seguintes: Salamanca e Cávado.
- + Territórios que apresentavam um movimento natural negativo em 2008, que tem vindo a aumentar ao longo do tempo: Orense, Zamora, Cáceres, Minho Lima, Alto Trás-os-Montes, Douro, Beira Interior Norte e Alentejo Central.

Portanto, constata-se assim que um dos principais problemas do espaço é a **perda de população**, um problema estrutural do Espaço Transfronteiriço no seu conjunto, reflexo da baixa taxa de natalidade e emigração para territórios mais prósperos economicamente.

Note-se também que, devido aos dados apresentados é indicado como regra geral que os territórios situados na faixa atlântica ganharam população, enquanto aqueles localizados na parte mais interior têm vindo a perder população, exceto Badajoz e Valladolid que atuam como vértices de desenvolvimento das suas respetivas regiões. Isso destaca as diferenças de desenvolvimento entre a faixa costeira e a faixa interior e os desequilíbrios de desenvolvimento entre ambas.

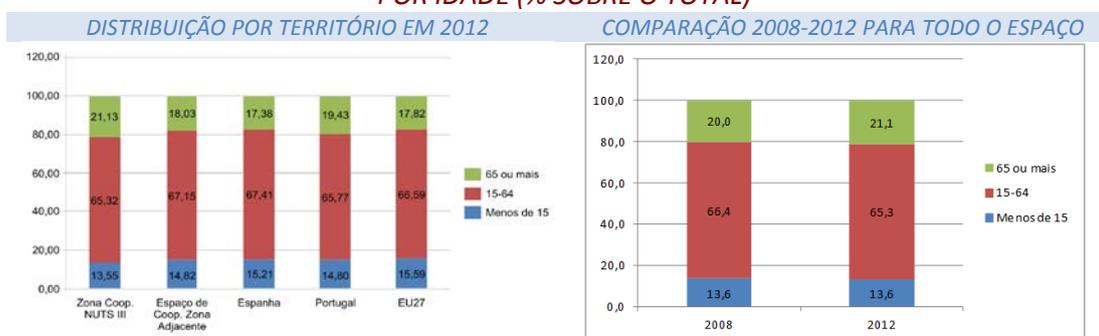
TABELA 2. POPULAÇÃO DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO POR NUTS III E II (MÉDIA ANUAL)

Territórios	2008			2012		
	H	M	T	H	M	T
Ourense	157.810	170.994	328.804	154.211	167.017	321.228
Pontevedra	453.437	485.436	938.873	458.283	488.405	946.688
Zamora	96.373	98.429	194.802	93.484	95.295	188.779
Salamanca	168.994	178.447	347.441	166.223	175.943	342.166
Cáceres	202.172	204.707	406.879	200.604	203.354	403.958
Badajoz	333.159	338.870	672.029	336.435	342.672	679.107
Huelva	246.753	249.512	496.265	252.935	257.055	509.990
Minho-Lima	118.541	133.135	251.676	113.380	129.906	243.286
Cávado	199.295	212.032	411.327	196.406	213.358	409.764
Alto Trás-os-Montes	104.841	111.404	216.245	97.176	105.525	202.701
Douro	102.545	109.625	212.170	97.535	107.008	204.543
Beira Interior Norte	52.486	57.665	110.151	49.101	54.550	103.651
Beira Interior Sul	35.468	38.455	73.923	35.386	39.083	74.469
Alto Alentejo	57.253	60.813	118.066	56.352	61.219	117.571
Alentejo Central	82.900	86.963	169.863	79.951	86.432	166.383
Baixo Alentejo	63.162	64.419	127.581	61.574	64.377	125.951
Algarve	213.457	212.929	426.386	219.614	231.379	450.993
<b>Esp Coop. NUTS 3</b>	<b>2.688.646</b>	<b>2.813.835</b>	<b>5.502.481</b>	<b>2.668.650</b>	<b>2.822.578</b>	<b>5.491.228</b>
A Coruña	537.410	582.648	1.120.058	539.338	584.386	1.123.724
Lugo	168.319	179.024	347.343	162.389	174.877	337.266
Ávila	84.616	83.857	168.473	83.507	82.795	166.302
León	235.698	248.384	484.082	232.178	245.212	477.390
Valladolid	254.115	264.827	518.942	257.493	269.275	526.768
Cádiz	593.972	604.762	1.198.734	608.918	621.008	1.229.926
Córdoba	384.694	398.492	783.186	387.062	401.134	788.196
Sevilla	898.038	931.228	1.829.266	925.710	961.756	1.887.466
Alentejo Litoral	48.083	48.086	96.169	48.432	49.265	97.697
Pinhal Interior Sul	19.794	21.280	41.074	19.102	21.206	40.308
Cova da Beira	44.085	47.265	91.350	41.740	45.622	87.362
Serra da Estrela	22.844	25.060	47.904	20.432	22.959	43.391
Dão-Lafões	140.358	151.158	291.516	130.731	145.292	276.023
Tâmega	276.182	284.490	560.672	267.082	282.344	549.426
Ave	256.222	267.835	524.057	246.096	264.507	510.603
Grande Porto	613.234	668.190	1.281.424	608.734	676.233	1.284.967
<b>Territ. Adj. NUTS 3</b>	<b>4.577.664</b>	<b>4.806.586</b>	<b>9.384.250</b>	<b>4.578.944</b>	<b>4.847.871</b>	<b>9.426.815</b>
Galícia	1.316.976	1.418.102	2.735.078	1.314.221	1.414.685	2.728.906
Castilla y León	1.235.990	1.265.870	2.501.860	1.222.659	1.256.667	2.479.326
Extremadura	535.331	543.577	1.078.908	537.039	546.026	1.083.065
Andalucía	3.985.154	4.060.977	8.046.131	4.097.915	4.188.467	8.286.382
Norte de Portugal	1.811.621	1.933.615	3.745.236	1.758.614	1.920.802	3.679.416
Centro de Portugal	1.153.368	1.232.543	2.385.911	1.106.000	1.213.530	2.319.530
Alentejo	373.308	387.625	760.933	365.161	389.336	754.497
Algarve	213.457	212.929	426.386	219.614	231.379	450.993
<b>Esp. Transf. NUTS II</b>	<b>10.625.205</b>	<b>11.055.238</b>	<b>21.680.443</b>	<b>10.621.223</b>	<b>11.160.892</b>	<b>21.782.115</b>

Fonte: Eurostat

A distribuição da população grupos etários no Espaço de Cooperação NUTS III mostra que a população com menos de 15 anos de idade representava apenas 13,55% do total, em comparação com 15,59% da média da UE27. Da mesma forma tal ocorre com a percentagem da população entre os 15 e 64 anos e ao contrário do que acontece com a proporção da população acima de 65 anos, que está acima tanto da média da UE27 como de Espanha e Portugal. A este respeito, o território de cooperação adjacente, mais uma vez, ainda que tenha apresentado números abaixo da média da UE27, encontra-se melhor colocado do que o Espaço Transfronteiriço NUTS III.

### GRÁFICO 2. POPULAÇÃO DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NUTS III POR IDADE (% SOBRE O TOTAL)



Fonte: Eurostat

A evolução temporal do conjunto do Espaço de Cooperação NUTS III não fornece uma perspetiva positiva. A população com 65 anos ou mais tem ganho peso nestes quatro anos, com um crescimento de 2,96% em relação a 2008. Isso foi compensado por uma redução na percentagem da população entre 15 e 64 anos e menores de 15 anos. Consequentemente, assiste-se a um **envelhecimento gradual da população** do Espaço Transfronteiriço, o que se tornou um dos principais desafios a enfrentar. A sua taxa de envelhecimento<sup>3</sup> situa-se longe de 1 (1,56), situação de equilíbrio, e acima da média da UE27 (1,14) e de Espanha (1,14) e Portugal (1,31). Considerando o território adjacente, a situação melhorou um pouco, mas sempre abaixo da média da UE27. Além disso, a tendência temporal indica que este desafio é provável que não melhore no futuro próximo.

<sup>3</sup> Relação entre a percentagem da população de 65 anos ou mais na percentagem da população com menos de 15 anos. O valor de 1 indica um equilíbrio entre os dois grupos de idade, mas se for superior a 1 significa que há uma sobre-representação da população idosa e menos do que 1 na população jovem.

TABELA 3. POPULAÇÃO POR IDADE (% SOBRE O TOTAL)

Território	Menos de 15		15-64		65 ou mais	
	2008	2012	2008	2012	2008	2012
Ourense	9,5	9,5	62,4	62,0	28,1	28,4
Pontevedra	13,1	13,2	68,2	67,4	18,7	19,3
Zamora	10,1	10,1	62,1	61,9	27,8	28,0
Salamanca	11,8	12,0	64,6	64,1	23,5	23,9
Cáceres	13,5	13,3	65,9	66,0	20,6	20,7
Badajoz	15,2	15,1	67,0	66,9	17,8	17,9
Huelva	16,1	16,3	68,9	68,6	14,9	15,2
Minho-Lima	13,3	13,1	64,6	63,4	22,1	23,5
Cávado	16,7	16,2	69,5	69,2	13,7	14,7
Alto Trás-os-Montes	11,2	11,0	62,8	60,7	26,0	28,3
Douro	13,3	13,0	65,0	63,5	21,7	23,5
Beira Interior Norte	11,7	11,4	61,2	59,7	27,1	28,9
Beira Interior Sul	11,5	11,5	60,3	59,5	28,2	29,0
Alto Alentejo	12,6	12,7	60,8	59,9	26,6	27,5
Alentejo Central	13,2	13,2	62,7	62,1	24,1	24,6
Baixo Alentejo	13,2	13,3	62,5	61,4	24,3	25,2
Algarve	14,9	14,9	65,9	65,3	19,2	19,8
Esp. Coop. NUTS III	<b>13,6</b>	<b>13,6</b>	<b>65,9</b>	<b>65,3</b>	<b>20,5</b>	<b>21,1</b>
A Coruña	11,6	11,9	67,3	66,4	21,1	21,7
Lugo	9,4	9,6	63,2	62,9	27,3	27,6
Ávila	11,9	12,1	63,8	63,7	24,3	24,2
León	10,7	10,9	64,7	64,4	24,5	24,7
Valladolid	12,6	13,1	68,6	67,5	18,8	19,4
Cádiz	16,9	17,1	69,5	68,8	13,6	14,1
Córdoba	16,0	16,0	66,9	66,7	17,2	17,3
Sevilla	16,8	17,2	68,7	68,0	14,5	14,8
Alentejo Litoral	12,5	12,7	63,6	63,0	23,9	24,2
Pinhal Interior Sul	10,3	10,1	57,5	55,9	32,2	33,9
Cova da Beira	12,2	11,9	64,0	62,5	23,8	25,6
Serra da Estrela	11,0	10,8	62,6	59,9	26,4	29,3
Dão-Lafões	13,9	13,6	64,2	62,7	22,0	23,7
Tâmega	17,6	16,9	69,0	68,8	13,4	14,3
Ave	15,8	15,2	70,2	69,6	14,0	15,1
Grande Porto	15,2	14,8	68,8	68,1	16,0	17,1
Territ. Adj. NUTS III	<b>14,8</b>	<b>14,8</b>	<b>67,8</b>	<b>67,1</b>	<b>17,5</b>	<b>18,0</b>
Espanha	<b>14,9</b>	<b>15,2</b>	<b>68,1</b>	<b>67,4</b>	<b>17,0</b>	<b>17,4</b>
Portugal	<b>15,0</b>	<b>14,8</b>	<b>66,6</b>	<b>65,8</b>	<b>18,4</b>	<b>19,4</b>
UE27	<b>15,6</b>	<b>15,6</b>	<b>66,9</b>	<b>66,6</b>	<b>17,4</b>	<b>17,8</b>

Fonte: Eurostat

Apesar de uma certa homogeneidade em todo o Espaço Transfronteiriço sobre esta questão são apresentadas algumas diferenças em relação a Pontevedra, Badajoz, Huelva, Cávado e Algarve, cujas taxas de envelhecimento são inferiores a 1,5, coincidindo com as áreas menos rurais e mais desenvolvidas. Na verdade, o envelhecimento é um processo demográfico muito associado às áreas predominantemente rurais, onde os jovens se deslocam para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades. O

envelhecimento progressivo da população implica grandes desafios para garantir a **cobertura das necessidades de uma população cada vez mais envelhecida**, tanto na prestação de serviços sociais como nos cuidados para a mesma.

**TABELA 4. TAXA DE ENVELHECIMENTO (% DE POPULAÇÃO COM MAIS DE 65 ANOS SOBRE A % DE POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS)**

Territórios	2008	2012	Taxa de Variação
Ourense	2,9	3,0	1,0%
Pontevedra	1,4	1,5	2,2%
Zamora	2,7	2,8	1,2%
Salamanca	2,0	2,0	0,4%
Cáceres	1,5	1,6	1,6%
Badajoz	1,2	1,2	1,0%
Huelva	0,9	0,9	0,7%
Minho-Lima	1,7	1,8	7,8%
Cávado	0,8	0,9	11,0%
Alto Trás-os-Montes	2,3	2,6	10,7%
Douro	1,6	1,8	10,3%
Beira Interior Norte	2,3	2,5	9,5%
Beira Interior Sul	2,5	2,5	2,9%
Alto Alentejo	2,1	2,2	2,6%
Alentejo Central	1,8	1,9	2,6%
Baixo Alentejo	1,8	1,9	2,9%
Algarve	1,3	1,3	3,5%
<b>Esp. Coop. NUTS III</b>	<b>1,5</b>	<b>1,6</b>	<b>3,2%</b>
A Coruña	1,8	1,8	0,0%
Lugo	2,9	2,9	-0,5%
Ávila	2,0	2,0	-1,9%
León	2,3	2,3	-1,0%
Valladolid	1,5	1,5	0,1%
Cádiz	0,8	0,8	2,3%
Córdoba	1,1	1,1	0,9%
Sevilla	0,9	0,9	0,1%
Alentejo Litoral	1,9	1,9	-0,4%
Pinhal Interior Sul	3,1	3,3	7,2%
Cova da Beira	2,0	2,1	9,4%
Serra da Estrela	2,4	2,7	12,5%
Dão-Lafões	1,6	1,7	9,9%
Tâmega	0,8	0,8	11,0%
Ave	0,9	1,0	11,6%
Grande Porto	1,1	1,2	9,2%
<b>Terr. Adj. NUTS III</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>2,9%</b>
<b>Espanha</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>-0,1%</b>
<b>Portugal</b>	<b>1,2</b>	<b>1,3</b>	<b>7,0%</b>
<b>UE27</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>2,7%</b>

Fonte: Eurostat

## b) Acessibilidade territorial

O espaço tem sido caracterizado por isolamento, com **baixos níveis de acessibilidade por rodovia e ferrovia**, tanto em relação ao resto do território dos Estados Membros, como em termos transfronteiriços, aspeto que condiciona, em grande medida, a sua competitividade no contexto da UE. No entanto, a evolução dos últimos anos tem sido claramente positiva neste sentido: mais da metade das áreas de cooperação têm visto o seu carácter periférico consideravelmente reduzido neste período.

A importância da qualidade das infraestruturas de transporte que ligam Espanha e Portugal é evidente considerando a quota atual de transporte de mercadorias entre estes dois países, que é de cerca de 4% do total de toneladas por km. Este ponto de partida torna este domínio num dos principais alvos da colaboração, a fim de melhorar as ligações por estrada, ferrovia e aéreas.

### ESQUEMA 1. SITUAÇÃO ATUAL DA LIGAÇÃO E ACESSIBILIDADE NAS REGIÕES DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO



Fonte: Elaboração própria.

Para tal, a infraestrutura de transporte mais utilizada na ligação entre Espanha e Portugal é a **estrada**.

Em relação à acessibilidade por estrada ao longo da fronteira pode-se indicar que:

- + Existem oito pontos de passagem por via rápida
- + Existem várias ligações por autoestrada: Valença-Tui; Caia-Badajoz, V.R. Sto. António e Ayamonte e Verín-Chaves.
- + Galicia-Norte de Portugal apresenta melhor disponibilidade de autoestradas.

- ✦ Castilla y León-Centro de Portugal têm um ponto de união por estrada nacional (Vilar Formoso-Fuentes de Onoro).

O Mapa 3 mostra, no Espaço de Cooperação Transfronteiriça, em 2011, as autoestradas definidas a vermelho, estradas de ligação nacional ou internacional a castanho e a rede das estradas principais na Península Ibérica em linhas cinzentas. Registam-se poucas alterações desde então.

### MAPA 3. INFRAESTRUTURAS DE LIGAÇÃO POR ESTRADA ENTRE ESPANHA E PORTUGAL



Fonte: Observatório transfronteiriço Espanha-Portugal (documento nº 6 de novembro 2011)

No contexto ibérico, a articulação entre as redes ferroviárias portuguesas e espanholas ainda é deficitária em grandes áreas de fronteira:

- + Existem três pontos de passagem da rede ferroviária ao longo da fronteira terrestre na Raia Ibérica (Tui-Valença do Minho, Fuentes de Oñoro-Vilar Formoso e Badajoz-Elvas apenas para mercadorias).
- + Castilla y Leon-Norte de Portugal é a única área onde não existem ligações ferroviárias ativas (existe uma série de ramais desativados nas NUT III Alto Trás-os-Montes).
- + Aumentar pequenos troços de ligação (por exemplo, Bragança-Zamora e Algarve Andalucía.) aumentaria significativamente a acessibilidade em algumas áreas da Raia Ibérica e a modernização das já existentes.

O Mapa 4 mostra o plano das infraestruturas ferroviárias em Espanha e Portugal.

**MAPA 4. PLANO DE INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS  
ESPAÑHOLAS PARA 2020 E PORTUGUESAS PARA 2015**



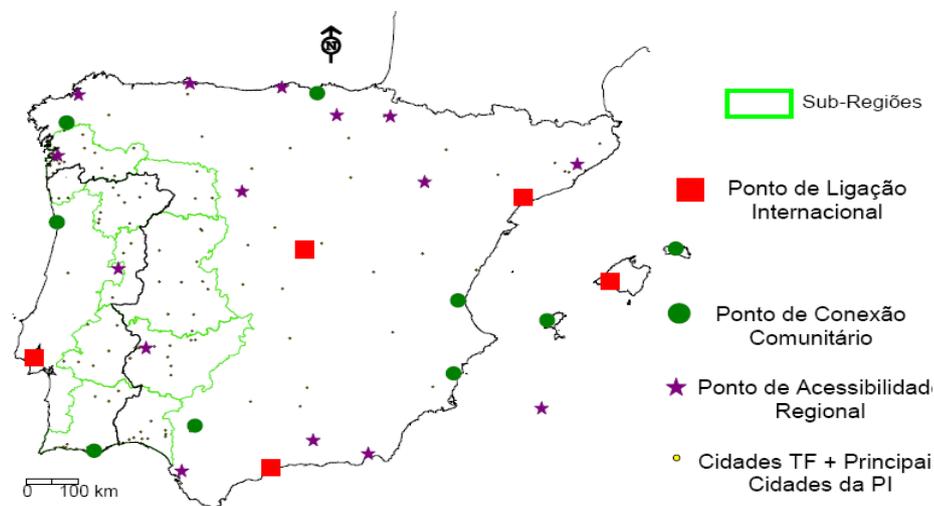
Fonte: Observatório transfronteiriço Espanha-Portugal (documento nº 6 de Novembro de 2011)

Por sua vez, nos últimos anos tem havido vários contatos entre os dois países para o planeamento de ações voltadas para a melhoria das ligações ferroviárias, com destaque

para os projetos do Madrid-Lisboa, Vigo-Porto<sup>4</sup>, Salamanca- Aveiro, Sevilla-Huelva -Faro-Évora e a ligação convencional de mercadorias Sines-Elvas-Badajoz-Puertollano-Madrid<sup>5</sup>.

A **ligação aeroportuária nesta região de fronteira** é reduzida (ESPON 1.2.1, 2004). Existe uma menor presença de aeroportos na fronteira Espanha-Portugal do que no conjunto dos territórios nacionais. Considerando-se que o espaço representa 27,1% desse território e abrange 9,7% da população, só conta, no entanto, com 6,8% dos aeroportos existentes, ao qual se junta a sua reduzida dimensão internacional.

MAPA 5. REDE AEROPORTUÁRIA NA RAIA IBÉRICA



Fonte: Medeiros, 2010

<sup>4</sup> Em novembro de 2010, anuncia-se o cancelamento da ligação de alta velocidade Porto-Vigo e começa-se a trabalhar num comboio rápido para substituí-lo e evitar o cancelamento da linha. Assim, na XXV cimeira Luso-Espanhola de 2012, os governos dos dois estados decidem melhorar a ligação ferroviária Porto-Vigo de forma faseada em duas etapas: inicialmente através da sua potenciação como serviço internacional e, numa segunda fase, através de uma ação na infraestrutura ferroviária. Também se reafirmou o seu compromisso com o desenvolvimento do transporte ferroviário de mercadorias entre Portugal, Espanha e o resto da Europa, a fim de aumentar a competitividade das empresas na Península Ibérica. Assim, reafirmou-se a importância estratégica das ligações ferroviárias entre Lisboa-Sines-Caia-Madrid-Irún e Aveiro-Porto-Salamanca-Irún a ser concretizadas o mais rápido possível.

<sup>5</sup> O Parlamento Europeu incluiu na lista de projetos prioritários da rede principal de transportes do Corredor Atlântico, que inclui como projeto específico a ligação ferroviária Sines-Madrid por alta velocidade.

Do estudo ESPON, que classifica os principais aeroportos europeus em pontos de conexão internacional, pontos de conexão comunitários e pontos de acessibilidade regional, deduz-se que:

- + A fronteira luso-espanhola não apresenta infraestruturas aeroportuárias importantes.
- + A principal ligação internacional corresponde ao aeroporto internacional de Faro.
- + Galicia-Norte de Portugal tem um aeroporto internacional no Porto (Sá Carneiro) e três aeroportos comunitários em Vigo, Santiago de Compostela e A Coruña.
- + Outras ligações aeroportuárias são o aeroporto de Badajoz, além do aeródromo da Covilhã. No centro da região portuguesa com maior potencial para o turismo, surge o Alentejo, devendo também destacar o aeroporto de Beja.

A este respeito, importa destacar duas questões. Por um lado, a faixa atlântica apresenta infraestruturas aeroportuárias que, a priori, são suficientes ao contrário do que acontece no território de Cooperação Transfronteiriça interior.

Por outro lado, apesar da existência destas infraestruturas, muito poucas têm carácter internacional e as de carácter comunitário viram reduzido significativamente o seu número de voos e ligações nos últimos anos, principalmente devido a problemas relacionados com a sua rentabilidade.

Por fim, o **setor portuário** adquire grande importância para ambos os países. Não surpreendentemente, esta é uma área estratégica no transporte marítimo internacional e como plataforma logística do sul da Europa.

Do lado espanhol (incluindo o território adjacente) da fronteira integram-se uma série de portos de interesse geral: Cádiz, Santa María, Cabezuela, Rota, Huelva, A Coruña, Pontevedra-Marín, Vigo, Villagarcía e Ferrol.

Enquanto isso, o sistema portuário peninsular de Portugal é constituído por um total de nove portos comerciais, que são divididos em portos primários e secundários. A rede básica é composta por cinco portos: Leixões<sup>6</sup>, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines. Atualmente, todos estes portos atuam como elos das cadeias de logística e transporte colaborando ativamente na criação de riqueza e postos de trabalho.

Além disso, o transporte fluvial na fronteira é feito através dos rios Minho e Guadiana. Em 2009, o último ano para o qual existem dados disponíveis, o total de passageiros por estas vias alcançou os 250.000 passageiros, acentuando a tendência negativa iniciada em 2007. Enquanto isso, o número de veículos que atravessam a fronteira por rio ascendeu a 30.000. Assim, a importância deste modo de transporte é inferior dentro dos fluxos transfronteiriços observados, com uma importância relativa inferior a 1% do total.

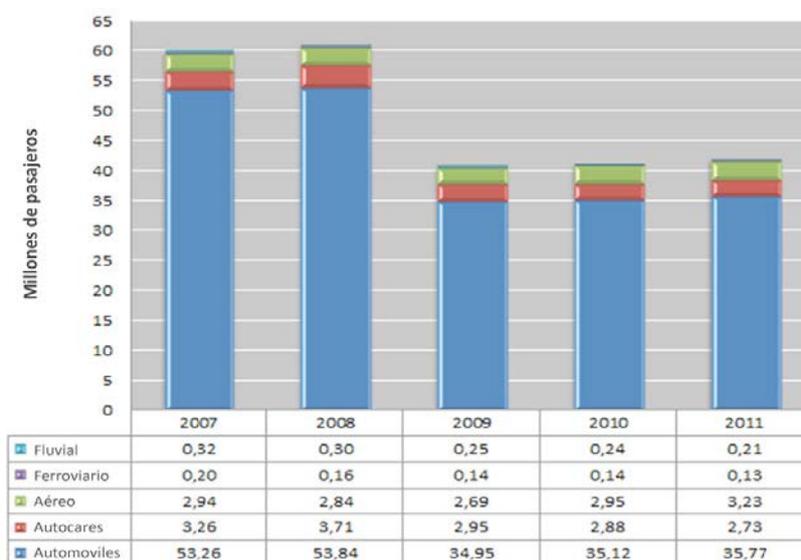
**MAPA 6. FACHADAS MARÍTIMAS DO SISTEMA PORTUÁRIO DE ESPANHA E PORTUGAL NA ZONA TRANSFRONTEIRIÇA**



Fonte: Ministério do Fomento; Ex - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

<sup>6</sup> É de sublinhar a importância do Terminal de Cruzeiros de Leixões. Inaugurado em abril de 2011, tem recebido os cruzeiros de maior prestígio, o que tem contribuído com uma grande revitalização para o turismo do Porto e Região Norte.

**GRÁFICO 3. TRÁFEGO DE PASSAGEIROS ENTRE ESPANHA E PORTUGAL, POR MEIO DE TRANSPORTE**



Fonte: Observatório Transfronteiriço de Espanha-Portugal (2013)

### c) Estrutura produtiva, competitividade territorial e emprego

A estrutura de produção determina a capacidade das diferentes regiões para promover o desenvolvimento económico. A partir desta perspetiva, o padrão de especialização existente na área de fronteira é analisado como um aspeto crítico que explica os níveis de atividade económica e as oportunidades de emprego.

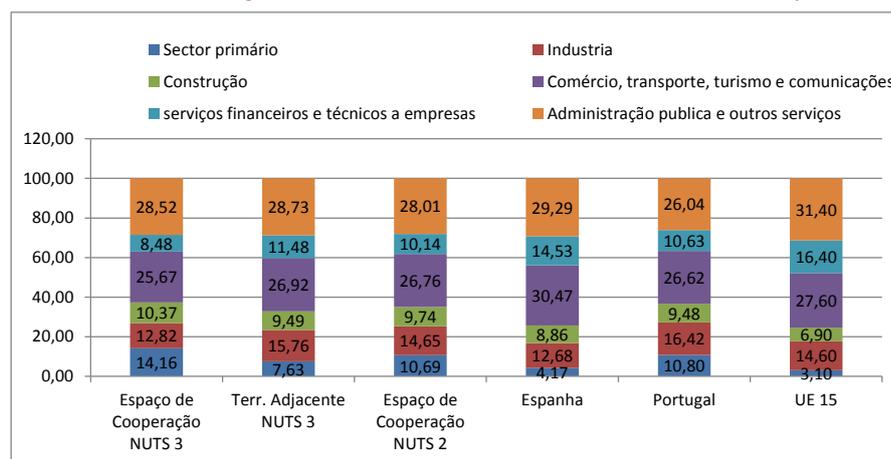
#### c.1) Emprego e VAB por setor de atividade

O emprego por setor de atividade é um indicador da importância dessa atividade na economia no seu conjunto. O Espaço Transfronteiriço NUTS III constitui, no seu conjunto, uma **economia de serviços**. As principais atividades do ponto de vista do emprego são o comércio, transportes, turismo e comunicações, além das administrações públicas e outros serviços. No entanto, as economias mais dinamizadoras não correspondem às que apresentam apenas um forte peso do setor terciário, mas também da indústria como um setor com um Valor Acrescentado Bruto (VAB) maior em relação ao emprego.

Outra das características distintivas do espaço de fronteira entre Espanha e Portugal é o maior peso relativo do **setor primário**, que responde a 14,16% do emprego em comparação com os 2,66% na UE15.

Também a construção apresenta um peso mais significativo do que na economia da UE15, apesar das perdas de emprego sofridas (-14,98% entre 2008 e 2010 por causa da bolha imobiliária nos anos antecedentes à crise económica). Do mesmo modo, o emprego na **indústria** viu-se reduzido (6,82% assim como, em menor medida, o **setor primário** (1,69%).

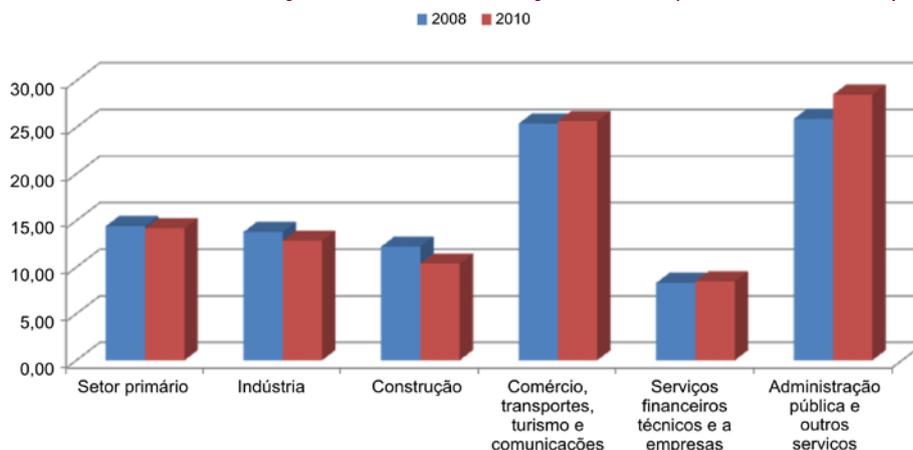
**GRÁFICO 4. DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE (ANO 2010)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat

Em relação ao setor dos serviços, o impacto negativo da crise económica sobre o emprego tem sido proporcionalmente menor, pelo que os setores de atividade do comércio, transportes, turismo e comunicações, assim como de serviços financeiros e outros serviços técnicos e do setor público, ganharam peso no emprego, não porque tenha aumentado o número de empregados, mas porque o desemprego se concentrou nos setores primário e secundário.

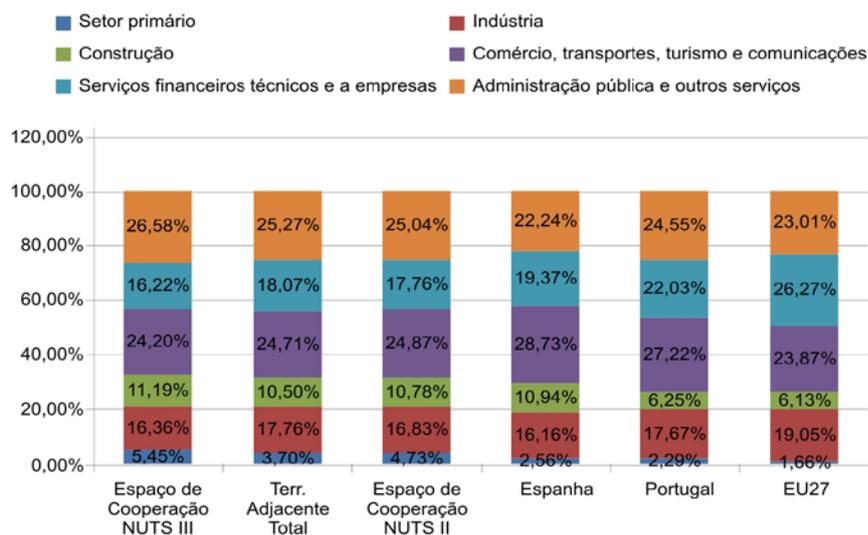
**GRÁFICO 5. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETORES DE ATIVIDADE PARA O CONJUNTO DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NUTS III (ANO 2008 E 2010)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat

Por seu lado, a análise do VAB confirma o indicado acima: a economia do Espaço Transfronteiriço é uma economia terciária, em que o comércio, transportes, turismo e comunicações, bem como o setor público são os setores mais importantes para o seu contributo para o VAB regional. Deve também ser notado o maior peso do VAB, em comparação com a média da UE27, das atividades do setor da primário e da construção.

**GRÁFICO 6. VALOR ACRESCENTADO BRUTO POR SETORES DE ATIVIDADE (% , 2010)**

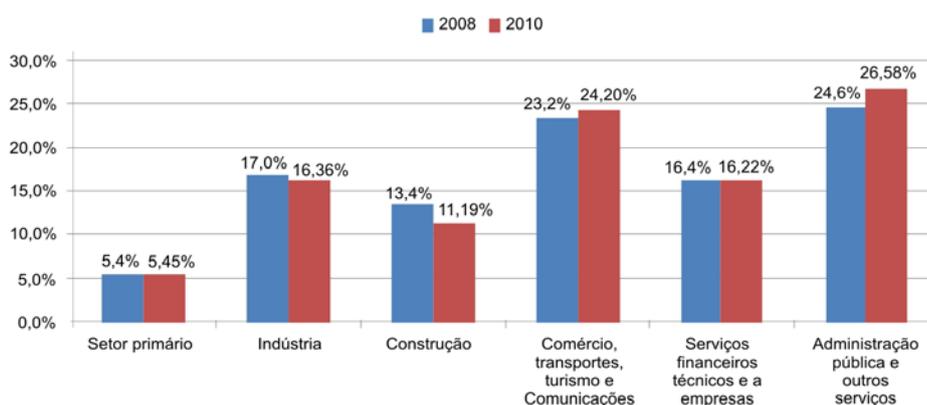


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat

No entanto, a evolução temporal do VAB permite detetar um elemento de relevância, dada a importância da base de produção agrícola na área: o aumento de 1,81% do VAB agrícola como resultado da produtividade setorial. Este aspeto é particularmente relevante se considerarmos que o nível inicial de produtividade é consideravelmente menor do que a média da atividade de produção do Espaço Transfronteiriço.

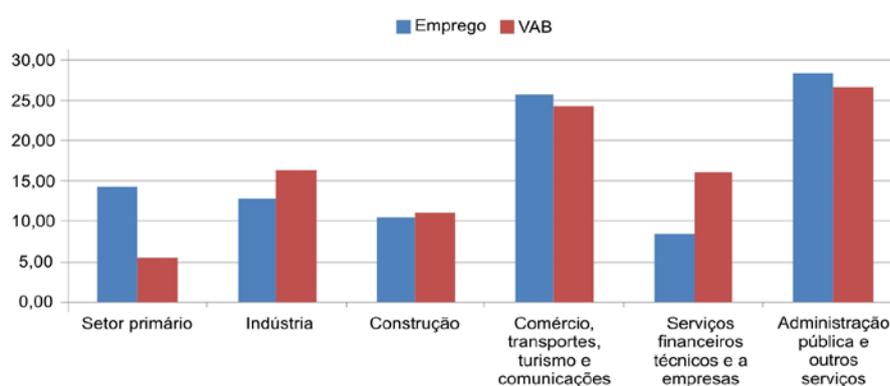
Na verdade, comparando o VAB com o emprego por setores de atividade, verifica-se que o setor primário absorve uma proporção significativa do emprego, ao contrário do seu VAB, que se encontra mais de metade abaixo do emprego. Exatamente o oposto acontece com a indústria e os serviços financeiros e outros serviços profissionais, cuja proporção de emprego é menor que o VAB.

**GRÁFICO 7. EVOLUÇÃO DO VAB POR SETORES DE ATIVIDADE PARA O CONJUNTO DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NUTS III (ANOS 2008 E 2010)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat

**GRÁFICO 8. EMPREGO E VAB POR SETOR DE ATIVIDADE NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO NUTS III (2010)**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Eurostat

## c.2) Especialização do tecido produtivo

A especialização relativa de um território, região ou país em relação a uma atividade depende em grande medida da disponibilidade de recursos naturais (por exemplo, o setor das rochas ornamentais e as atividades do setor primário, em geral), a oferta de capital humano qualificado num determinado setor (empresas farmacêuticas e de biotecnologia), a proximidade de empresas que prestam às grandes os serviços e produtos necessários para o desenvolvimento da sua produção (indústria automóvel), o fornecimento de infraestruturas, tanto de investigação como de comunicação, a legislação nacional, etc.

O Espaço Transfronteiriço NUTS II apresenta **um tecido produtivo pouco diversificado**, de acordo com a estimativa do índice de especialização, que compara a percentagem que o emprego representa em cada setor de atividade no Espaço Transfronteiriço com a percentagem no conjunto da UE<sup>7</sup>.

As atividades produtivas de maior especialização no espaço de fronteira são a *indústria do tabaco*, o *setor marítimo e da pesca* (que inclui a pesca costeira e ao largo, assim como o processamento dos produtos extraídos do mar), *pecuária*, *rochas ornamentais*, a *indústria do calçado e produtos agrícolas*, com índices de especialização acima de 2,5. Seguem-se os *materiais de construção*, a *construção* e os *serviços de distribuição de produtos*. Em menor medida, vale a pena mencionar a especialização na indústria têxtil, mobiliário, estruturas de edifícios, equipamentos e serviços, bem como o turismo e hospedagem, jóias e os metais preciosas.

No entanto, dada a extensão do Espaço Transfronteiriço NUTS II, é necessário mencionar os seguintes pontos do ponto de vista territorial em relação às áreas de especialização:

- + A indústria do tabaco é uma atividade económica em que se destacam, principalmente, a Extremadura e Andalúcia, não assumindo qualquer relevância para o conjunto das regiões portuguesas. O mesmo caso ocorre com a indústria pecuária.
- + O setor marítimo e de pesca é um segmento de especialização no conjunto das regiões do espaço, mesmo naquelas consideradas interiores, onde grande parte do processo de transformação é desenvolvido, destacando-se, em geral, a Galícia e o Algarve.

---

<sup>7</sup> O índice de especialização (IE) compara a percentagem que representa o emprego de uma determinada categoria de um determinado território com a percentagem que representa esse âmbito no geral.

$IE = (A_{ki} / \sum_i A_{ki}) / (\sum_k A_{ki} / \sum_k \sum_i A_{ki})$  onde  $A_{ki}$  representa o número de postos de trabalho de um território  $k$  no campo  $i$ .

Se o  $IE=1$  indica que se encontra na média europeia.

Se o  $IE < 1$  indica que se encontra abaixo da média europeia.

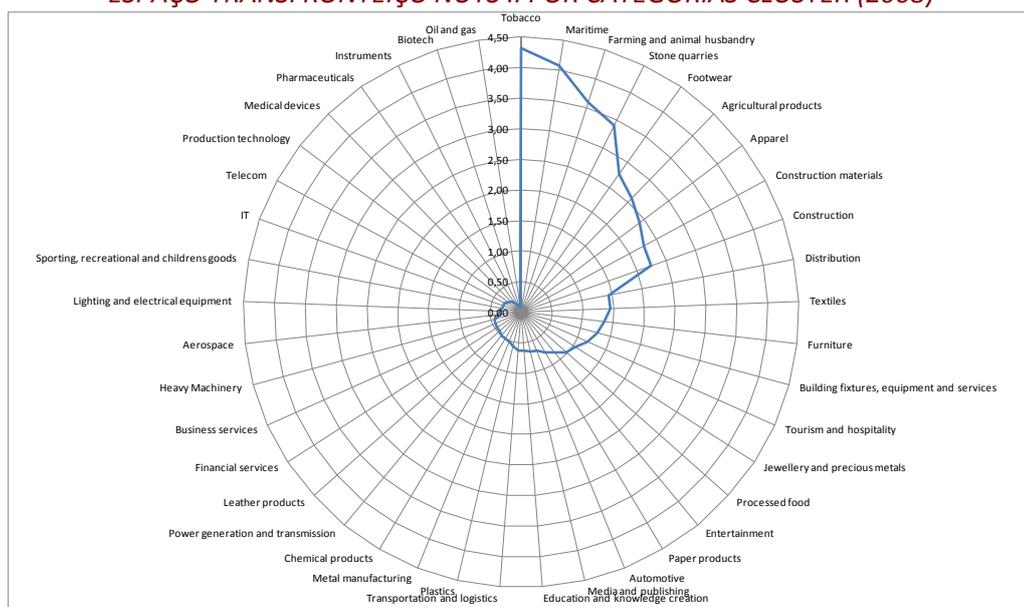
Se o  $IE > 1$  o território apresenta especialização nessa categoria.

- ✦ A especialização na indústria do calçado, vestuário e têxteis deve ser interpretada com algum cuidado. Em relação ao calçado, a única especializada é a Região Norte de Portugal e, em menor escala, a Região Centro, mas o volume desta indústria na primeira é tão importante que marca o índice de especialização de todo o espaço.

Apesar dessas diferenças, é possível constatar que o Espaço Transfronteiriço apresenta um **tecido produtivo pouco diversificado e concentrado excessivamente num número limitado de atividades produtivas**. Isto prevê um risco significativo já que faz com que a economia regional seja altamente vulnerável a contrações na procura de certos produtos e/ou *shocks* económicos globais, como aconteceu com o setor imobiliário.

Por outro lado, a especialização ocorre em **setores básicos e intensivos em recursos naturais básicos endógenos**, como o caso do setor marítimo e da pesca, da pecuária, do setor de rochas ornamentais, produtos agrícolas, imobiliário e turismo (embora este último em menor grau).

**GRÁFICO 9. ÍNDICE DE ESPECIALIZAÇÃO DO TECIDO PRODUTIVO DO ESPAÇO TRANSFRONTEIÇO NUTS II POR CATEGORIAS CLUSTER (2008)**



Fonte: Elaboração própria a partir do European Cluster Observatory

Também se destaca a **especialização industrial** numa série de atividades, como calçado, vestuário e têxteis de baixo valor acrescentado, que não precisam de fatores de produção locais e cuja atividade está sujeita a fortes processos de deslocalização.

Destaca-se também uma **forte especialização no setor da construção e outras atividades relacionadas** em plena crise económica, tais como rochas ornamentais, materiais de

construção, estruturas de edifícios, equipamentos e serviços. Como mencionado acima, ainda que o número de postos de trabalho, de empresas e o VAB tenham caído significativamente, a sua dimensão no conjunto das economias regionais explica a maior profundidade da crise pela queda deste setor e suas atividades relacionadas. Além disso, a construção está intimamente ligada ao setor da procura nacional com um perfil pró-cíclico.

Outro setor onde a procura também está relacionada com a situação económica é o **setor automóvel**. Embora não seja um setor que se destaca no conjunto do espaço, é importante em algumas regiões como a Galicia e Castilla y León, pela presença de grandes empresas multinacionais do setor no seu território. Além disso, assiste-se aqui ao efeito de vizinhança, pois ambos, Norte de Portugal e a região Centro, apresentam índices de especialização inferiores a 1, mas relativamente próximos do mesmo, provavelmente devido ao efeito de alavanca que estas empresas também exercem nos territórios contíguos.

O Espaço Transfronteiriço NUTS II caracteriza-se também por uma **importante “desespecialização” naquelas atividades de maior intensidade tecnológica** e em conhecimento, tais como a biotecnologia, a formação, o setor de telecomunicações, produção de tecnologia, entre outros.

Por outro lado, o tecido produtivo do setor primário (com algumas exceções, como a atividade marítima e de pesca e o setor mobiliário) encontra-se focado na produção de matéria-prima (criação de gado e produtos agrícolas) apresentando uma **“desespecialização” na atividade transformadora** desta (alimentos processados) que é, na verdade, onde o valor acrescentado é alcançado.

### c.3) Mercado de trabalho

---

Num contexto em que o desemprego se tornou um problema estrutural da economia espanhola e portuguesa, o estudo do mercado de trabalho é um elemento-chave da análise de contexto assim como a base para fundamentar a necessidade de políticas públicas ativas que combatam um problema que tem dimensões económicas e sociais de grande dimensão.

A fronteira entre Espanha e Portugal tem sido tradicionalmente um *"território de intercâmbio"* com uma oferta de claras oportunidades de dinamismo económico e empreendedor contribuindo, portanto, para a lógica da criação de emprego.

Com base nesta consideração, a análise seguinte baseia-se na análise das principais variáveis que caracterizam o mercado de trabalho na linha de fronteira (taxa de atividade, emprego e desemprego), bem como a identificação das principais características do mesmo de forma conjunta.

A população considerada economicamente ativa ou força de trabalho compreende todas as pessoas empregadas ou não em idade ativa e à procura de emprego caso não o tenham. A taxa de atividade de uma população resulta da relação entre a população ativa e a população em idade ativa.

**A taxa de atividade das regiões NUTS II que formam o Espaço Transfronteiriço posiciona-se geralmente acima da média da UE27 e inclusivamente, em alguns casos, acima da média da UE15.** Portanto, verifica-se uma tendência generalizada para entrar no mercado de trabalho, o que ocorre em todas as regiões do espaço com exceção da Região Centro, que já tinha os níveis mais altos.

Quanto à distribuição por sexo, persiste a menor presença da mulher no mercado de trabalho, com taxas de atividade muito inferiores às do homem. No entanto, enquanto a taxa de atividade masculina tem diminuído nos últimos quatro anos, a feminina tem aumentado. Assim, confirma-se a incorporação progressiva da mulher no mercado de trabalho, que já se vinha produzindo significativamente desde a última década do século XX e forçada neste momento pela situação de crise que atingiu especialmente os setores com uma grande presença de força de trabalho masculina, como é o caso da construção, por exemplo.

**TABELA 5. TAXA DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO 15-64 ANOS (%)**

Regiões	2008			2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Galicia	78,9	63,3	71,0	77,8	68,0	72,9
Castilla y León	80,5	61,2	71,1	80,3	65,8	73,2
Extremadura	78,2	55,3	67,0	77,9	61,1	69,7
Andalucía	79,1	57,0	68,2	78,0	64,1	71,1
Norte de Portugal	79,2	66,8	72,9	78,2	68,5	73,3
Centro de Portugal	81,8	71,7	76,7	78,0	71,2	74,6
Alentejo	78,2	67,3	72,9	78,1	70,0	74,1
Algarve	80,6	68,5	74,7	79,5	72,8	76,2
Espanha	81,8	63,2	72,6	80,1	67,9	74,1
Portugal	79,5	68,9	74,2	77,9	70,1	74,0
UE15	79,5	65,2	72,3	79,1	67,0	73,0
UE27	77,9	63,9	70,9	77,9	65,6	71,7

Fonte: Eurostat

No que diz respeito às diferenças regionais, importa salientar as regiões espanholas da Extremadura e Andalucía pela sua situação menos favorável, uma vez que apresentam as taxas de atividade mais baixas (69,7 e 71,1, respetivamente), bem como a menor incorporação da mulher no mercado de trabalho.

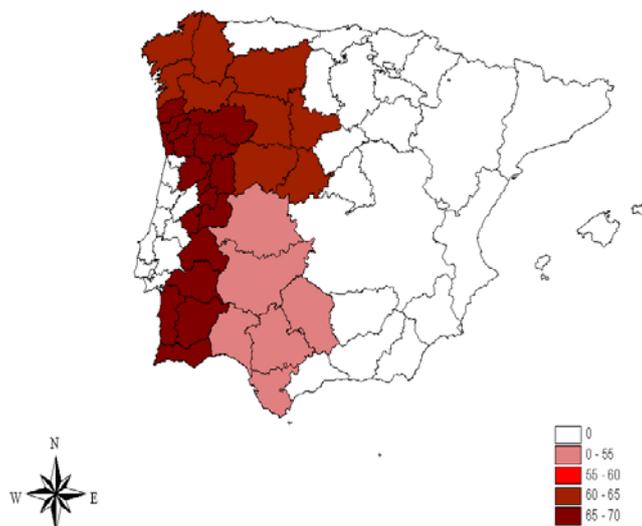
A taxa de emprego é um dos indicadores mais importantes que espelha a situação económica de um território. **A taxa de emprego atingiu um dos seus picos na primeira**

**década do século XXI**, em todo o espaço. Em 2008, situou-se em 66,4%, mas ainda abaixo da média da UE27.

No entanto, observam-se diferenças significativas em relação ao emprego, no conjunto do espaço. Enquanto todas as regiões portuguesas excediam o limite de 70% acima da média europeia, as Comunidades Autónomas espanholas encontravam-se abaixo, algumas delas apresentando mesmo números abaixo dos 60%, como a Andalúcia, apresentando assim uma das mais baixas da Europa.

No entanto, por causa da crise económica e financeira internacional, cujas consequências se têm agravado principalmente nas economias portuguesa e espanhola, **a taxa de emprego tem sofrido uma descida geral no conjunto do espaço**, situando-se em 2012, em 58,4%, dez pontos percentuais abaixo da média da UE27. Isso representa uma queda de oito pontos percentuais, em quatro anos.

**MAPA 7. TAXA DE EMPREGO DAS PESSOAS ENTRE 20 E 64 ANOS (% , 2012)**



Fonte: *Elaboração própria a partir de dados do Eurostat*

As regiões de Portugal apresentam as taxas de emprego mais altas de todo o espaço, tal como acontecia em 2008. No entanto, a situação agrava-se nas Comunidades Autónomas espanholas, particularmente na Extremadura e Andalúcia. O declínio geral na taxa de emprego tem sido menor em Castilla y León e na Região Norte e Centro.

Em relação à distribuição do emprego por sexo para o conjunto do espaço, **a taxa de emprego feminino situa-se a mais de 10 pontos percentuais abaixo da dos homens**, em 2012 (a diferença na UE27 supera os 12 pontos percentuais). Apesar destas diferenças, **a destruição de emprego feminino foi menor**, já que em 2008 a diferença entre as taxas de emprego em ambos os sexos chegava quase aos 20%.

Neste sentido, a Estratégia 2020 estabeleceu o objetivo de atingir uma taxa de emprego de 75% para as pessoas entre os 20 e os 64 anos, sem distinção de sexo. Em vista dos resultados e da crise económica que assola o sul da Europa, a meta está longe de ser alcançada. Na verdade, desde 2008, a taxa de emprego para ambos os sexos caiu, no conjunto do espaço e na Europa.

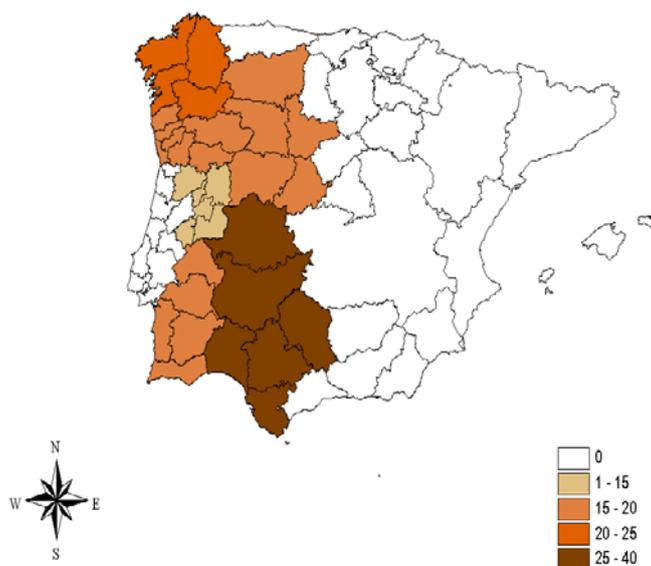
**TABELA 6. TAXA DE EMPREGO DAS PESSOAS ENTRE 20 E 64 ANOS (%)**

Regiões	2008			2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Galícia	77,0%	60,1%	68,5%	65,2%	57,1%	61,1%
Castilla y León	79,5%	56,3%	68,2%	70,1%	54,3%	62,4%
Extremadura	74,5%	46,9%	61,0%	58,3%	42,1%	50,4%
Andalucía	71,7%	47,9%	59,9%	55,8%	44,3%	50,1%
Norte de Portugal	78,3%	64,1%	71,0%	70,5%	60,6%	65,5%
Centro de Portugal	83,8%	70,7%	77,2%	73,7%	65,8%	69,7%
Alentejo	77,8%	63,8%	70,9%	69,8%	62,2%	66,1%
Algarve	81,4%	66,7%	74,2%	68,2%	64,2%	66,2%
Espaço Transfronteiriço NUTS II	76,2%	56,6%	66,4%	63,8%	53,0%	58,4%
Espanha	78,1%	58,3%	68,3%	64,5%	54,0%	59,3%
Portugal	79,4%	67,0%	73,1%	69,9%	63,1%	66,5%
UE27	77,9%	63,0%	70,4%	74,6%	62,4%	68,4%

Fonte: Eurostat

A **taxa de desemprego** confirma os dados apresentados acima, com um **aumento global** da mesma por todo o espaço.

**MAPA 8. TAXA DE DESEMPREGO DE PESSOAS DE 24-64 ANOS**



Fonte: Elaboração própria

Se em 2008 se encontrava em 11,9%, em 2012 já alcançava 24,3%, quase 14 pontos percentuais acima da UE27. Mais uma vez apresenta uma distribuição desigual no conjunto da área de cooperação, em que os valores superiores correspondem às Comunidades Autónomas espanholas, particularmente na Extremadura (33%) e Andalúcia (34,6%). Os valores mais baixos estão, por sua vez, nas regiões Norte e Centro de Portugal (16,1% e 12%, respetivamente).

**TABELA 7. TAXA DE DESEMPREGO DE PESSOAS DE 15-64 ANOS**

Regiões	2008			2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Galícia	7,4	10,4	8,7	20,9	20,4	20,7
Castilla y León	6,7	13,4	9,5	17,8	22,3	19,7
Extremadura	10,9	21,5	15,2	30,6	36,5	33,0
Andalúcia	15,2	21,5	17,8	33,6	35,8	34,6
Norte de Portugal	7,4	10,1	8,7	15,3	17,0	16,1
Centro de Portugal	4,0	7,1	5,4	11,1	13,1	12,0
Alentejo	6,7	11,7	9,0	15,3	16,7	15,9
Algarve	5,3	9,0	7,0	18,7	17,5	17,9
Espaço Transfronteiriço NUTS II	9,9	14,4	11,9	23,5	25,2	24,3
Espanha	10,1	13,0	11,3	24,7	25,4	25,0
Portugal	6,5	8,8	7,6	15,7	15,6	15,7
UE15	6,7	7,7	7,2	10,6	10,7	10,6
UE27	6,6	7,5	7,0	10,4	10,5	10,4

Fonte: Eurostat

A evolução temporal desta variável tem sido dramática, entre 2008 e 2012, com um aumento de 12,4 pontos percentuais para todo o espaço, que é acentuado nas Comunidades Autónomas espanholas.

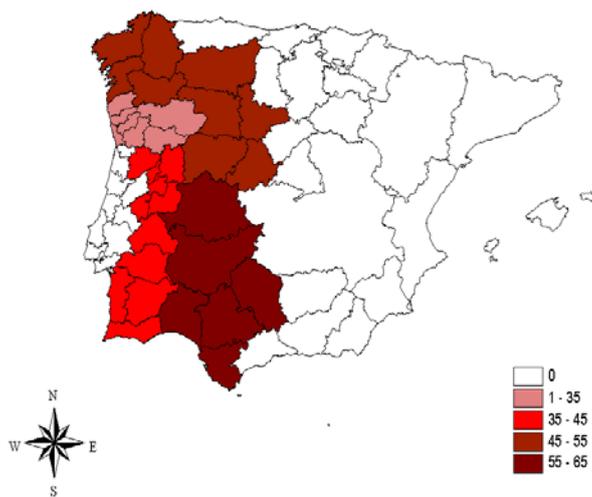
A taxa de desemprego por sexo mostra, mais uma vez, que o **desemprego é maior entre as mulheres** do que nos homens em quase dois pontos percentuais. No entanto, o **aumento da taxa de desemprego feminino entre 2008 e 2012 foi menor do que a masculina**. Portanto, face à perda de emprego, os setores que foram mais afetados pela crise têm sido os setores mais intensivos em mão de obra masculina.

Estas elevadas taxas de desemprego constituem um grave problema, não só económico, mas também social para todo o Espaço Transfronteiriço.

Em relação ao **desemprego jovem** (percentagem de pessoas jovens de 15-24 anos em situação de desemprego), a população jovem é, sem dúvida, um dos grupos que tem sido mais afetado pela crise, dificultando o seu acesso ao mercado de trabalho. A taxa de desemprego jovem para o conjunto do espaço alcançou 50% em 2012, com uma diferença de mais de 27 pontos percentuais em relação à UE27. Entre 2008 e 2012, aumentou em mais de 25 pontos percentuais face aos sete pontos da UE27.

Nas regiões persistem as mesmas diferenças territoriais que no caso da taxa de desemprego, sendo a situação mais desfavorável nas Comunidades Autónomas espanholas, com números, em alguns casos, a ultrapassar o limiar de 60%.

MAPA 9. TAXA DE DESEMPREGO ENTRE AS PESSOAS DE 15 A 24 ANOS



Fonte: Elaboração própria

A distribuição por sexo mostra uma **taxa de desemprego jovem ligeiramente maior entre a população feminina**, mas nesta faixa etária as diferenças são muito menores entre os dois sexos. Além disso, a diferença entre a taxa de desemprego entre os jovens do sexo masculino e feminino caiu significativamente nos últimos quatro anos. Em algumas regiões, como a Galícia e Andalúcia, a taxa de desemprego feminina é inferior à masculina.

TABELA 8. TAXA DE DESEMPREGO ENTRE AS PESSOAS DE 15 A 24 ANOS

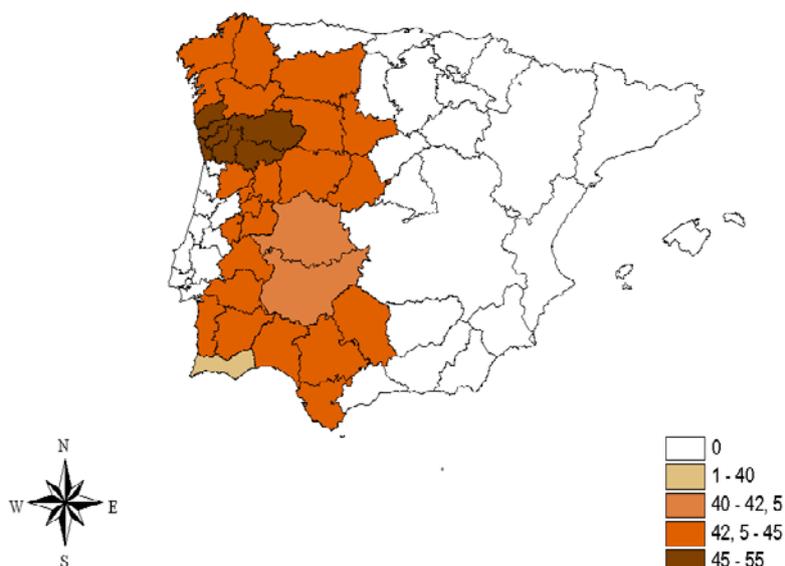
Regiões	2008			2012		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Galícia	19,1	23,8	21,2	45,7	45,1	45,4
Castilla y León	17,3	28,9	22,2	45,6	51,5	48,2
Extremadura	20,9	39,6	29,2	58,4	65,6	61,5
Andalucía	30,0	32,3	31,0	63,9	60,3	62,2
Norte de Portugal	13,1	20,0	16,2	29,9	36,3	32,8
Centro de Portugal	7,2	18,4	12,1	33,9	39,6	36,3
Alentejo	13,9	26,5	19,9	40,0	51,0	44,5
Algarve	14,9	24,1	19,7	41,3	39,3	39,6
Espaço Transfronteiriço NUTS II	21,3	27,7	24,1	49,3	50,9	50,0
Espanha	23,7	25,8	24,6	54,4	51,8	53,2
Portugal	13,3	20,2	16,5	36,4	39,2	37,7
UE15	15,7	15,3	15,5	23,2	21,4	22,3
UE27	15,7	15,6	15,6	23,5	22,1	22,9

Fonte: Eurostat

Verifica-se assim que tal representa um subaproveitamento da população mais jovem, pois é um grupo com um maior nível de formação que conta também com a força e o entusiasmo necessários para trazer novas ideias e inovações para o tecido produtivo. Por outro lado, uma entrada cada vez mais tardia no mercado de trabalho, não só provoca sérios problemas pessoais que impedem o desenvolvimento das suas vidas, mas também um grande problema social nesta parcela da população. Este facto e a posterior emigração da população mais jovem e mais bem formada para territórios mais prósperos e com maiores oportunidades tanto dentro do Espaço Transfronteiriço como outras regiões NUTS II ou até mesmo para outros países, representa uma grande perda de capital humano para os territórios do Espaço Transfronteiriço.

Outro grupo afetado por perdas de emprego é constituído pelos desempregados de longa duração, que inclui pessoas desempregadas há mais de um ano. O **desemprego de longa duração** é outro dos grandes problemas económicos, uma vez que não só afeta de maneira importante a vida das pessoas nesta situação, mas também a coesão social dos territórios.

**MAPA 10. TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO  
(% SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO)**



*Fonte: Elaboração própria*

O desemprego de longa duração atingiu uma taxa de 44,3% no conjunto do Espaço Transfronteiriço, sofrendo um aumento de mais de 15 pontos percentuais em relação a 2008. Na verdade, tem vindo a aumentar, desde então, de maneira generalizada no conjunto do espaço. Ainda assim, situa-se ligeiramente abaixo da média da UE27.

A distribuição territorial do desemprego de longa duração afeta, em termos gerais, todo o espaço e as diferenças observadas noutras taxas entre as Comunidades Autónomas espanholas e as regiões portuguesas são significativamente atenuadas nesta variável. A taxa de desemprego de longa duração mais elevada no conjunto do espaço pertence ao Norte de Portugal, que tem, por sua vez, um dos índices mais baixos de desemprego em todo o espaço.

Os aumentos mais importantes na taxa de desemprego de longa duração ocorreram nas Comunidades Autónomas espanholas, que em 2008 apresentavam valores bem abaixo da média da UE27 e das regiões portuguesas. Apenas uma das regiões do espaço, o Algarve, viu reduzida ligeiramente esta taxa ao longo dos últimos quatro anos.

O desemprego de longa duração revela-se um grande problema, pois quanto maior a permanência em situação de desemprego mais se agravam as oportunidades de retorno ao mesmo. Além disso, em muitos casos, como acontece com o desemprego no setor da construção, a recuperação dessa atividade económica não será imediata, o que também requer uma mudança na qualificação profissional desses indivíduos.

**TABELA 9. TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO (%)**

Regiões	2008	2009	2010	2011	2012
Galícia	22,2	25,7	35,7	40,7	44,7
Castilla y León	20,3	25,2	33,1	40,8	42,3
Extremadura	23,2	25,0	33,7	37,7	41,6
Andalucía	19,6	24,9	35,0	39,7	43,3
Norte de Portugal	50,1	47,2	55,3	50,5	51,8
Centro de Portugal	43,8	42,9	54,8	43,2	44,1
Alentejo	40,0	37,8	45,6	45,9	42,6
Algarve	40,4	33,1	47,3	39,8	39,9
Espaço Transfronteiriço NUTS II	26,4	29,0	38,7	41,4	44,3
Espanha	17,9	23,7	36,6	41,6	44,5
Portugal	47,4	44,2	52,3	48,2	48,7
UE15	36,6	33,4	40,2	42,6	44,2
UE27	37,4	33,5	40,1	43,1	44,6

Fonte: Eurostat

## 1.2. OBJETIVOS PRINCIPAIS DO POCTEP 2014-2020

A formulação do conteúdo do PO a partir de uma perspetiva estratégica assenta na seleção dos Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento previstas no artigo 5.º do Regulamento (UE) Nº1301/2013 sobre o FEDER.

Adicionalmente, no caso dos programas de Cooperação Transfronteiriça, o FEDER, de acordo com o disposto no artigo 7º do Regulamento (UE) Nº1299/2013, também pode:

- + Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores, mediante a integração dos mercados de trabalho transfronteiriços, incluindo a mobilidade transfronteiriça, iniciativas locais e conjuntas no domínio do emprego, serviços de informação e aconselhamento e formação conjunta.
- + Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação, mediante a promoção da igualdade de género da igualdade de oportunidades e da integração das comunidades transfronteiriças.
- + Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento e execução de regimes conjuntos de educação, formação profissional e formação.
- + Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública, através da promoção da cooperação jurídica e administrativa e da cooperação entre os cidadãos e as instituições.

A seleção de Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento para o POCTEP 2014-2020 enfatiza a priorização de três áreas principais de intervenção: **I&D+i e a competitividade do tecido produtivo; protecção do ambiente;** e **melhoria da capacidade institucional e da eficiência da Administração Pública**. Neste contexto foram selecionadas um total de cinco Objetivos Temáticos e nove Prioridades de Investimento.

Esta estratégia enquadra-se em cinco Eixos Prioritários no âmbito do Programa Operacional:

- + **EIXO 1:** Crescimento Inteligente através da cooperação transfronteiriça para a promoção da Inovação.
- + **EIXO 2:** Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade empresarial.
- + **EIXO 3:** Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e a melhoria da gestão dos recursos naturais
- + **EIXO 4:** Melhorar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública, através do reforço da capacidade institucional e a eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos afetados pela implementação do FEDER e apoio às medidas relativas à capacidade institucional e eficiência da administração pública apoiadas pelo FSE.
- + **EIXO 5:** Assistência técnica.

A proposta do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2014-2020 recolhe o tipo de acções a ser desenvolvidas ao longo do período 2014-2020

em cada uma das Prioridades de Investimento e Objectivos Específicos estabelecidos que responde às seguintes características:

- + Os diferentes tipos de acções são caracterizados pelo seu carácter estratégico e pró-ativo.
- + A sua dimensão é, em geral, reduzida, pelo que os impactos esperados associados não deverão ser significativos (como se poderá ver mais à frente com maior detalhe).
- + O tipo de acções que pode ter um maior vínculo, particularmente através de efeitos directos, com o cumprimento dos objectivos ambientais tanto do PO como da União Europeia, assim como um efeito significativo sobre o meio ambiente, encontram-se no Eixo 3 (Crescimento sustentável através de uma Cooperação Transfronteiriça para a prevenção de riscos e a melhoria da gestão dos recursos naturais).
- + O tipo de acções previstas no domínio do Eixo 1 (Crescimento Inteligente, através da cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação) podem ter uma influência indirecta, na medida em que os projetos aprovados no seu âmbito são direccionados para a obtenção de resultados que suportam a eco-inovação.

Nas secções seguintes será efetuada uma apresentação mais detalhada dos Objectivos Temáticos, Prioridades de Investimento, Objectivos Específicos e linhas de acção particulares de cada Eixo Prioritário do POCTEP 2014-2020.

### **1.2.1. Eixo 1: Crescimento inteligente através de uma cooperação transfronteiriça para a promoção da inovação**

O Eixo 1 desenvolve o Objectivo Temático 1, com duas prioridades de investimento (1.A e 1.B) e dois Objectivos Específicos (ver Tabela 10). O aumento de I&D+i é o objetivo que tem tido maior consenso por parte de todos os órgãos envolvidos (autoridades nacionais, regionais, outras organizações interessadas, além de beneficiários e potenciais beneficiários).

A I&D+i constitui um fator fundamental para a competitividade do Espaço de Cooperação e, portanto, favoráveis para o crescimento, progresso económico e bem-estar social na zona.

O diagnóstico efetuado no processo de programação destacou a situação de debilidade da fronteira luso-epanhola em relação ao referente à União Europeia, apesar dos avultados investimentos realizados na última década.

**TABELA 10. TIPOLOGIAS DE AÇÃO PREVISTAS POR PRIORIDADE DE INVESTIMENTO NO PO DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA-PORTUGAL 2014-2020. EIXO 1**

OT	PI	OE	TIPOLOGIA DE AÇÕES
OT 1	1.A	<p><b>OE 1A:</b> Melhorar a excelência científica do espaço de Cooperação Transfronteiriça nas linhas de investigação com potencial competitivo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciativas e ações em rede de instituições científicas e tecnológicas no Espaço de Cooperação para o desenvolvimento de projetos inovadores e projetos conjuntos ligados à investigação.</li> <li>• Ações que contribuam para a criação de redes de conhecimento e de trabalho conjunto com os atores do sistema científico e tecnológico em ambos os lados da fronteira, a fim de aumentar a massa crítica e excelência em domínios científicos e tecnológicos que apresentem um maior potencial para o Espaço de Cooperação.</li> <li>• Iniciativas e ações que permitam a partilha de infraestruturas, incluindo a observação e a previsão do oceano para desenvolver novos serviços e produtos que visam melhorar a I&amp;D+i e a economia do mar, bem como equipamentos e plataformas tecnológicas de investigação existentes, no âmbito dos objetivos estratégicos comuns das regiões (RIS3).</li> <li>• Ações que promovam o desenvolvimento científico e tecnológico no setor da energia, incluindo ações que permitam resultados eficazes para melhorar a eficiência energética, reduzir o consumo de energia e aumentar a diversificação das fontes de abastecimento de energia, incluindo as energias renováveis marinhas.</li> <li>• Iniciativas e ações de apoio à internacionalização e integração de infraestruturas de ciência e tecnologia em redes internacionais de I&amp;D+i.</li> <li>• Iniciativas e ações de apoio a centros de investigação de competência excelente e de referência internacional.</li> <li>• Iniciativas e ações de apoio em estadias e incentivo à mobilidade dos investigadores, incluindo atividades de formação.</li> <li>• Projetos de inovação social baseados em novas idéias que atendam os objetivos sociais e que afetam positivamente a população dos dois lados da fronteira.</li> <li>• Ações para reunir a produção científica, integrada por universidades e centros públicos e privados.</li> <li>• Iniciativas e ações para apoiar projetos inovadores de especialização inteligente que têm efeito de demonstração.</li> </ul>
OT 1	1.B	<p><b>OE 1B:</b> Melhorar a participação do tecido empresarial em processos de inovação e em atividades de I&amp;D+i mais próximas do mercado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciativas e ações de apoio à promoção da cooperação em matéria de I&amp;D+i entre as empresas, centros de investigação e administração.</li> <li>• Ações que promovam o desenvolvimento tecnológico e fomentem a cultura da inovação no tecido produtivo do espaço de Cooperação.</li> <li>• Iniciativas que fomentem o esforço de investimento em I&amp;D+i e favoreçam os processos de transferência tecnológica, assim como de apoio a projetos que promovam o valor económico dos resultados da investigação.</li> <li>• Ações de demonstração que ajudem as empresas a desenvolver produtos e processos inovadores e de estímulo às atividades de divulgação de novos conhecimentos e tecnologias geradas em projetos de I&amp;D relacionados com as empresas.</li> <li>• Iniciativas e ações que permitam fomentar novas atividades de base tecnológica com possibilidade de crescimento no espaço de Cooperação.</li> <li>• Iniciativas e ações que permitam a captação de tecnologia externa, incorporação de patentes e tecnologias ao mesmo tempo que se promove a internacionalização das empresas locais.</li> <li>• Iniciativas e ações que permitam o desenvolvimento de infraestruturas de dados espaciais para facilitar o intercâmbio e utilização de informações entre as administrações públicas e empresas.</li> <li>• Iniciativas e ações de assessoria a empresas em processos de inovação, difusão de informações sobre inovações, campanhas de sensibilização ou reuniões entre empresas e grupos de investigação e consultoria de tecnologia para o uso das tecnologias e da informação disponíveis.</li> <li>• Iniciativas e ações que permitam a implementação de um programa para incentivar os pedidos de patentes em termos de transferência bem sucedida.</li> <li>• Iniciativas e ações que permitam a implementação de um programa de apoio à mobilidade e integração dos investigadores, especialmente nas empresas.</li> <li>• Iniciativas e ações de apoio a pólos de competitividade centrados em indústrias criativas e de inovação.</li> </ul>

A Tabela 11 apresenta os argumentos que justificam a seleção das prioridades 1.a) e 1.b), assim como os resultados esperados das ações previstas nas mesmas.

**TABELA 11. JUSTIFICAÇÃO DA SELEÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO OBJETIVO TEMÁTICO 1**

P.I.	JUSTIFICAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
1.a)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desempenho moderado em inovação e baixo nível de despesa em I&amp;D.</li> <li>Fraca especialização em atividades intensivas em tecnologia.</li> <li>Reduzida taxa de ocupação nos serviços de intensivos em conhecimento e de alta e média-alta tecnologia</li> <li>Fraca interação entre o setor público e o setor privado em I&amp;D+i.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento dos domínios científicos e tecnológicos nos quais se alcançou uma massa crítica com potencial para competir internacionalmente.</li> <li>Reorientação e promoção das capacidades de I&amp;D+i nos setores tradicionais, com vista à melhoria da competitividade e da inovação.</li> <li>Promoção das áreas de conhecimento que respondam aos grandes desafios sociais do Espaço de Cooperação (envelhecimento progressivo da população, a dispersão da população, riscos ambientais, etc.).</li> <li>Promoção da investigação em áreas emergentes e tecnologias facilitadoras (<i>key enabling technologies</i>) com potencial e onde o Espaço já tenha conhecimentos, projetados para atender as necessidades do território, incluindo as TIC, biotecnologia, nanotecnologia, tecnologias ambientais e para o surgimento de novas atividades empresariais na sequência dos resultados.</li> </ul>
1.b)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desempenho moderado em inovação e baixo nível de despesa em I&amp;D.</li> <li>Resultados reduzidos das atividades em I&amp;D+i.</li> <li>Dificuldade em aplicar os resultados da I&amp;D+i das infraestruturas e tecnologias existentes através da transferência e valorização das mesmas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar as relações entre centros de investigação e empresas, para que os resultados da investigação ofereçam soluções e agreguem valor acrescentado à atividade empresarial</li> <li>Promover a utilização e transferência dos resultados da investigação para que cheguem ao mercado e ofereçam soluções para as necessidades do tecido empresarial e social.</li> </ul>

### 1.2.2. Eixo 2: Crescimento inclusivo através de uma cooperação transfronteiriça para da competitividade empresarial

A linha de fronteira tem sofrido particularmente com a crise económica que afetou a União Europeia nos últimos anos, manifestando-se num enfraquecimento do crescimento económico e num impacto negativo significativo sobre o mercado de trabalho.

As microempresas que dominam o tecido produtivo no espaço de cooperação, no entanto, têm mantido a sua posição como o eixo central da economia regional, durante este período, o que mostra a sua relevância para o objetivo de criar emprego e impulsionar o crescimento económico.

No entanto, sofrem de algumas deficiências que podem condicionar, na prática, a sua contribuição para esse objetivo, como a dificuldade de acesso ao crédito, a falta de uma cultura de inovação e internacionalização limitada. Esta é a justificação prioritária do Eixo 2 que se divide em duas prioridades de investimento (3.A e 3.b) e dois objectivos específicos, todos no âmbito da Objetivo Temático 3 (Tabela 12).

**TABELA 12. TIPOLOGIA DE AÇÃO PREVISTAS POR PRIORIDADE DE INVESTIMENTO NO PO DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA-PORTUGAL 2014-2020. EIXO 2**

OT	PI	OE	TIPOLOGIA DE AÇÕES
OT 3	3.A	<b>OE 3A:</b> Melhorar as condições necessárias e propícias para o surgimento de novas iniciativas empresariais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações diretas de apoio às empresas, bem como outros voltados para a geração de serviços de apoio a <i>start-ups</i>, o seu desenvolvimento e consolidação.</li> <li>• Ações para fomentar uma cultura de empreendedorismo, especialmente entre os setores da população mais afetados pelo desemprego (como os jovens) e projetos-piloto para orientar os empreendedores.</li> <li>• Iniciativas e ações de apoio à criação, modernização e desenvolvimento de <i>clusters</i> transfronteiriços e nichos estratégicos e para a re-industrialização dos setores produtivos tradicionais, melhorando as suas capacidades tecnológicas.</li> <li>• Ações para promover a integração da criatividade e a geração de novas ideias em todas as fases e etapas da cadeia de valor, materializada através da criação de novos produtos e processos.</li> <li>• Ações que permitam aumentar a oferta de espaços para a implementação de novas iniciativas empresariais de base tecnológica e os recursos endógenos específicos nos primeiros anos de vida e que se constituam como centros de surgimento de novas ideias.</li> <li>• Ações que fomentem as estadias profissionais e as relações laborais para pessoas com grau académico médio ou superior.</li> <li>• Iniciativas e ações que permitam o aumento da participação das empresas em sistemas de formação profissional.</li> <li>• Ações focadas em apoiar jovens a concluir o ensino superior, para que possam realizar os seus projetos através de criação de protótipos e processos destinado a um segmento específico do mercado ou industriais específicas.</li> <li>• Iniciativas e ações em assessorar empresas no processo de inovação: concursos, encontros entre empreendedores e financiadores, apoio a redes "<i>business angels</i>".</li> <li>• Iniciativas e ações que permitam a melhoria das redes de informação entre os jovens, os trabalhadores em centros de informação jovem ou outro tipo de apoio e aconselhamento a este grupo, e os responsáveis por políticas de juventude.</li> <li>• Projetos de promoção da economia social.</li> </ul>
	3.B	<b>OE 3B:</b> Promover a competitividade naqueles setores do Espaço de Cooperação que apresentem vantagens competitivas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciativas e ações de apoio à criação de serviços transfronteiriços de informação ao tecido produtivo sobre ofertas de emprego, especialmente os perfis profissionais mais qualificados para aumentar a competitividade e impulsionar a internacionalização das empresas.</li> <li>• Iniciativas e ações de apoio à criação de sistemas de incentivo para criar protótipos de novos produtos e desenvolvimento de novos serviços para as PME com potencial de exportação.</li> <li>• Ações para promover relações de intercâmbio de oportunidades de negócio entre as empresas do espaço de cooperação, bem como para representar oportunidades de investimento direto e inovação.</li> <li>• Ações para promover a cooperação no conjunto das empresas, através do desenvolvimento e consolidação de <i>clusters</i> empresariais, e promover o desenvolvimento de ferramentas para estimular a integração dos atores regionais em consórcios de cooperação, redes internacionais e associações europeias.</li> <li>• Ações conjuntas de promoção e marketing empresarial, atraindo investimentos, missões comerciais internacionais, entre outros, para promover a internacionalização das empresas e sua penetração em mercados estrangeiros, especialmente nas áreas de maior identidade áreas transfronteiriças e com potencial desenvolvimento importante nesses mercados.</li> <li>• Ações de apoio ao desenvolvimento dos setores de bens comercializáveis com cargos mais altos na cadeia de valor.</li> <li>• Ações conjuntas para serviços de apoio para promover a competitividade empresarial: desenvolvimento de planos estratégicos, analisando tendências de mercado, prospecção tecnológica, etc.</li> <li>• Estudos e iniciativas para identificar ocupações com potencial para a mobilidade transfronteiriça.</li> <li>• Apoio a projetos de reforço de competências organizacionais e de gestão e acesso a mercados (incluindo através da presença na economia digital, marketing on-line). Apoio para ace projetos reforçar Competências organizacionais e Gestão e acessibilidade aos mercados (incluindo da Presença na economia digital utilizando, marketing on-line).</li> <li>• Ações para a promoção e implementação de plataformas de marketing conjuntas.</li> </ul>

Mais concretamente, a Tabela 13 expõe os argumentos justificativos que sustentam a seleção das prioridades 3.a) e 3.b) para o POCTEP 2014-2020.

**TABELA 13. JUSTIFICAÇÃO DA SELEÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO OBJETIVO TEMÁTICO 3**

P.I.	JUSTIFICAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
3.a)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perda significativa de produtividade nos últimos anos</li> <li>Acesso mais difícil ao crédito para as PME.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o empreendedorismo, incentivando o surgimento de novas ideias de negócio, principalmente de base tecnológica e de conhecimento intensivo.</li> <li>Melhorar o acesso ao financiamento para a criação de novas empresas e o crescimento e desenvolvimento das já existentes.</li> <li>Introdução de novos produtos e processos para melhorar a competitividade das empresas.</li> </ul>
3.b)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tecido produtivo pouco diversificado e focado em atividades de baixo valor acrescentado.</li> <li>Papel secundário desempenhado pelas atividades económicas de tecnologia mais intensiva.</li> <li>Empresas de pequena dimensão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar a competitividade das empresas no espaço de cooperação para garantir a sobrevivência do tecido produtivo local, criando empregos e aumentando a riqueza através de novos modelos de negócios, inovação e diferenciação.</li> <li>Melhorar o acesso das empresas aos mercados locais, especialmente externos, numa situação de contração da procura interna.</li> <li>Ajudar as empresas e, especialmente, as empresas tradicionais, a desenvolver estratégias de negócios baseadas na inovação, a fim de melhorar a sua competitividade e produtividade.</li> </ul>

**1.2.3. Eixo 3: Crescimento sustentável através de uma cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhoria da gestão dos recursos naturais**

O Eixo 3, como se depreende pela sua própria denominação, apresenta uma ligação direta com as questões ambientais constituindo as suas finalidades últimas.

Em concreto, o mesmo segue os Objetivos Temáticos (OT. 5 e OT. 6), de acordo com o estabelecido na Tabela 14.

**TABELA 14. TIPOLOGIA DE AÇÃO PREVISTAS POR PRIORIDADE DE INVESTIMENTO NO PO DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA-PORTUGAL 2014-2020. EIXO 3**

OT	PI	OE	TIPOLOGIA DE AÇÕES
OT 5	5.B	OE 5B: Aumentar a resiliência territorial para riscos naturais do Espaço de Cooperação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Iniciativas e ações que aumentem a oferta de infraestruturas e equipamentos de uso partilhado e serviços para a prevenção e combate aos incêndios e outros desastres naturais.</li> <li>+ Ações que promovam a gestão conjunta dos recursos humanos e materiais em situações de desastres naturais, e iniciativas e ações que possibilitem o desenvolvimento e implementação de planos conjuntos e ações para prevenir os riscos de origem natural.</li> <li>+ Ações que contribuam para a definição e delimitação de áreas perigosas sujeitas a inundações e afectadas pela erosão, além de melhorar o conhecimento sobre o riscos: estudos de identificação, mapas de riscos (naturais e tecnológicos).</li> <li>+ Ações de sensibilização à população sobre riscos naturais.</li> <li>+ Ações que contribuam para a monitorização sísmica e avaliação do estado da segurança de estruturas e infraestruturas; ações de controlo, monitorização e gestão conjunta da poluição do ar; e projetos-piloto para promover a vigilância costeira.</li> <li>+ Iniciativas e ações que permitam a melhoria da segurança e prevenção de riscos hídricos.</li> <li>+ Projetos focados na formação do pessoal dos serviços essenciais e complementares nos riscos identificados para garantir uma melhor capacidade de resposta.</li> <li>+ Projetos focados em fornecer informação e formação sobre autoproteção, tanto da população civil como dos titulares de infraestruturas críticas para melhorar a capacidade de resposta.</li> <li>+ Iniciativas e ações que permitam a criação de uma rede de entidades de voluntariado colaboradoras sensibilizando sobre a sua importância, partilhando de experiências e fornecendo mecanismos de colaboração entre os seus membros.</li> <li>+ Iniciativas e ações para promover a recuperação e restauração de áreas afetadas por desastres naturais.</li> <li>+ Iniciativas e ações que contribuam para a criação de uma ferramenta de monitorização para melhorar a gestão dos recursos naturais e ações para fortalecer a observação e a capacidade de previsão das dinâmicas do oceano e costeira.</li> <li>+ Ações com base na avaliação dos efeitos sobre a saúde e os riscos ambientais associados aos solos contaminados.</li> </ul>
OT 6	6.C	OE 6C: Proteger e valorizar o património cultural e natural como suporte da base económica da região transfronteiriça.	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Iniciativas e ações que contribuam para a criação de redes de espaços naturais e culturais, bem como a estruturação de redes físicas e imateriais que estruturam valores comuns de tipo natural, histórico e cultural.</li> <li>+ Ações de promoção, proteção e recuperação dos diferentes aspetos do património histórico e cultural, bem como os relacionados com a valorização, conservação e reabilitação do património edificado classificado e destinados à recuperação da funcionalidade dos ativos para novos usos culturais.</li> <li>+ Iniciativas e ações para a gestão coordenada dos recursos e roteiros turísticos com base em recursos ambientais e culturais comuns e a promoção conjunta da fronteira do espaço.</li> <li>+ Ações relacionadas com a valorização do turismo ambiental e a criação de redes internacionais especializadas no setor.</li> <li>+ Iniciativas e ações de animação e programação cultural conjunta com o potencial de atrair fluxos turísticos.</li> <li>+ Estudo e documentação do património cultural transfronteiriço.</li> <li>+ Ações para promover e sinalizar o património cultural, bem como a utilização de novas tecnologias (TIC) aplicadas ao turismo.</li> <li>+ Iniciativas e ações que contribuam para a criação de marcas turísticas ou agroalimentares tornando-se as componente de identidade da fronteira em oportunidades para desenvolver uma vantagem competitiva.</li> <li>+ Ações para promover os produtos tradicionais e usos culturais em áreas ambientalmente protegidas.</li> </ul>

OT	PI	OE	TIPOLOGIA DE AÇÕES
OT 6	6.D	<p><b>OE 6D:</b> Melhorar a proteção e a gestão sustentável dos espaços naturais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Iniciativas e atividades de gestão conjunta para a proteção e conservação das áreas naturais da fronteira e para a valorização do ambiente e dos recursos naturais.</li> <li>+ Iniciativas e ações para o planeamento coordenado das áreas naturais da fronteira, rios, barragens e reservatórios.</li> <li>+ Campanhas de sensibilização e educação ambiental que contribuam para a valorização dos recursos naturais em áreas protegidas, incluindo a Rede Natura.</li> <li>+ Iniciativas e ações de conectividade, equipamentos e desenvolvimento de conteúdos e ações que promovam a maior eficiência das infraestruturas e dos serviços ambientais, tais como uma maior coordenação.</li> <li>+ Ações que ajudem a reduzir a desertificação e desenvolvimento de sistemas de análise e manutenção da qualidade do solo.</li> <li>+ Ações que visem aumentar a investigação científica e os conhecimentos sobre proteção, recuperação e valorização, bem como a utilização e gestão sustentável dos recursos naturais (bióticos e abióticos).</li> <li>+ Ações para promover a avaliação dos serviços proporcionados pelos ecossistemas e seu valor económico.</li> <li>+ Ações para a sinalização e interpretação de áreas naturais e rotas com valor ambiental e ainda a preparação de materiais interpretativos dos recursos naturais comuns (áreas naturais, aves, lince, ...), do espaço rural e do seu património tangível e intangível.</li> <li>+ Ações de intercâmbio de informação ambiental e da harmonização dos sistemas de informação e apoio a redes e elaboração de programas comuns de voluntariado ambiental.</li> <li>+ Ações de formação para profissionais do setor primário com atividade na Rede Natura 2000.</li> </ul>
	6.E	<p><b>OE 6E:</b> Reforçar o desenvolvimento local sustentável ao longo de toda a linha de fronteira luso-espanhola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Intervenções-piloto em sítios de especial atração turística ou social, em centros históricos, núcleos urbanos, entre outros.</li> <li>+ Iniciativas para melhorar uma abordagem integrada e o desempenho operacional do transporte público sustentável, entre outras ações para promover sistemas de transporte inteligentes e mobilidade sustentável.</li> <li>+ Iniciativas e ações de gestão conjuntas para a valorização do ambiente urbano e que contribuam para a criação de corredores verdes urbanos com instalações de lazer.</li> </ul>
	6.F	<p><b>OE 6F:</b> Aumentar os níveis de eficiência na utilização dos recursos naturais para contribuir ao desenvolvimento de uma economia verde no espaço de cooperação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>+ Ações para reduzir a poluição proveniente de aterros sanitários e melhorar o impacto da paisagístico, promovendo a troca de experiências e a cooperação entre o pessoal técnico das instituições de ambos os países.</li> <li>+ Iniciativas e ações-piloto conjuntas de sistemas de recolha e gestão de resíduos sólidos urbanos, agrícolas e industriais, entre outras ações para aumentar o desenvolvimento tecnológico no tratamento de resíduos e valorização energética desses processos.</li> <li>+ Ações de planeamento e gestão coordenada de tratamento de águas em troços transfronteiriços de bacias hidrográficas partilhadas, bem como outros que contribuam para uma maior integração, eficiência e eficácia dos sistemas de gestão da água.</li> <li>+ Estudos, planos e iniciativas visando a formulação de modelos e abordagens inovadores para o uso sustentável e eficiência do uso da água na agricultura e boas práticas agrícolas e florestais.</li> </ul>

No âmbito do OT.5 desenvolve-se a Prioridade de Investimento 5.B com um único Objetivo Específico, o de promover o aumento da resiliência territorial para determinados riscos naturais.

Os riscos naturais são apresentados como uma das maiores ameaças tanto do ponto de vista ambiental, como para o bem-estar da população e do setor produtivo. A sua gestão é uma questão transversal para o planeamento e ordenamento do território, dado o crescente reconhecimento do papel que pode e deve desempenhar o ordenamento do território na redução de desastres naturais por meio de um planeamento sustentável do espaço geográfico como meio de obtenção de territórios mais seguros.

Assim, são fundamentais para uma adequada gestão de riscos, a colaboração e a cooperação de instituições competentes, o trabalho à escala regional, a cartografia específica de risco, o desenvolvimento de planos regionais para o ordenamento sustentável do território, assim como revisões periódicas dos planos de ação.

A nível transfronteiriço, a intervenção e ação conjuntas por parte das instituições competentes podem ser particularmente críticas, vendo-se reforçada no âmbito do PO, como resultado do espaço incluir dois países, Espanha e Portugal e várias regiões em cada um deles.

A Tabela 15 mostra a justificação desta Prioridade de Investimento, com base na existência de riscos naturais, bem como o agravamento destes como consequência dos efeitos das mudanças climáticas.

**TABELA 15. JUSTIFICAÇÃO DA SELEÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO OBJETIVO TEMÁTICO 5**

P.I.	JUSTIFICAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
5.b)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Probabilidade de riscos naturais, como a erosão, incêndios, seca, episódios de inundações e de carácter sísmico, que por vezes são agravados pela ação humana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover ações de prevenção dos riscos naturais, especialmente os mais latentes e que podem dificultar ainda mais o Espaço de Cooperação.</li> </ul>

Por sua vez, o OT.6 desenvolve-se em quatro prioridades de investimento relacionadas, cada uma delas, com o seu objetivo específico correspondente. Esta seleção vai desde a proteção e valorização do património cultural e natural à promoção do conhecimento, proteção e recuperação, uso sustentável e gestão dos recursos naturais e aumento dos níveis de eficiência na sua utilização, através do reforço do desenvolvimento local sustentável.

Uma das prioridades do POCTEP 2014-2020 que teve uma vasta experiência prévia em períodos de programação anteriores é a conservação e proteção do ambiente. A valorização dos recursos do património natural e do uso eficiente dos recursos são questões-chave para o novo período de programação.

De uma forma geral, passa por desenvolver estratégias de dinamização das atividades económicas com base num conjunto de recursos cuja organização transfronteiriça contribui para a definição de um modelo de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que melhora as oportunidades de emprego.

Neste contexto, foram selecionadas quatro prioridades de investimento dentro do Objetivo Temático 6, que são justificados de acordo com os argumentos apresentados na Tabela 16

**TABELA 16. JUSTIFICAÇÃO DA SELEÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO OBJETIVO TEMÁTICO 6**

P.I.	JUSTIFICAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
6.c)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fraca valorização do património histórico e cultural.</li> <li>• Potencial turístico relacionado com o ambiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhor utilização dos recursos naturais e ampliação da base económica.</li> <li>• Melhoria da competitividade territorial através da valorização dos espaços urbanos e fortalecimento da atividade turística.</li> <li>• Recuperação do valor e funcionalidade dos espaços naturais e do património histórico, cultural, arquitetónico e paisagístico.</li> <li>• Valorização económica dos serviços associados aos ecossistemas com o objetivo de potenciar segmentos emergentes turísticos, como o turismo de natureza.</li> </ul>
6.d)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição da biodiversidade devido a mudanças no uso das terras agrícolas.</li> <li>• Desertificação que se acentua na faixa inferior da fronteira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a dinâmica da cooperação na gestão das áreas protegidas.</li> <li>• Melhorar a eficácia dos sistemas de proteção e desenvolvimento de novos mecanismos para a gestão de áreas protegidas que melhorem a conservação da biodiversidade.</li> </ul>
6.e)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas industriais obsoletas (perda do tecido empresarial).</li> <li>• Rede urbana pouco desenvolvido.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar a poupança de energia, mobilidade sustentável e implantação das energias renováveis localmente.</li> <li>• Melhorar a articulação das realidades urbanas e rurais no espaço transfronteiriço.</li> <li>• Proteção do património industrial e avaliação dos destroços de desindustrialização e sua reutilização, a fim de promover o desenvolvimento sustentável das zonas urbanas como um todo.</li> </ul>
6.f)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzida eficiência energética.</li> <li>• Baixo nível de tratamento de resíduos.</li> <li>• Escassez e baixa qualidade de recursos hídricos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar o uso eficiente dos recursos naturais.</li> <li>• Reduzir a intensidade de emissões.</li> <li>• Melhorar o nível de conhecimento sobre as áreas costeiras, em termos de observação e previsão.</li> <li>• Gestão adequada dos resíduos, incorporando novos modelos inovadores de seleção e reciclagem, bem como prevenir a sua produção.</li> <li>• Bom ordenamento e uso do solo.</li> <li>• Desenvolvimento das energias renováveis terrestres e/ou marinhas e de eficiência energética.</li> </ul>

#### 1.2.4. Eixo 4: Melhorar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça

A cooperação transfronteiriça entre as autoridades locais e regionais em ambos os lados da fronteira luso-espanhola é uma das mais consolidadas e com mais tradição na Europa. Desde os anos 90 do século passado, a cooperação transfronteiriça nesta área tem experimentado um desenvolvimento espetacular, afetando mais territórios e entidades subnacionais.

Isto levou à criação de várias estruturas organizacionais comuns, tais como os consórcios, Comunidades de Trabalho, Associações ou Agrupamentos Europeus de Cooperação Territorial (AECT), destinados a promover e coordenar iniciativas concertadas dos dois lados da fronteira.

Isso tem sido possível devido ao aumento da participação dos diferentes atores envolvidos no espaço transfronteiriço, propiciando o trabalho em rede e coordenação de plataformas conjuntas.

Neste contexto, no entanto, persiste a necessidade de novos progressos e é essa necessidade que, com base nos argumentos enumerados na Tabela 18 justifica a seleção do Objetivo Temático 11.

**TABELA 17. JUSTIFICAÇÃO DA SELEÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO DO OBJETIVO TEMÁTICO 11**

P.I.	JUSTIFICAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
11	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assimetrias existentes entre as partes para as áreas institucionais, jurisdicionais, funcionais e orçamentais e a própria inércia histórica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidação da "desfronteirização" da Raia luso-espanhola, impulsionando processos de aproximação, de reencontro e cooperação entre os diversos intervenientes a operar neste território.</li> <li>Alcançar uma integração mais eficaz, materializada na unidade territorial recente conhecida genericamente como região transfronteiriça ou Euroregião.</li> <li>Melhorar a qualidade de vida da população do Espaço de Cooperação através da gestão conjunta e uso partilhado de serviços públicos de saúde, emprego, lazer e desportivos, entre outros.</li> </ul>

Especificamente, as linhas de atuação previstas nesta área encontram-se listadas na Tabela 18 através das quais se pretende responder a um único Objectivo Específico, o de *"gerar e promover novas estratégias únicas para o diálogo e interação, que desencadeiem novas sinergias e novos processos de mobilização e agregação de interesses entre os diversos intervenientes que operam na fronteira"*.

**TABELA 18. TIPOLOGIA DE AÇÃO PREVISTAS POR PRIORIDADE DE INVESTIMENTO NO PO DE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ESPANHA-PORTUGAL 2014-2020. EIXO 2**

OT	PI	OE	TIPOLOGIA DE AÇÃO
11	11	<p><b>OE 11A:</b> Consolidar estratégias de cooperação transfronteiriças entre os diversos intervenientes que operam no território.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações para a coordenação de serviços públicos de emprego das diferentes regiões da Raia.</li> <li>• Ações que contribuam para a criação e implementação de modelos de governança transfronteiriça.</li> <li>• Iniciativas e ações que contribuam para a definição e estabelecimento de mecanismos de consulta entre as autoridades envolvidas em diferentes áreas de interesse comum.</li> <li>• Ações para a identificação de entidades e capacidades existentes no território para a formação, o fomento do empreendedorismo e a promoção do crescimento inclusivo.</li> <li>• Iniciativas para o reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais.</li> <li>• Iniciativas e ações que contribuam para a criação de instrumentos inovadores orientados para a articulação e desenvolvimento do espaço transfronteiriço.</li> <li>• Iniciativas e ações que contribuam para o desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas das organizações que trabalham na área da fronteira através da avaliação comparativa e do intercâmbio de experiências e boas práticas.</li> <li>• Ações que contribuam para o desenvolvimento e coordenação de Planos Estratégicos Transfronteiriços.</li> <li>• Iniciativas e ações ao nível social e cultural ao serviço de uma cidadania activa (cultura, desporto, educação e turismo).</li> <li>• Ações que contribuam para a implementação de programas de meios de comunicação comuns e programas bilingues nas regiões fronteiriças.</li> <li>• Ações que contribuam para o fortalecimento da rede de centros de formação em áreas rurais.</li> <li>• Iniciativas e ações que contribuam para a gestão de equipamentos transfronteiriços compartilhados.</li> <li>• Ações para eliminar os custos de contexto transfronteiriço, em áreas como os transportes, as comunicações, as emergências, relações de trabalho, entre outros possíveis.</li> </ul>

### 1.3. RELAÇÃO COM OUTROS PLANOS E PROGRAMAS RELACIONADOS

O processo de desenvolvimento do POCTEP 2014-2020 procurou assegurar a sua coerência com outros planos e instrumentos relevantes ao nível nacional e regional, que pudessem estar interligados.

Neste sentido, a Avaliação prévia ou ex ante que tem vindo a ser feita do Programa e que será finalizada assim que a versão final se consolide, tem entre seus principais objetivos avaliar e assegurar a coerência interna do Programa com os elementos que o integram, e externamente com os instrumentos estratégicos ou outros instrumentos de gestão com os quais se relacione.

Em seguida, são abordados os planos, programas e outros instrumentos em vigor que podem afetar ou ser afetados de forma mais significativa pelo POCTEP 2014-2020 e que formam parte dos elementos analisados no âmbito da Avaliação ex ante para garantir a coerência.

Assim, é analisada a compatibilidade do POCTEP em relação aos planos que poderiam levar a uma alteração significativa do ambiente, e que poderiam limitar o uso da terra.

#### 1.3.1. Coerência externa do POCTEP em relação aos principais instrumentos de financiamento da UE

A Política Regional deve desempenhar um papel de destaque que valorize a função do território como fator não limitativo e impulsor de desenvolvimento. No entanto, não há dúvida de que os impulsos de crescimento também deve partir da **interação da política estrutural com outras políticas e programas comunitários.**

Por conseguinte, o contributo destas políticas para garantir o desenvolvimento harmonioso que reduza as diferenças entre as diversas regiões, com base num crescimento inteligente, sustentável e inclusivo deve ser importante.

A partir desta perspetiva, a implementação do POCTEP não deve ser vista como um programa isolado, mas que deve levar em conta o contributo de outros programas existentes de financiamento da UE e com os que compartilha áreas de atuação, instrumentos, público-alvo, etc., para assegurar um desenvolvimento harmonioso, que reduza as diferenças entre as diversas regiões e, ao mesmo tempo, encoraje e promova uma maior eficiência nos resultados e impactos das ações apoiadas e ainda uma maior sustentabilidade das mesmas.

Os principais programas europeus de financiamento que devem ser objeto de consideração na implementação do POCTEP para criar sinergias e complementaridades que otimizem os resultados alcançados são:

	INICIATIVA «HORIZONTE 2020»: Visa contribuir para a construção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação em toda a UE, assim como a realização e o funcionamento do Espaço Europeu de Investigação.
	MECANISMO «INTERLIGAR EUROPA»: Programa destinado a acelerar o investimento a longo prazo em estradas, ferrovia, redes elétricas e redes de banda larga rápida.
	INICIATIVA «LIFE»: Promove a integração de aspetos ambientais na formulação e execução de políticas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.
	PROGRAMA «NER 300». Financiamento de projetos de demonstração comercial de captura e armazenamento de CO <sub>2</sub> assim como de projetos de demonstração de tecnologias inovadoras de energias renováveis.
	PROGRAMA MUDANÇA E INOVAÇÃO SOCIAL: Integrará os atuais Programas «Progress» (emprego e solidariedade social), «Eures» (serviços europeus de emprego) e o «Instrumento Europeu de Microfinanciamento Progress».
	PROGRAMA «EUROPA CRIATIVA»: Continuação dos programas MEDIA e CULTURA 2007-2013. Persegue a valorização cultural como um fator da estratégia Europa 2020 reforçando a competitividade do setor criativo e cultural, sobretudo PMES.
	PROGRAMA «ERASMUS»: Procura dar resposta às necessidades de ensino e aprendizagem de todos os participantes no ensino superior formal e na formação profissional de nível superior.
	PROGRAMA «LEONARDO DA VNCI»: Pretende melhorar a competitividade do mercado de trabalho europeu, ajudando a adquirir novas habilidades e conhecimentos. Apoa também as inovações e melhorias nos sistemas de formação profissional.
	PROGRAMA «COSME»: Persegue a melhoria das condições para a competitividade e sustentabilidade das empresas, promover o empreendedorismo e melhorar o acesso ao financiamento e aos mercados.

A análise da coerência externa do POCTEP baseou-se na avaliação das relações de eficiência e de compatibilidade que têm com outras intervenções públicas. Isso permitiu obter um escalonamento que vai desde uma situação de "*contradição*" no lado negativo e "*sinergia*" no positivo:

- ✦ **Contradição:** As intervenções produzem resultados contraditórios que limitam a geração de impactos positivos sobre o território ou grupos de destinatários.
- ✦ **Competição:** As intervenções compartilham certos aspetos (tais como beneficiários, tipos de atividades, setor produtivo, etc.), mas as condições de acesso ao apoio diferem, o que pode levar a "efeitos de substituição".

- + Duplicação: As intervenções apoiam os mesmos beneficiários com linhas de ação semelhantes no mesmo território.
- + Lacunas: As intervenções não cobrem algumas áreas prioritárias de ação, devido a uma coordenação deficitária, entre outras razões possíveis.
- + Neutralidade: As intervenções não tiveram qualquer interação, nem pelas medidas que apresentam nem pelos pelos grupos-alvo das mesmas.
- + Complementaridade: As intervenções apresentam objetivos comuns.
- + Sinergias: As intervenções incluem ações com impacto potencial maior que a soma dos impactos dessas mesmas ações consideradas separadamente ou de forma isolada.

As conclusões apontam para potenciais complementaridades a explorar, prevendo-se várias possibilidades de os seus efeitos se reforçarem devido devido à intervenção de outros instrumentos europeus. O maior grau de eficiência e complementaridade é observado com o *Programa de Investigação e Inovação da União Europeia 2014-2020 (H2020)*, o *Programa do Ambiente e Alterações Climáticas (LIFE)* e o *Programa para a Competitividade das Empresas e para as Pequenas e Médias Empresas (COSME)*.

A Tabela 19 resume a avaliação das diferentes dimensões consideradas para determinar a relação de eficiência e compatibilidade do POCTEP com outros programas de intervenção comunitária.

**TABELA 19. ANÁLISE DA COERÊNCIA ENTRE O POCTEP E OUTROS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO**

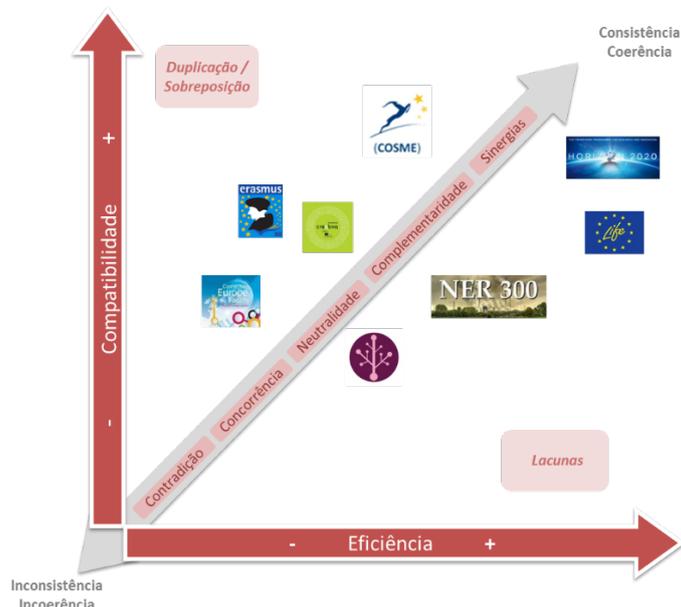
	H2020	Interligar Europa	LIFE	NER 300	PSCI	Erasmus+	COSME	Europa Criativa
Contradição	+	+	+	+	+	+	+	+
Competição	+++	+	+++	++	++	+	++	+
Duplicação	++	+	++	+	+	+	++	+
Lacunas	+	++	+	+	+	+	+	+
Neutralidade	+	++	+	++	+	+	+	+
Complementaridade	+++	+	+++	++	++	+++	+++	+++
Sinergias	++	+	+++	++	+	+++	+++	++

+ Débil
++ Média
+++ Alta

Fonte: *Elaboração própria*

O Esquema 2, por sua vez, apresenta graficamente os resultados desta análise, cujos elementos justificativos se descrevem abaixo:

**ESQUEMA 2. AVALIAÇÃO DA COERÊNCIA EXTERNA DO POCTEP  
EM RELAÇÃO A OUTROS PROGRAMAS EUROPEUS**



Fonte: Elaboração própria

- ✦ **Programa de Investigação e Inovação da União Europeia 2014-2020 (H2020):** H2020 é o novo programa de investigação, desenvolvimento e inovação para o período 2014-2020, da Comissão Europeia. É apresentado com o objetivo de construir uma ponte entre a investigação e o mercado, num novo impulso para o triângulo do conhecimento: educação, investigação e inovação.

O H2020 compartilha desafios e objetivos marcados e enquadrados na Estratégia 2020, o que favorece as relações de complementaridade com o POCTEP. Ambos compartilham o objetivo de melhorar a excelência científica e promover a competitividade e inovação, mas por meio de diferentes estratégias:

- ✦ O H2020 coloca a excelência científica como o único critério para a seleção (na maioria dos programas), embora nem todas as regiões e países estejam no mesmo ponto de partida no que diz respeito às capacidades, infraestruturas e recursos em I&D+i para competir em condições de igualdade. Além disso, tem uma abordagem predominantemente *top down*, especialmente na parte dos "desafios sociais".

- ✦ O POCTEP, entretanto, é o mais adequado para desenvolver e melhorar a competitividade internacional das capacidades de I&D+i existentes na fronteira, de modo a que se desenvolva uma massa crítica suficiente para ser capaz de competir internacionalmente com os principais centros de investigação europeus. A sua abordagem é mais aberta e mais próxima das necessidades dos parceiros socioeconómicos em matéria de I&D+i (*bottom-up*).

Portanto, embora os programas de trabalho do H2020 nem sempre reflitam os problemas e desafios científicos específicos que afetam o espaço de cooperação transfronteiriço, deve-se notar que o POCTEP é um bom mecanismo para financiar questões de I&D+i importantes para o território que não se encontram listadas nas convocatórias do H2020, assim como para melhorar a participação no mesmo, tanto de empresas como de centros de investigação através da criação de massa crítica (combinando as capacidades e recursos de ambos os lados da fronteira) que lhes permita otimizar a sua capacidade na obtenção de recursos.

- ✦ **Mecanismo Interligar a Europa:** O objetivo é o desenvolvimento de redes transeuropeias de alta qualidade, sustentáveis e eficazes, em matéria de transporte, energia e banda larga. Em termos de coerência entre as estratégias do POCTEP e do *Mecanismo Interligar a Europa* não se verificam questões relacionadas com os aspetos da contradição, a competição e a duplicação de intervenções já que a estratégia de cooperação transfronteiriça não inclui o OT 2 sobre o acesso às TIC nem o OT 7 relativo à promoção do transporte sustentável e eliminação dos constrangimentos nas principais infraestruturas de rede.

Em relação ao domínio da energia, este assunto está contido na PI. 6.F, mas o foco no POCTEP está mais voltado a melhorar a eficiência energética e reduzir o consumo de energia, enquanto que o *Mecanismo Interligar a Europa* é destinado principalmente à modernização das infraestruturas de transmissão de energia e garantir o fornecimento de energia na Europa.

No entanto, devem notar-se possíveis problemas relacionados com a neutralidade e/ou falta de iniciativas a este respeito ao nível transfronteiriço. Ao contrário dos programas de cooperação anteriores que abrangiam aspetos relacionados com as infraestruturas de comunicação e acesso à banda larga, neste novo programa estas questões não aparecem como prioritárias.

- ✦ **Programa do Ambiente e Alterações Climáticas (LIFE):** O objetivo é melhorar a aplicação da política e legislação da UE em matéria de clima e ambiente. Para este fim, o LIFE desenvolve-se em torno de dois subprogramas:
  - ✦ O *Subprograma do Ambiente* concentra-se em três áreas prioritárias: eficiência dos recursos, biodiversidade e governança ambiental. Estas áreas temáticas estão também incluídas no POCTEP, particularmente nas PI 6C, 6D e 6F.

- ✦ O *Subprograma Acção para o Clima* abrange aspetos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, bem como uma área prioritária de governança, temas também previstos no POCTEP na PI 5B.

Além de partilhar áreas temáticas semelhantes, tanto o POCTEP como o Programa LIFE destinam-se a um público-alvo semelhante (principalmente os atores socioeconómicos relevantes em matéria de ambiente e alterações climáticas, especialmente os diferentes níveis de administração pública) usando também instrumentos similares (projetos de cooperação, que no LIFE não requerem como pré-requisito uma forte dimensão europeia).

Por conseguinte, *a priori* sem uma abordagem estratégica clara poderiam surgir alguns problemas de competição (os dois programas atuam sobre as mesmas questões e os mesmos beneficiários) e de duplicação de ações semelhantes e aplicados nos mesmos territórios. No entanto, apesar desses riscos, existem também amplas possibilidades de obter complementaridades e sinergias significativas entre os dois programas, especialmente através dos chamados "*projectos integrados*"<sup>8</sup>.

Finalmente, há que ter em conta que a nova iniciativa LIFE abandona, em maior medida, a abordagem "*bottom-up*" dos projetos, e embora estes ainda vão continuando a ter o seu lugar no programa, questões de elegibilidade encontram-se um pouco mais definidas e delimitadas em convocatórias anteriores. Daí que precisamente os projetos financiados no âmbito do POCTEP deveriam dirigir-se especialmente para essas questões e aspetos que não estão incluídos no LIFE e são de prioridade estratégica para o Espaço de Cooperação Transfronteiriça.

- ✦ **Programa NER 300:** Destina-se a financiar projetos de baixa emissão de carbono para combater as alterações climáticas, concedendo financiamento para o desenvolvimento de projetos de demonstração industrial na captura e armazenamento de CO<sub>2</sub> e energias renováveis inovadoras. Os projetos podem incluir as seguintes tecnologias renováveis: bioenergia, energia solar térmica, geotérmica, eólica, energias marinhas e gestão descentralizada das fontes de energias renováveis através de redes inteligentes.

O POCTEP promove, sobretudo através da PI. 6F, iniciativas para desenvolver soluções tecnologicamente inovadoras para a proteção ambiental e eficiência de recursos por meio de ações específicas para promover o desenvolvimento científico e tecnológico no domínio energético. Apresenta como objetivo melhorar a eficiência energética e reduzir o consumo de energia.

---

<sup>8</sup> Se Este é um novo tipo de projetos para implementar políticas e intervenções relacionadas com o clima e o ambiente a uma escala territorial maior através da coordenação e mobilização de outras fontes de financiamento, tanto de outros programas europeus, nacionais e regionais. Pode incluir iniciativas locais e regionais que visem o desenvolvimento de novas tecnologias, estratégias e planos de ação.

Por conseguinte, embora ambos os programas abordem questões relacionadas com a redução das emissões de carbono e o desenvolvimento científico e tecnológico no campo da energia, a sua abordagem difere significativamente. Assim, o *Programa NER 300* concentra-se exclusivamente no desenvolvimento de soluções tecnológicas muito próximas ao mercado e o financiamento concedido só cobre até 50%, sendo a outra metade financiada pelo setor privado e com o apoio dos Estados Membros.

Por outro lado, existem também os "*Transboundary projects*" que poderiam ser financiados por fundos estruturais, tais como o POCTEP. Mais uma vez, iniciativas ou projetos que possam ser de interesse pela sua relevância para o conjunto do Espaço poderiam obter fundos do POCTEP para ajudar a cobrir a parte não financiada pelo Programa NER 300.

- ✦ **Programa para a Mudança Social e a Inovação (PSCI):** Este é novo instrumento comunitário em matéria de emprego e assuntos sociais concebido para combater as altas taxas de desemprego, pobreza, exclusão social e envelhecimento da população, entre outros. Promove iniciativas que visam reforçar a coordenação das políticas sociais, a capacitação e o intercâmbio de boas práticas nestes domínios, como ações-piloto que posteriormente podem ser implementadas a uma escala maior.

Quer na temática do PSCI como na do POCTEP observam-se baixos níveis de contradição, competição e duplicação entre as intervenções de ambos os programas já que as áreas de competência do PSCI (política de emprego, inclusão social, condições de trabalho, não discriminação e igualdade de género) não estão sujeitos a intervenção direta do POCTEP. No entanto, os princípios da não discriminação e da igualdade de género estão presentes de forma transversal.

Além da inovação social e experimentação no campo das políticas sociais, o PSCI também inclui a *Iniciativa EURES* para apoiar a mobilidade laboral dos trabalhadores e incentivar as empresas a contratar recursos humanos para além de suas fronteiras. Nesta matéria, as políticas de emprego e formação de carácter transfronteiriço, são esperadas algumas intervenções no âmbito do OT 11 relativo à coordenação dos serviços públicos nas áreas transfronteiriças e de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais. Assim, poderiam surgir questões de competição e de duplicação em nichos de atividade muito pequenos, podendo o POCTEP constituir tanto a origem de iniciativas para o PSCI como um centro de experimentação das suas ações-piloto de maior sucesso à escala transfronteiriça.

- ✦ **Programa Erasmus+:** É o programa da UE para a educação, formação, juventude e desporto para o período 2014-2020. Tanto o *Erasmus+* como o POCTEP não apresentam problemas de competição e duplicação de esforços. Na verdade, é possível aproveitar oportunidades em termos de complementaridades e sinergias entre os dois programas, especialmente em matéria de educação, formação e desenvolvimento de competências e atitudes empreendedoras.

Mais concretamente, o *Erasmus+* inclui medidas para melhorar aspetos relacionados com a educação e formação para melhorar a formação do capital humano, através de uma maior adequação entre as necessidades do tecido produtivo e a oferta de formação existente, melhorando a competitividade das empresas do Espaço de Cooperação referida no OT 3. No mesmo sentido, tanto o OT 1 e o OT 3 referem-se à necessidade de reforçar a I&D+i e a competitividade em setores mais tradicionais ou com maior identidade no Espaço.

Estas questões são particularmente contempladas no *Erasmus+*, através das *Knowledge e Sector Alliances* e dos programas de mestrado conjuntos. Assim, o POCTEP poderia ser um primeiro passo na produção de projetos nessas áreas podendo depois encontrar financiamento no programa *Erasmus+*.

Da mesma forma, o POCTEP pode favorecer a continuação experiências bem-sucedidas que tenham sido financiadas no âmbito do programa *Lifelong Learning* em áreas e setores de interesse para o Espaço através do OT 3 e/ou 11 em que são esperadas ações dirigidas ao reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais. O mesmo pode acontecer com as iniciativas existentes em matéria de desenvolvimento de atitudes e espírito empreendedores, em que o POCTEP possa recorrer aos atores do território que tenham participado em projetos apoiados por programas relacionados com o *Erasmus+*, em anos anteriores.

Nas outras áreas abrangidas pelo *Erasmus+* de juventude e desporto não se identificam sobreposições.

✦ **Programa para a Competitividade das Empresas e Pequenas e Médias Empresas (COSME):** O COSME facilita aos empresários e às PME começar a operar, aceder a financiamento e a internacionalizar-se, além de apoiar as autoridades a melhorar o ambiente empresarial e facilitar o crescimento económico na União Europeia.

O âmbito de intervenção do Programa COSME conflui na mesma direção que o OT 3 do POCTEP, gerando significativas complementaridades e oportunidades para maximizar o impacto, embora haja um risco de duplicação, principalmente na promoção da cultura empresarial e na promoção da internacionalização das PME.

A grande diferença entre os dois é que as PME, no Programa COSME, são o público alvo do financiamento, enquanto o POCTEP, embora se possa participar em consórcio, é acompanhado por outras instituições públicas ou sem fins lucrativos cujo objetivo é o desenvolvimento de ações que criem condições propensas à internacionalização e à cultura empresarial e não tanto o financiamento direto às PME.

Além disso, 60% dos fundos do Programa COSME são destinados a cobrir um dos pontos fracos do Programa, ou seja, o de melhorar o acesso das PME ao financiamento, ações que pela sua natureza não se enquadram, em sentido restrito, dentro da estratégia do POCTEP.

✦ **Programa Europa Criativa:** O programa Europa Criativa é o programa europeu dedicado a estimular o setor cultural e criativo, através da promoção da cultura europeia, a diversidade linguística e do património cultural. A este respeito, é de referir apenas que o POCTEP inclui ações pontuais na PI 6C, relacionadas com o património cultural, com foco em aspetos relacionados com o reforço do mesmo predominantemente com fins turísticos, bem como ações voltadas para a sua proteção e conservação.

Assim, não se observam questões significativas associadas a problemas relacionados com a competição, contradição e duplicação de ações, já que o *Programa Europa Criativa* visa promover uma maior competitividade do setor cultural e criativo na Europa através de ações para a formação e capacitação de profissionais do setor e a criação de redes e plataformas, havendo também espaço para projetos de colaboração para promover os bens culturais.

A partir dessa perspetiva, poderiam ser encorajadas complementaridades tentando, a partir do POCTEP, desenvolver o sector criativo através de herança cultural disponível no Espaço de Cooperação como um setor competitivo e com potencial para o território, que então poderiam aceder a outras fontes de financiamento provenientes do *programa Europa Criativa* para continuar o seu andamento e desenvolvimento e tornar-se num dos vetores para a competitividade do Espaço de Cooperação Transfronteiriça.

### **1.3.2. Coerência do POCTEP em relação a outras políticas de intervenção nacionais e regionais que poderiam levar a uma alteração significativa do ambiente ou limitar o uso da terra**

O POCTEP 2014-2020 assentará sobre as bases estabelecidas pelo planeamento estratégico aplicável nos diferentes territórios elegíveis. Neste sentido, importa destacar os exercícios de programação a decorrer, nas diferentes regiões, com o apoio dos vários fundos da Política de Coesão.

Neste sentido, a coerência com tais intervenções é assegurada pela participação da coordenação nacional dos Estados envolvidos durante todo o processo de planeamento.

No caso da Espanha, a representação nos programas de cooperação territorial corresponde à *Dirección General de Fondos Comunitarios del Ministerio de Hacienda y Administraciones Públicas*, responsáveis pela coordenação e elaboração do Acordo de Parceria. Enquanto isso, em Portugal estabelece-se uma coordenação nacional centralizada, que recai na *Agência para o Desenvolvimento e Coesão*.

Os principais instrumentos que asseguram a coordenação adequada dos fundos alocados ao Programa com as outras intervenções cofinanciadas são os seguintes:

- ✦ O *Comité de Acompanhamento do POCTEP*, que contará com a participação dos responsáveis pelos Programas para o Crescimento e o Emprego, e vice-versa.
- ✦ As unidades administrativas que gerem os Programas dos dois objetivos em Espanha são as mesmas. Enquanto isso, o Acordo de Associação de Portugal assegura a participação e codecisão das autoridades regionais, de acordo com as diretrizes do Código de Conduta.
- ✦ O *Comité de Coordenação dos Fundos* continuará a sua função de coordenação durante a implementação de todos os Programas em que a Espanha participa. Esta tarefa será exercida igualmente em Portugal, através da *Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais dos Fundos de Coesão*.

Em suma, não existem mecanismos de coordenação suficientes que garantam a coerência e a complementaridade entre os programas de crescimento e de emprego contidas neste Acordo de Parceria e nos Programas de Cooperação territorial Europeia.

Quanto à complementaridade do POCTEP com outros instrumentos de financiamento comunitário, importa assinalar as seguintes considerações gerais:

- ✦ O Programa pode ajudar em determinadas áreas de intervenção do FSE contempladas dentro do objetivo temático de "Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral", apoiando o emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, nomeadamente através de projetos no âmbito dos Eixos 2 e 4.
- ✦ O FEADER e FEMP são instrumentos financeiros cujos objetivos se concentram em áreas territoriais transversais aos objetivos do Programa, sendo áreas onde as atividades agrícolas e de pesca, em muitos casos, constituem a base da economia local. É possível destacar complementaridades nas ações das PI 6.C e 6.D. do POCTEP.

Assim, a partir da perspectiva do FEADER, a complementaridade surge em projetos voltados para a proteção, conservação e valorização do património natural e recursos naturais, enquanto no FEMP as complementaridades podem ser obtidas em projetos que contribuam para a gestão sustentável dos recursos marinhos e contribuam para a expansão do conhecimento no domínio da proteção dos recursos da pesca.

Além disso, os principais referentes estratégicos considerados para a seleção dos Objectivos Temáticos foram, além dos *documentos preparatórios para os Acordos de Parceria de Espanha e Portugal e do documento de posição dos serviços da Comissão sobre a aplicação do Acordo de Parceria e dos Programas em ambos os países e da Estratégia Marítima para a Região Atlântica*, as **estratégias transfronteiriças regionais**, que incluem aquelas criadas no "*Plano de Investimentos Conjuntos para a Euroregião Galicia-Norte de Portugal 2014-2020*", a "*Proposta de Estratégia e Plano de Ação para a Cooperação*

*Territorial Douro/Duero 2014-2020", o "Plano Estratégico para a Cooperação e Desenvolvimento Territorial (ZASNET 2020)", o "Plano Estratégico da Comunidade de Trabalho da Beira Interior Norte -Província de Salamanca (CT BIN-SAL 2020)", a Estratégia relativa à Euroregião Alentejo-Centro-Extremadura"EUROACE 2020" ou o "Plano de Ação de Cooperação Transfronteiriça Andalucía-Algarve-Alentejo (PACT-A3)".*

A coerência com estes planeamentos transfronteiriços é também apoiada pela participação de todas as regiões do espaço de cooperação no Grupo de Trabalho constituído para a preparação do POCTEP 2014-2020.

Finalmente, como parte das consultas com as autoridades competentes e ao público interessado para preparar o Relatório de Definição de Âmbito, que determina o presente Estudo Ambiental Estratégico, as propostas recebidas sobre a coordenação com outros planos que poderiam levar a uma alteração significativa do ambiente ou restringir o uso do solo fizeram alusão ao seguinte:

- + Plan Hidrológico y de riesgo de inundación de la demarcación hidrográfica del Miño-Sil.
- + Plan Hidrológico y de riesgo de inundación de la demarcación hidrográfica del Duero.
- + Plan Hidrológico de la demarcación hidrográfica del Guadiana.
- + Plan Director de la Red Natura 2000 de Galicia.
- + Planificación de la red de transporte de electricidad 2014-2020 del Ministerio de industria, Energía y Turismo.
- + Legislación vigente sobre recursos hídricos, en línea con lo dispuesto por la Directiva Marco Sobre Aguas (Directiva 2000/60/CE).
- + Plan de Infraestructuras Viarias de Extremadura 2008-2015.
- + Plan Integrado de Residuos de Extremadura 2009-2015.
- + Estrategia de Cambio Climático para Extremadura 2013-2020.
- + Acuerdo para el Desarrollo Sostenible de Extremadura 2010-2020.
- + Plan de Rehabilitación y Vivienda de Extremadura 2013-2016.
- + Plan de Adaptación al Cambio Climático de Extremadura en el sector de recursos hídricos.
- + Programa A.G.U.A.

- + Plan Nacional de Calidad de las Aguas: Saneamiento y Depuración. PNCA 2007-2015.
- + Estrategia Nacional de Restauración de Ríos.

Além disso, outros planos vigentes ou em processo de elaboração relacionados com este Programa e, portanto, devem ser considerados são:

- + Programa Nacional da política de Ordenamento do Território 2025 (PNPOT).
- + Estratégia para o Crescimento Verde.
- + Plano Setorial da Rede Natura 2000.
- + Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI3+).
- + Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020).
- + Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC).
- + Estratégia Nacional para as Florestas.
- + Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.
- + Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB).
- + Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (Proposta de Revisão).
- + Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2005-2015).

Embora o POCTEP não vise o desenvolvimento de planos e programas setoriais relacionados, nem têm o poder de ordenar que sejam desenvolvidos, na prática constitui um quadro de projetos e atividades que podem facilitar a implementação de investimentos previstos na planificação existente em áreas de interesse comum entre as regiões de fronteira luso-espanholas. A tabela a seguir mostra as relações e interrelações entre essas estratégias e os eixos de desenvolvimento em que o POCTEP se articula.

TABELA 20. CORRESPONDÊNCIA COM OUTROS PLANOS DE RELEVÂNCIA

PLANOS DE RELEVÂNCIA	EIXO 1	EIXO 2	EIXO 3	EIXO 4
<b>DE CARÁTER TRANSFRONTEIRIÇO</b>				
Plano de Investimentos conjuntos para a Euroregião Galicia-Norte de Portugal 2014-2020	+	+	+	+
Proposta de Estratégia e de Plano de Ação para a Cooperação Territorial Douro/Duero 2014-2020	+	+	+	+
Plano Estratégico de Cooperação e Desenvolvimento Territorial (ZASNET 2020)	+	+	+	+
Plano Estratégico da Comunidade de Trabalho Beira Interior Norte-Província de Salamanca (CT BIN-SAL 2020)	+	+	+	+
Estratégia relativa à Euroregião Alentejo-Centro-Extremadura "EUROACE 2020"	+	+	+	+
Plano de Ação de Cooperação Transfronteira Andalúcia-Algarve-Alentejo	+	+	+	+
<b>OUTROS A CONSIDERAR DE ACORDO COM A PRIMEIRA FASE DO PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA</b>				
Plan Hidrológico y de riesgo de inundación de la demarcación hidrográfica del Miño-Sil.			+	
Plan Hidrológico y de riesgo de inundación de la demarcación hidrográfica del Duero			+	
Plan Director de la Red Natura 2000 de Galicia			+	
Planificación de la red de transporte de electricidad 2014-2020	+		+	
Legislación vigente sobre recursos hídricos			+	
Plan de Infraestructuras Viarias de Extremadura 2008-2015			+	
Plan Integrado de Residuos de Extremadura 2009-2015			+	
Estrategia de Cambio Climático para Extremadura 2013-2020			+	
Acuerdo para el Desarrollo Sostenible de Extremadura 2010-2020			+	
Plan de Rehabilitación y Vivienda de Extremadura 2013-2016	-	-	-	-
Plan de Adaptación al Cambio Climático de Extremadura en el sector de recursos hídricos			+	
Programa A.G.U.A.			+	
Plan Nacional de Calidad de las Aguas: Saneamiento y Depuración. PNCA 2007-2015			+	
Estrategia Nacional de Restauración de Ríos			+	
<b>OUTROS A CONSIDERAR DE ACORDO COM UMA FASE POSTERIOR DO PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA</b>				
Programa Nacional da política de Ordenamento do Território 2025 (PNPOT)		+	+	+
Estratégia para o Crescimento Verde			+	
Plano Setorial da Rede Natura 2000			+	
Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI3+)			+	
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (EN AAC)			+	
Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)			+	
Estratégia Nacional para as Florestas			+	
Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios			+	
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)			+	
Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS)				
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (Proposta de Revisão)	+	+	+	

## 2. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO ÂMBITO TERRITORIAL DE APLICAÇÃO

### 2.1. CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DAS ZONAS QUE PODEM SER AFETADAS DE FORMA SIGNIFICATIVA

#### 2.1.1. Orografia

As unidades de relevo presentes na Península Ibérica inseridas no Espaço de Cooperação Transfronteiriço Espanha-Portugal são, de Norte a Sul, tal como representado no Mapa 3, o Maciço Galaico, a Submeseta Norte na sua parte ocidental, o Sistema Central, os Montes de Toledo, a Depressão Atlântica, Serra Morena e a Depressão de Guadalquivir.

Estas unidades de relevo distintas conferem às cinco sub-regiões do espaço fronteiriço entre Espanha e Portugal condições ambientais singulares e uma enorme diversidade física e natural que a detalhar nos diferentes pontos.

O Mapa 11 mostra as unidades de relevo da Península Ibérica.

MAPA 11. UNIDADES DE RELEVO DA PENÍNSULA IBÉRICA



Fonte: Território y Sociedad, Espanha.

De seguida, para cada uma das cinco sub-regiões de cooperação transfronteiriça, abordam-se as unidades morfológicas dominantes:

- + Subregião Galícia - Norte de Portugal. Corresponde a duas unidades morfológicas ou espaços comarcais bem definidos:
  - + Vale do Minho, onde a fronteira tem um carácter fluvial.
  - + Montanhas do Norte, em que a fronteira tem características de barreira montanhosa atravessada transversalmente por corredores locais que descrevem vales de intenso aproveitamento agrícola e pecuário e espaços naturais transfronteiriços como a Peneda-Gerês.
- + Subregião Norte de Portugal-Castilla y León. Na região Norte de Portugal e Castilla y León existem três espaços comarcais distintos:
  - + Zonas escarpadas de carácter florestal, como os espaços naturais de Montesinho, Sanabria e Culebra.
  - + Peneplanície do Nordeste trasmontano/zamorano onde o limite se ajusta às linhas de crista de pequenas colinas, divisórias de vales e cabeceiras das bacias hidrográficas secundárias afluentes do Douro.
  - + As Arribas do Douro, espaço natural transfronteiriço que define, com morfologia de vale granítico, a orientação do vale médio até ao vale baixo do rio, com os seus afluentes Côa, Águeda e Tormes.
- + Subregião Centro de Portugal-Castilla e León. O espaço fronteiriço da subregião Centro de Portugal-Castilla e León destaca a delimitação das montanhas do maciço central: Serra da Estrela, Sierra de Gata, Peña de Francia e Sierra de Gredos e pelo rio Douro.
- + Subregião Alentejo-Centro-Extremadura. No território fronteiriço da subregião Alentejo-Centro-Extremadura identificam-se quatro grandes espaços comarcais:
  - + Vale médio do Tejo ao sul da Serra da Malcata, com apenas 900 metros de altitude, onde a fronteira abandona quase por completo o seu aspeto montanhoso para se converter numa fronteira fluvial com os rios Eljas, Torto, Tejo e Sever.
  - + A Serra de São Mamede (Parque Natural), maciço montanhoso com a aridez característica da planície alentejana cumprindo uma importante função de microclima.
  - + Vale médio do Guadiana.
  - + O sopé da Serra Morena, onde a fronteira caminha para a vertente norte dos Picos de Aroche, entre os 500 e os 600 metros de altitude.

- + Subregião Alentejo-Algarve-Andaluzia. Três sistemas territoriais marcam este espaço de fronteira Alentejo-Algarve-Andaluzia:
  - + A Serra de Aracena (Parque Natural), bem como as ZPE de Peñas de Aroche, Serra Pelada e Rivera del Aserrador.
  - + Vale baixo do Guadiana, na zona Central e Sul da província de Huelva e no Baixo Alentejo e Oriente algarvio, onde a fronteira volta a ser fluvial através dos rios Chança e Guadiana até á foz atlântica. Existe atividade mineira que se integra na Faixa Piritosa Ibérica.
  - + Litoral Sul atlântico, onde a paisagem se altera na estreita franja litoral da fronteira onubense/algarvia. Trata-se de um eixo de espaços naturais litorais, desde o Parque a Ria Formosa até aos pântanos de Odiel.

### 2.1.2. Climatologia

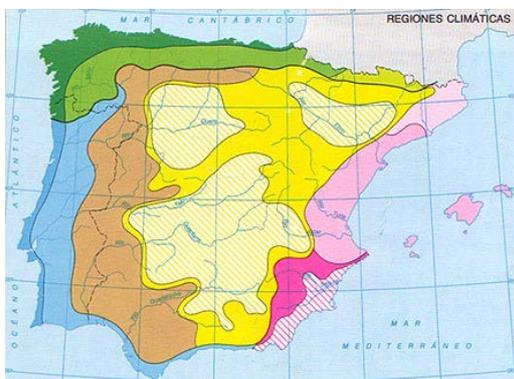
A Península Ibérica e, conseqüentemente, o Espaço de Cooperação Transfronteiriça, apresenta uma elevada variedade de climas. A topografia com cadeias montanhosas, amplos planaltos e franjas litorais influenciam significativamente a distribuição da nebulosidade, insolação, precipitação e ventos.

A Península localiza-se entre as zonas tropicais e temperadas, sendo zona de influências da corrente de jato polar, com as suas frentes e tempestades associadas e as altas pressões tropicais do anticiclone dos Açores.

O espaço fronteiriço luso-espanhol encontra-se situado no limite sul de influência da frente polar que é responsável pelo clima húmido continental da zona ocidental da Europa, que se distingue na quase totalidade do espaço, e onde se diferencia no limite norte, na subregião Norte de Portugal-Galícia, um clima atlântico devido à influência oceânica.

Relativamente à caracterização das condições climáticas da fronteira entre Espanha e Portugal, o Mapa 4 identifica as regiões climáticas da Península Ibérica.

### MAPA 12. REGIÕES CLIMÁTICAS PENÍNSULA IBÉRICA



Fonte: Geografía Física. Universitat Pompeu Fabra

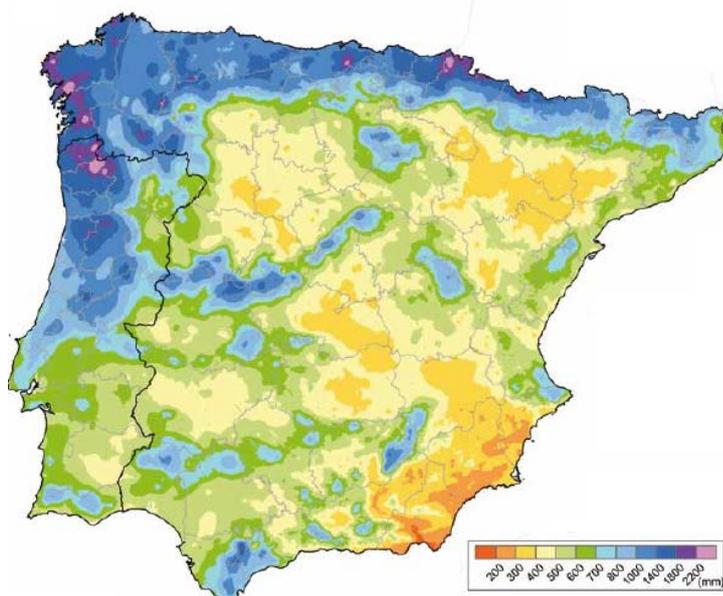
Da análise ao mapa conclui-se que existem duas regiões climáticas distintas:

- + A Norte, na região Galícia-Norte de Portugal, domina um clima de carácter atlântico marítimo e submarítimo, também presente nas zonas de fronteira de clima europeu ocidental marítimo e submarítimo e clima continental atenuado.
- + Nas restantes regiões: Castilla y León-Norte de Portugal, Castilla e León-Centro de Portugal, Alentejo-Centro de Portugal-Extremadura e Alentejo-Algarve-Andaluzia domina um clima continental atenuado.

Para completar a descrição climática do Espaço Transfronteiriço, o Mapa 13 representa a precipitação média na Península Ibérica para o período 1971-2000. Do mesmo, deduz-se para cada uma das subregiões transfronteiriças:

- + A região Galícia-Norte de Portugal apresenta precipitações anuais com valores entre os 700 e os 1800 mm.
- + A região Castilla y León-Norte de Portugal apresenta precipitações anuais com valores entre os 500 e os 1000 mm.
- + As regiões Castilla León-Centro de Portugal, Alentejo-Centro de Portugal-Extremadura e Alentejo-Algarve-Andaluzia apresentam valores de precipitação anual entre 400 e 700 mm.

MAPA 13. PRECIPITAÇÃO MÉDIA PARA A PENÍNSULA IBÉRICA (1971-2000)



Fonte: Atlas Climático Ibérico (IM, I.P. e AEMET)

As precipitações mostram, portanto, uma repartição desigual, sendo bastante superiores na região Galícia-Norte de Portugal, onde domina o clima atlântico marítimo.

A variação estacional das precipitações e a diferença entre a disponibilidade natural de recursos hídricos na fronteira luso-espanhola influencia o maior ou menor escoamento, as problemáticas relacionadas com as secas, incêndios e consequências nas atividades económicas como a agricultura e a pecuária.

### 2.1.3. Recursos Naturais

O Espaço de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal localiza-se na Península Ibérica, na fronteira entre ambos os países e é conhecido também como a Raia Ibérica. O potencial dos recursos naturais existentes na Raia é variado e de grande valor representando um verdadeiro capital natural.

Neste ponto descreve-se a situação no Espaço Transfronteiriço dos recursos naturais, solo, florestas e água.

O uso eficiente dos recursos naturais é fundamental para a criação de cenários económicos de sustentabilidade devido à dependência que a economia tem dos ativos naturais.

A utilização adequada dos mesmos também contribui para os serviços que os ecossistemas fornecem e para o estabelecimento de modelos de produção e consumo sustentáveis onde se devem incorporar os custos ambientais e sociais.

### **a) Solo**

O solo como recurso natural é considerado renovável ainda que a sua formação seja demorada e complexa. A variedade edafológica da Península Ibérica parte dos distintos tipos de rocha dominante: sílica com relevo granítico, calcário, com destaque para o relevo cárstico, e argilas de relevo tabular.

O Mapa 14 indica as regiões litológicas presentes na Península Ibérica (área siliciosa, área de calcário e área argilosa), destacando-se na zona da Raia Ibérica a área siliciosa.

Na área siliciosa, observa-se um relevo granítico de erosão diferencial. Este relevo é o mais antigo da Península, originário da era pré-câmbrica e primária. É composto por rochas como o granito, a lousa e o quartzito que lhe atribuem formas arredondadas e fraturadas. Está localizada maioritariamente para oeste, desde a Galiza, León e Extremadura.

**MAPA 14. REGIÕES LITOLÓGICAS DA PENÍNSULA IBÉRICA**



Fonte: Adaptação Sitemap

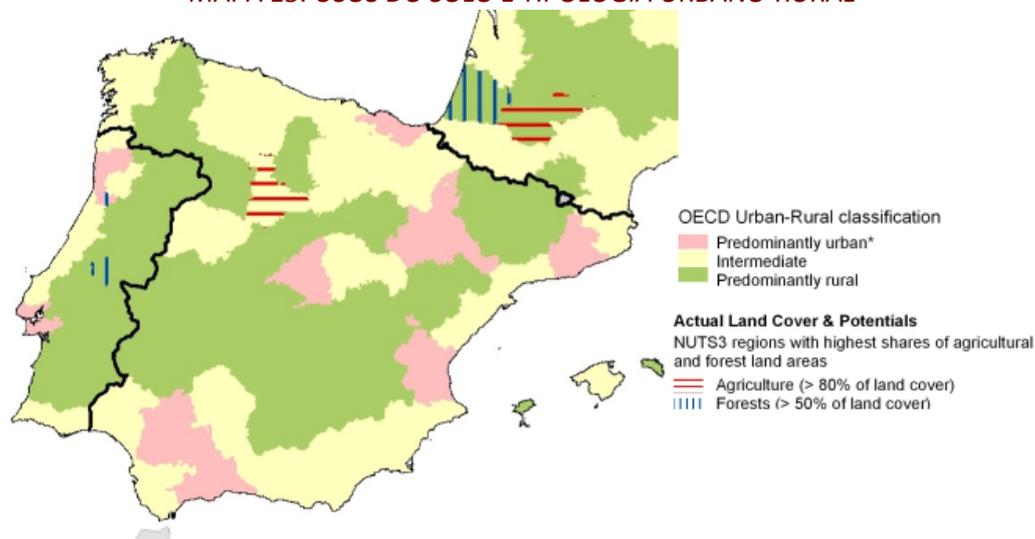
No geral, a geomorfologia é ondulada, entalhada nas rochas ígneas e metamórficas. Os recursos minerais de ambos os lados da fronteira também contribuem para o florescimento de uma indústria de extração e transformação de pedras ornamentais sobre todo o lado galego, onde a orogenia hercínica faz aflorar enormes áreas de rochas cristalinas.

A subregião Alentejo-Algarve-Andaluzia encontra-se na Faixa Pirítica Ibérica de importante concentração de sulfuretos massivos, extração de cobre, zinco, chumbo, mármore e, em alguns casos, de metais preciosos como ouro e prata. Esta faixa tem cerca de 250 km de comprimento e 30 a 50 km de largura, estendendo-se de Alcácer do Sal em Portugal, à província de Sevilha em Espanha.

A respeito dos usos do solo, o Mapa 15 mostra a classificação do solo pela OCDE entre predominantemente urbano, intermédio e predominantemente rural, bem como zonas com maior potencial para floresta ou agricultura. Pode-se considerar que a zona fronteiriça Espanha-Portugal é predominantemente rural, com zonas intermédias na costa e em Salamanca.

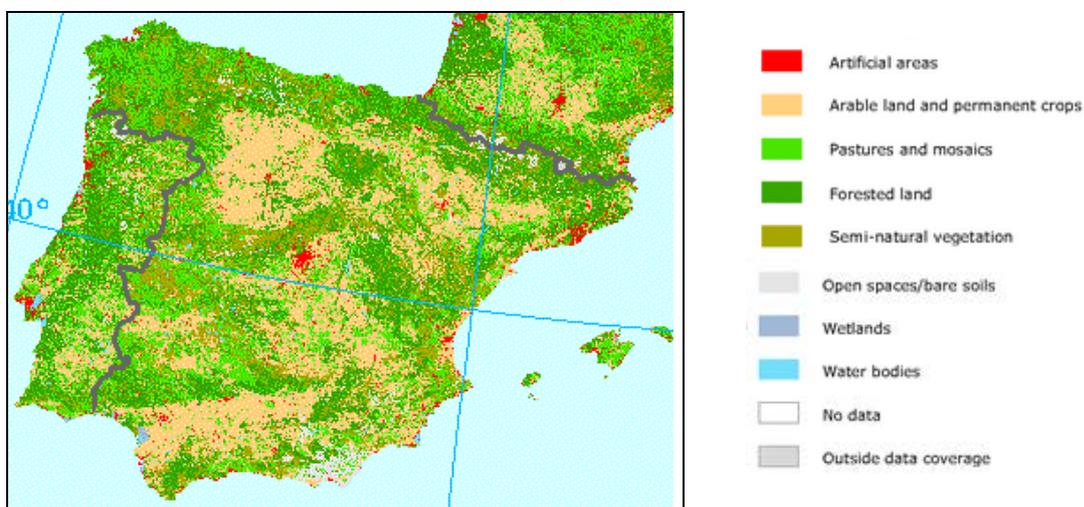
O Mapa 16 ilustra a distribuição dos usos do solo na fronteira luso-espanhola sob classes agregadas: áreas artificiais, terras aráveis e cultiváveis permanentes, pastos, florestas, vegetação seminatural, espaços abertos e zonas húmidas. Como se percebe, no Espaço de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal predominam as terras aráveis e cultiváveis permanentes, pastos, florestas e vegetação seminatural.

MAPA 15. USOS DO SOLO E TIPOLOGIA URBANO-RURAL



Fonte: CORINE, DG REGIO, OECD 2011

MAPA 16. DISTRIBUIÇÃO POR CLASSES AGREGADAS DE USOS DO SOLO



Fonte: European Environment Agency (EEA) - Corine Land Cover types 2006

## b) Florestas

A massa florestal na Península Ibérica caracteriza-se pela presença de duas áreas fundamentais:

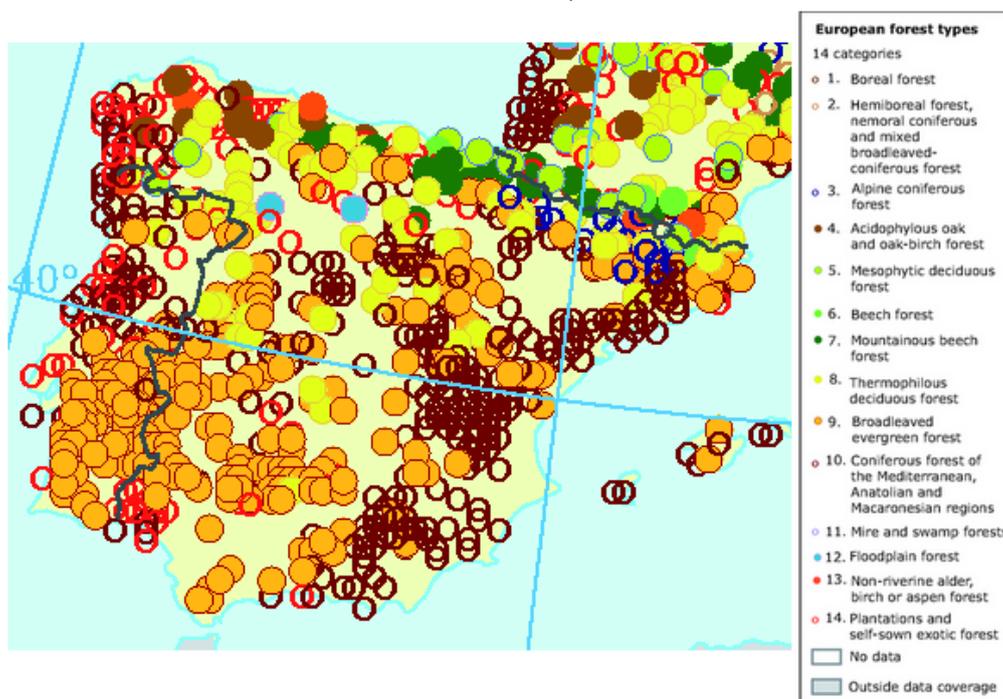
- ✦ A área oceânica, onde domina o bosque caducifólio de carvalhos com freixos e plantações. As zonas montanhosas caracterizam-se pela presença de faias. A influência mediterrânica constata-se na presença de carvalhos de louro.

As espécies dominantes são faias, carvalhos e castanheiros. Estão frequentemente associados a um sub-bosque de arbustos (urze, tojo, vassoura) e a formações campestres herbáceas.

- ✦ Na área mediterrânica, apresentam-se como bosques típicos, os perenifólios de folha endurecida, como azinheiras e montado de sobreiro. O carvalho-negral estende-se pela região Galícia-Norte de Portugal, preferindo solos silícios e substitui, latitudinalmente, as azinheiras e sobreiros.

Relativamente aos tipos de florestas europeias que existem no espaço transfronteiriço de Espanha-Portugal (Mapa 17), há que distinguir o domínio de carvalhos e bétulas, bem como as zonas de bosque caducifólio, na parte Norte. Por sua vez, nas áreas Centro e Sul da fronteira, prevalece a floresta perenifólia, onde se encontram amieiros, bétulas e choupos.

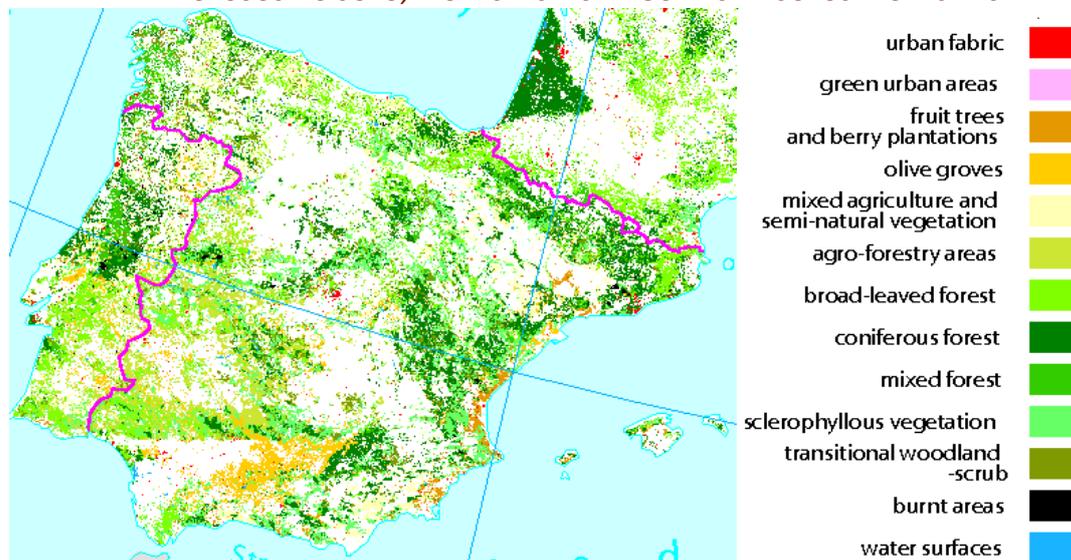
MAPA 17. TIPOS DE BOSQUES EUROPEUS



Fonte: European Environment Agency (EEA) - 2006

No que diz respeito à cobertura e usos do solo e às categorias de solos florestais (Mapa 18), deve-se salientar que não se localizam grandes zonas industriais ou urbanas ao longo da fronteira luso-espanhola. Em vez disso, sobressaem os olivais, algumas árvores de fruto, áreas agroflorestais e áreas onde existe uma mistura entre uso agrícola e vegetação seminatural.

MAPA 18. USOS DO SOLO, FLORESTAS E CATEGORIAS DE SOLOS FLORESTAIS



Fonte: European Environment Agency (EEA) - 2009

A preservação e gestão da superfície florestal constituem um desafio para o futuro. A multifuncionalidade das florestas tem impactes na regulação do ciclo hidrológico e na proteção do solo, conservação de biodiversidade, desertificação, prevenção de inundações e incêndios, infiltração e escoamento e recarga de aquíferos.

Os sistemas florestais podem ajudar a mitigar os efeitos das alterações climáticas, bem como o abandono e a ausência de gestão da floresta. Esta gestão é parte integrante do desenvolvimento das áreas rurais, e face à problemática da perda populacional, pode ser uma fonte de emprego e de geração de atividades económicas.

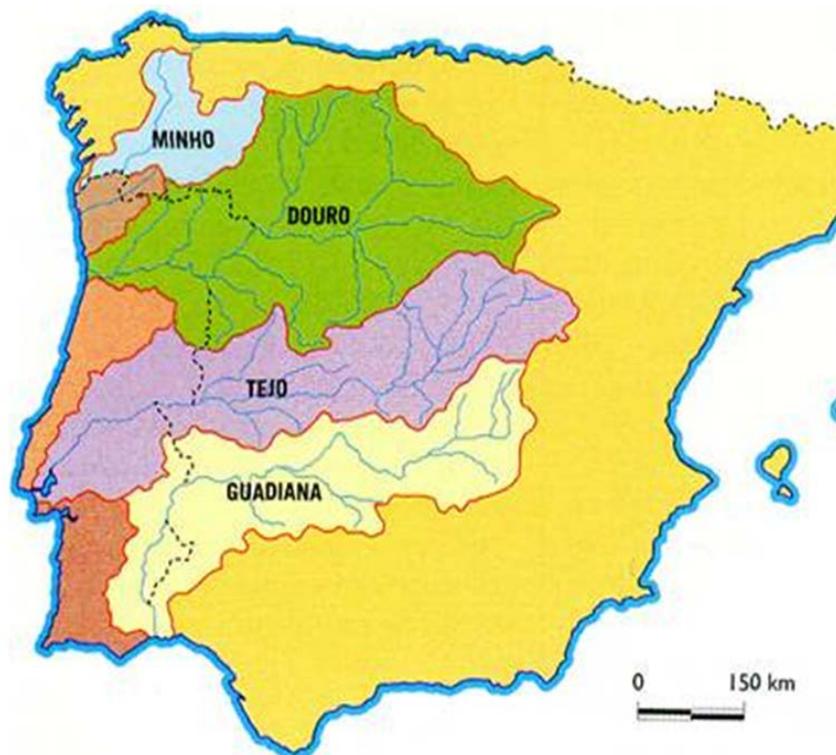
### c) Água

A utilização racional dos recursos hídricos está ligada a sua função biológica e produtiva. A água é um fator estratégico em ecossistemas de grande valor ambiental como zonas húmidas, ecossistemas fluviais e ribeirinhos. Para além disso, desempenha um papel fundamental do ponto de vista económico-produtivo. Assim, é necessário analisar a água com base na sua funcionalidade biológica, com base na perspetiva do aproveitamento e pela ótica dos riscos naturais derivados da sua gestão.

Mais de metade do perímetro raiano, concretamente, 658 km, contem recursos comuns a ambos estados e é fronteira fluvial das bacias hidrográficas internacionais do Miño/Minho, Limia/Lima, Duero/Douro, Tajo/Tejo e Guadiana. A área total das bacias desses rios é de 268.500 km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 45% da área da Península Ibérica, correspondendo a 64% de Portugal Continental e a 42% do território de Espanha.

O Mapa 19 define o curso das bacias hidrográficas que influenciam o Espaço Transfronteiriço luso-espanhol correspondente à vertente Atlântica. Para estes rios, a Tabela 21 indica a longitude em km, a superfície em km quadrados e a percentagem que ocupa a respetiva bacia hidrográfica em cada país.

MAPA 19. BACIAS E VERTENTES HIDROGRÁFICAS



Fonte: Governo de Portugal

TABELA 21. DISTRIBUIÇÃO DAS SUPERFÍCIES DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS INTERNACIONAIS

Bacia Hidrográfica	LONGITUDE (km)	SUPERFÍCIE (km <sup>2</sup> )			PERCENTAGEM	
		PORTUGAL	ESPANHA	TOTAL	PORTUGAL	ESPANHA
Minho	310	846	16.235	17.081	5,0	95,0
Lima	108	1.177	1.303	2.480	47,5	52,5
Douro	927	18.710	78.954	97.682	24,0	76,0
Tejo	1.100	24.860	55.645	80.629	30,8	69,2
Guadiana	810	11.700	55.260	71.573	16,3	83,7
Península		57.293	211.236	268.529	21,3	78,7

Fonte: várias fontes. Elaboração do Autor

Segundo as estimativas realizadas pelo Instituto da Água (INAG), das bacias hidrográficas internacionais do Miño/Minho, Limia/Lima, Duero/Douro, Tajo/Tejo e Guadiana, 38% dos recursos utilizáveis em Portugal provêm do caudal dos rios internacionais que nascem em Espanha. Como se percebe pela Tabela 21, a maior percentagem das bacias hidrográficas fluviais internacionais encontra-se do lado espanhol. Tal significa que se estabeleceu a obrigação de Espanha garantir volumes mínimos, como se verá mais à frente relativamente à gestão dos recursos hídricos.

A subregião Alentejo, Centro e Extremadura conta com a maior rede de reservatórios da península, que oferecem milhares de km de costa interior e múltiplas possibilidades de aproveitamento (indústria, regadio, produção energética, turismo...).

A disponibilidade dos recursos hídricos está dependente dos fatores climáticos, bem como da sua própria gestão. Relativamente à água como recurso hídrico disponível para os diversos usos, na fronteira de ambos os países o importante desenvolvimento da agricultura e dos regadios, faz com que fosse essa a atividade de maior consumo e exigência de água ao nível fronteiriço, com valores em torno dos 60% da procura total na última década, ainda que se deva ter em conta o facto de estes serem dados nacionais.

No que diz respeito à qualidade da água, a proporção de águas residuais domésticas e industriais que recebem tratamento adequado é maior em Espanha do que em Portugal ainda que relativamente baixo em ambos os países. Tal é reflexo de uma ausência histórica de investimentos em instalações, operação e manutenção deste tipo de equipamentos.

O Gráfico 10 mostra dados relativos à qualidade da água superficial por bacia hidrográfica para 2008, em percentagem, segundo a escala de qualidade excelente, boa, razoável, pobre e muito pobre.

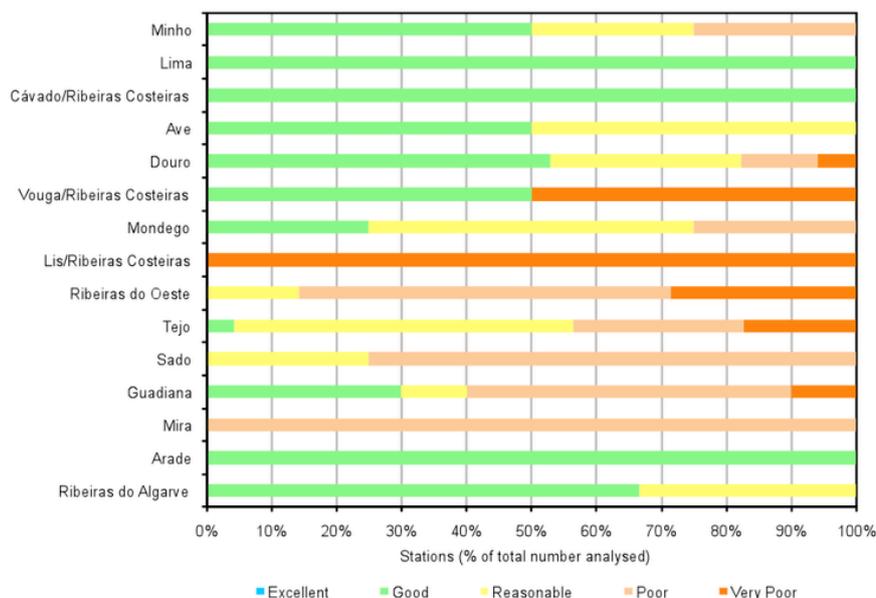
Para cada bacia do Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal a qualidade é:

- + Bacia do Miño/Minho: 50% boa, 25% razoável e 25% pobre.
- + Bacia do Limia/Lima: 100% boa.
- + Bacia do Duero/Douro: >50% boa, 30% razoável, 10% pobre e 7% muito pobre.
- + Bacia do Tajo/Tejo: <5% boa, >50% razoável, <30% pobre e >15% muito pobre.
- + Bacia do Guadiana: 30% boa, 10% razoável, 50% pobre e 10% muito pobre.

Além disso, algumas das estações de tratamento existentes em Espanha e Portugal funcionam inadequadamente como se percebe pelo facto de determinados troços de rios não alcançarem o nível de qualidade exigível. A situação é, geralmente, mais grave nas

zonas mais secas e próximas a cidades e centros urbanos. As descargas agrícolas e industriais podem igualmente gerar problemas de poluição e contaminação localizados.

**GRÁFICO 10. QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL POR BACIA HIDROGRÁFICA - 2008**

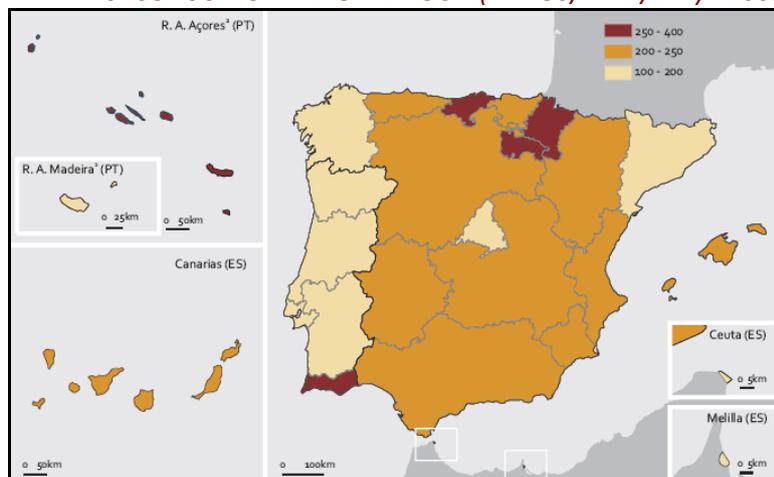


Fonte: European Environment Agency

A qualidade das águas subterrâneas é, tanto em Espanha como em Portugal, defeituosa, fundamentalmente devido à intrusão salina em zonas costeiras, aos elevados níveis de nitratos nos aquíferos situados em zonas agrícolas e à contaminação industrial localizada.

Conclui-se assim que ainda existe margem para uma maior dotação de infraestruturas de tratamento de águas residuais, o que é especialmente importante tendo em conta o potencial de desenvolvimento turístico de algumas zonas transfronteiriças.

Por outro lado, do ponto de vista da procura, o consumo médio doméstico de água é superior em Espanha, com valores entre os 200 e os 250 litros/habitante/dia (Mapa 20). A exceção é a Comunidade Autónoma da Galiza, que apresenta um consumo médio inferior, com valores entre os 100 e os 200 litros/habitante/dia, similar ao de Portugal. Apenas a região Sul do Algarve apresenta valores muito superiores que oscilam entre os 250 e os 400 litros/habitante/dia.

**MAPA 20. CONSUMO MÉDIO DE ÁGUA (LITROS/HAB./DIA) - 2009**

Fonte: INE, *A Península Ibérica em Números*, 2012

Relativamente à **gestão dos recursos hídricos** é fundamental, para explicar história de cooperação sobre as bacias hidrográficas partilhadas, a assinatura do *Convénio sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Hispano-Portuguesas*, o Convénio de Albufeira. Teve lugar a 30 de novembro de 1998, ainda que só tenha entrado em vigor a 17 de janeiro de 2000.

A sua negociação teve lugar num contexto de crescente cooperação e integração económica entre ambos os países, ainda que fortemente condicionado pelo Anteprojeto do Plano Hidrológico Nacional de 1993 (APHN-1993), em que se projetava o Transvase Tejo-Segura (TTS), com a conseqüente diminuição de caudais no Tejo Internacional.

O Convénio de Albufeira definiu um marco de cooperação entre as Partes para a proteção das águas continentais (superficiais e subterrâneas) e dos ecossistemas aquáticos e terrestres diretamente dependentes destes, e para o aproveitamento sustentável desses recursos hídricos.

O regime de acordo sobre a água dos rios ibéricos que se alcançou em Albufeira, estabeleceu a obrigação para Espanha entregar um volume mínimo total para cada ano (exceto no caso do Guadiana, em que Espanha deve assegurar um caudal mínimo de dois metros cúbicos por segundo).

#### 2.1.4. Património Natural

A Raia Luso-Espanhola é um autêntico corredor ambiental, com mais de 1.600.000 hectares sob regimes de proteção e uma superfície total na fronteira de 136.640 km<sup>2</sup>.

A conservação deste rico património natural deve ser consolidada através da incorporação na Rede Natura 2000. Esta Rede de espaços naturais à escala comunitária tem por objeto contribuir para a garantia da biodiversidade europeia mediante a conservação dos habitats naturais e da fauna e flora.

A preservação do meio natural está relacionada com a diversidade e disponibilidade de recursos naturais de alta qualidade, sobre os quais é importante basear o desenvolvimento da área fronteiriça.

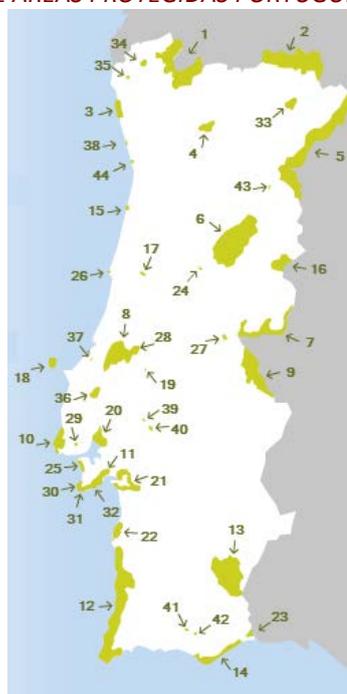
O Mapa 21 mostra a Rede Nacional Portuguesa de Áreas Protegidas. As áreas fronteiriças são: 1. Peneda-Gerês, 2. Montesinho, 5. Douro Internacional, 7. Tejo Internacional, 9. Serra de São Mamede, 13. Vale do Guadiana, 14. Ria Formosa, 16. Serra de Malcata 23. Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António.

Por sua vez, o Mapa 22 identifica as principais zonas protegidas situadas na Raia Ibérica ao mesmo tempo que destaca aquelas que foram estabelecidas nas últimas duas décadas e quais as anteriores.

Essas áreas são:

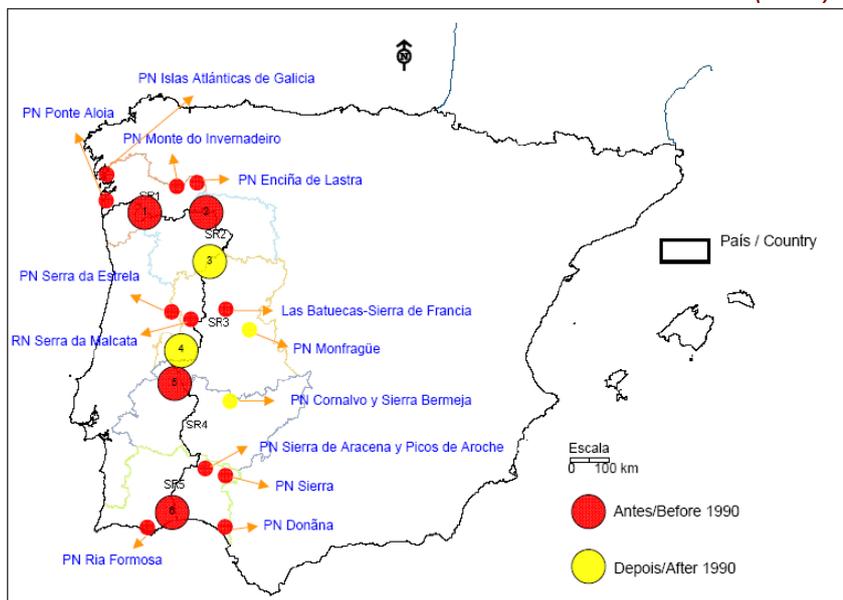
- + 1. Parque Nacional Peneda -Gerês / Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés.
- + 2. Parque Natural de Montesinho / Parque Natural del Lago de Sanabria e Reserva Nacional de caça da Serra da Culebra.
- + 3. Parque Natural do Douro Internacional / Parque Natural de Arribes del Duero.
- + 4. Parque Natural do Tejo Internacional.
- + 5. Parque Natural de la Serra de São Mamede / ZEC e ZPE da Serra de San Pedro.
- + 6. Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António / Paisaje Natural de las marismas de Isla Cristina.

MAPA 21. REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS PORTUGUESA



Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas ICNF

MAPA 22. PRINCIPAIS ZONAS PROTEGIDAS DA RAIA IBÉRICA (2006)



Fonte: Dados: <http://parquesnaturales.consumer.es/>+ <http://portal.icnb.pt> (Medeiros, 2009).

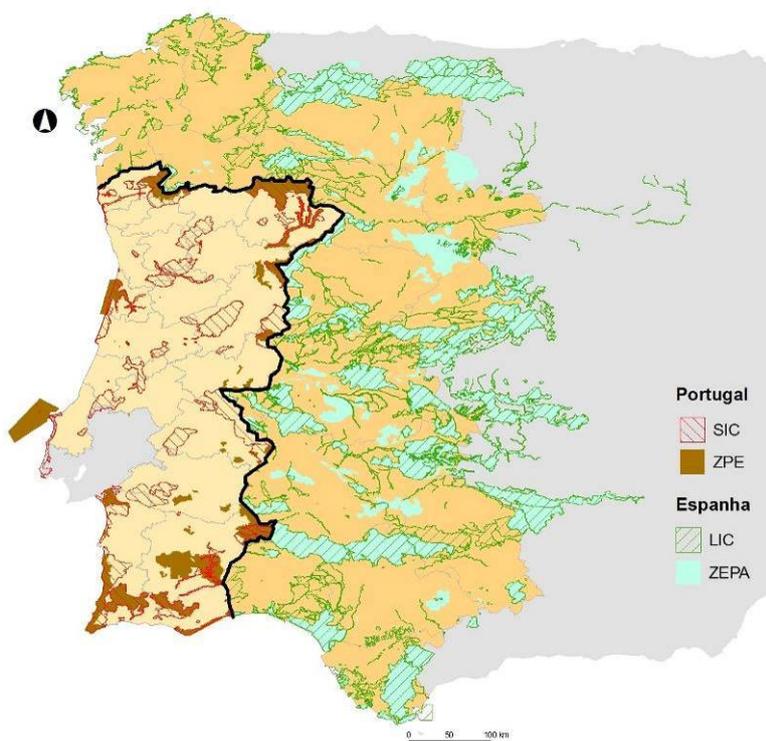
A Tabela 22 especifica, para cada uma das cinco subregiões fronteiriças, as zonas protegidas existentes.

TABELA 22. ZONAS PROTEGIDAS NAS SUBREGIÕES FRONTEIRIÇAS

SUBREGIÕES FRONTEIRIÇAS	ÁREAS PROTEGIDAS
<b>Galícia - Norte de Portugal</b>	Parque Nacional Peneda-Gerês (P) Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurês (E)
<b>Norte de Portugal - Castilla e León</b>	Parque Natural de Montesinho (P) Parque Natural do Douro Internacional (P) Parque Natural del Lago de Sanabria (E) Reserva Nacional de caza da Sierra de la Culebra (E) Parque Natural Arribes del Duero (E)
<b>Região Centro e Castilla e León</b>	Parque Natural da Serra de Estrela (P) Parque Natural de Candelario (E) Parque Natural El Rebollar (E) Parque Natural Las Batuecas-Sierra de Francia (E)
<b>Alentejo-Centro-Extremadura</b>	ZEC e ZPE de la Sierra de San Pedro (E) Parque Nacional de Monfragüe (E) Parque Natural da Serra de São Mamede (P)
<b>Alentejo-Algarve-Andaluzia</b>	Parque Natural da Ria Formosa (P) Parque Natural da Serra de São Mamede (P) Parque Natural de la Sierra de Aracena e Picos de Aroche (E) Parque Natural do Vale do Guadiana (P) Paisaje Natural de las marismas de Isla Cristina (E) Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (P)

A Rede Natura 2000 fronteiriça é composta por Lugares de Interés Comunitario (LIC) e zonas de especial protecção para las Aves (ZEPA) na zona espanhola e por Zonas de Proteção Especial (ZPE) e Sítios de Interesse Comunitário (SIC) na área portuguesa. Grande parte do território Espanhol encontra-se sob a Rede Natura 2000, observando-se maior prevalência de espaços sob figuras de proteção no lado espanhol da fronteira.

**MAPA 23. REDE NATURA 2000 INTERFRONTEIRIÇA**



Fonte: Elaboração própria a partir de <http://www.magrama.gob.es/es/biodiversidad/temas/espacios-protegidos/>; <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/cart/ap-rn-ramsar-pt>

A Tabela 23 apresenta o número de Zonas de Proteção Especial (ZPE) e de Sítios de Importância Comunitária (SIC) em Portugal, bem como a percentagem de território nacional que essas áreas observam, o número de zonas marinhas sob proteção e a sua superfície.

**TABELA 23. NÚMERO ZPE E SIC EM PORTUGAL**

TIPO	Nº	ÁREA TOTAL (KM <sup>2</sup> )	% ÁREA TERRESTRE NACIONAL	Nº DE ZONAS MARINHAS	ÁREA MARINHA (KM <sup>2</sup> )
ZPE	59	10.478	10,8	10	762
SIC	96	16.788	17,4	30	1.173

Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas ICNF

Por sua vez, a Tabela 24, indica para Espanha o número e superfície de Zonas de Proteção Especial para Aves (ZEPA) e de Lugares de Interesse Comunitário (LIC), bem como a percentagem dessa área em Rede Natura 2000 e a percentagem terrestre protegida.

**TABELA 24. NÚMERO E SUPERFÍCIE ZEPA E LIC EM ESPANHA (2012)**

Nº LIC	Nº ZEPA	SUPERFÍCIE LIC (HA)	SUPERFÍCIE ZEPA (HA)	SUPERFÍCIE TOTAL NATURA 2000 (HA)	% TERRESTRE PROTEGIDO
1448	598	12.740.667,04	10.380.299,86	14.798.130,60	27,19

Fonte: Memoria MAGRAMA 2012.

Os dados das superfícies e áreas ZPE/ZEPA e SIC/LIC disponíveis a nível nacional referenciam para o caso espanhol a percentagem terrestre protegida entre ZEPA e LIC é de 27,19% e para o território português a percentagem terrestre sob a proteção destes regimes é de 28,2%.

Uma das principais riquezas da Raia Ibérica provém da presença de áreas protegidas ao longo de toda a fronteira. Nos últimos anos, houve também um grande avanço na colaboração entre os responsáveis por estas zonas.

Tanto em Portugal, como em Espanha foram elaborados distintos instrumentos de planificação e ordenamento dos espaços naturais e recursos ambientais:

- + Em Portugal, o *Instituto para a Conservação da Natureza* e o *Instituto da Água*, promoveram a elaboração de Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP), Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), Planos de Ordenamento das Albufeiras (POA) e Planos de Bacia Hidrográfica.
- + Em Espanha, encontram-se aprovados ou em elaboração diversos *Planos de Ordenación de los Recursos Naturales (PORN's)*, *Planes Reguladores de Uso e Gestión (PRUG's)*, especialmente nos Parques Naturais e Zonas Costeiras Especiais e Lugares de Interesse Comunitário.

Contudo, apesar destes desenvolvimentos, apenas existe um protocolo assinado entre o Parque Nacional de Peneda-Gerês e o Parque Natural Baja Limia - Sierra Xurés, de modo que um dos desafios que se colocam no futuro é o desenvolvimento de novos instrumentos de planificação e ordenamento do território dos espaços e recursos naturais.

A Tabela 25 detalha o código e número de ZEPA para as NUT III fronteiriças espanholas.

**TABELA 25. CÓDIGO E NÚMERO DE ZEPa- NUTS III FRONTEIRIÇAS ESPANHOLAS  
(ÂMBITO BÁSICO DA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA)**

NUTS III FRONTEIRIÇAS	ZONAS DE ESPECIAL PROTECCION PARA LAS AVES -ZEPa
Pontevedra	<u>ES0000001</u> ILLAS CÍES <u>ES0000087</u> COMPLEXO INTERMAREAL UMIA - O GROVE, A LANZADA, PUNTA CARREIRÓN E LAGOA BODEIRA <u>ES0000254</u> ILLA DE ONS <u>ES0000375</u> ESTEIRO DO MIÑO
Ourense	<u>ES0000376</u> BAIXA LIMIA - SERRA DO XURÉS <u>ES0000436</u> A LIMIA <u>ES0000437</u> PENA TREVINCA <u>ES1130009</u> SERRA DA ENCIÑA DA LASTRA
Zamora	<u>ES0000004</u> LAGUNAS DE VILLAFÁFILA <u>ES0000118</u> ARRIBES DEL DUERO <u>ES0000206</u> CAÑONES DEL DUERO <u>ES0000207</u> PENILLANURAS-CAMPOS SUR <u>ES0000208</u> LLANURAS DEL GUAREÑA <u>ES0000209</u> TIERRA DEL PAN <u>ES0000217</u> PENILLANURAS-CAMPOS NORTE <u>ES0000358</u> CAMPO DE ALISTE <u>ES4190009</u> LAGO DE SANABRIA Y ALREDEDORES
Salamanca	<u>ES0000118</u> ARRIBES DEL DUERO <u>ES0000202</u> CAMPO DE AZABA <u>ES0000204</u> TIERRA DE CAMPIÑAS <u>ES0000218</u> CAMPO DE ARGANÁN <u>ES0000219</u> RÍO ALAGÓN <u>ES0000247</u> RIBERAS DE LOS RÍOS HUEBRA Y YELTES <u>ES0000359</u> CAMPOS DE ALBA <u>ES4150005</u> LAS BATUECAS-SIERRA DE FRANCIA <u>ES4150006</u> CANDELARIO <u>ES4150039</u> QUILAMAS <u>ES4150087</u> RIBERAS DEL RÍO ÁGUEDA
Cáceres	<u>ES0000014</u> MONFRAGÜE Y LAS DEHESAS DEL ENTORNO <u>ES0000069</u> EMBALSE DE CORNALVO Y SIERRA BERMEJA <u>ES0000070</u> SIERRA DE SAN PEDRO <u>ES0000071</u> LLANOS DE CÁCERES Y SIERRA DE FUENTES <u>ES0000324</u> EMBALSE DE ARROCAMPO <u>ES0000326</u> EMBALSE DE BORBOLLÓN <u>ES0000329</u> EMBALSE DE VALDECAÑAS <u>ES0000332</u> LLANOS DE TRUJILLO <u>ES0000333</u> LLANOS DE ZORITA Y EMBALSE DE SIERRA BRAVA <u>ES0000355</u> HURDES <u>ES0000356</u> RIBEROS DEL ALMONTE <u>ES0000368</u> RIO TAJO INTERNACIONAL Y RIBEROS <u>ES0000369</u> LLANOS DE ALCANTARA Y BROZAS <u>ES0000370</u> SIERRA DE GATA Y VALLE DE LAS PILAS <u>ES0000394</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE SAUCEDILLA <u>ES0000396</u> EMBALSE DE HORNO-TEJERO <u>ES0000400</u> ARROZALES DE PALAZUELO Y GUADALPERALES <u>ES0000407</u> NACIMIENTO DEL RIO GEVORA <u>ES0000408</u> VEGAS DEL RUECAS, CUBILAR Y MOHEDA ALTA <u>ES0000409</u> COMPLEJO LAGUNAR EJIDO NUEVO

NUTS III FRONTEIRIÇAS	ZONAS DE ESPECIAL PROTECCION PARA LAS AVES -ZEPA
	<p> <u>ES0000410</u> COMPLEJO LOS ARENALES  <u>ES0000411</u> CHARCA DEHESA BOYAL NAVALMORAL  <u>ES0000412</u> CHARCA LA TORRE  <u>ES0000413</u> CHARCA ARCE DE ABAJO  <u>ES0000415</u> EMBALSE DE ALCANTARA  <u>ES0000416</u> EMBALSE DE ALDEA DEL CANO  <u>ES0000417</u> EMBALSE DE BROZAS  <u>ES0000418</u> EMBALSE DE TALAVAN  <u>ES0000420</u> EMBALSE DE VEGAS ALTAS  <u>ES0000421</u> EMBALSE GABRIEL Y GALAN  <u>ES0000422</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE LA CIUDAD MONUMENTAL DE CACERES  <u>ES0000423</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE GARROVILLAS  <u>ES0000425</u> MAGASCA  <u>ES0000426</u> PINARES DE GARROVILLAS  <u>ES0000427</u> RIO Y PINARES DEL TIETAR  <u>ES0000428</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE CASA DE LA ENJARADA  <u>ES0000429</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE BROZAS  <u>ES0000431</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE JARAIZ DE LA VERA  <u>ES0000433</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE BELVIS DE MONROY  <u>ES0000434</u> CANCHOS DE RAMIRO Y LADRONERA  <u>ES4320039</u> SIERRA DE LAS VILLUERCAS Y VALLE DEL GUADARRANQUE </p>
Badajoz	<p> <u>ES0000068</u> EMBALSE DE ORELLANA Y SIERRA DE PELA  <u>ES0000069</u> EMBALSE DE CORNALVO Y SIERRA BERMEJA  <u>ES0000070</u> SIERRA DE SAN PEDRO  <u>ES0000072</u> SIERRA GRANDE DE HORNACHOS  <u>ES0000325</u> CAMPIÑA SUR - EMBALSE DE ARROYO CONEJOS  <u>ES0000327</u> EMBALSE DE LOS CANCHALES  <u>ES0000328</u> EMBALSE DE MONTIJO  <u>ES0000330</u> EMBALSE DE VALUENGO  <u>ES0000331</u> IGLESIA DE LA PURIFICACIÓN DE ALMENDRALEJO  <u>ES0000334</u> SIERRAS CENTRALES Y EMBALSE DE ALANGE  <u>ES0000335</u> SIERRAS DE PEÑALSORDO Y CAPILLA  <u>ES0000367</u> LA SERENA Y SIERRAS PERIFÉRICAS  <u>ES0000371</u> SIERRA DE MORALEJA Y PIEDRA SANTA  <u>ES0000393</u> AZUD DE BADAJOZ  <u>ES0000395</u> CHARCA LA VEGA DEL MACHAL  <u>ES0000396</u> EMBALSE DE HORNO-TEJERO  <u>ES0000397</u> EMBALSE DE LA SERENA  <u>ES0000398</u> LLANOS Y COMPLEJO LAGUNAR DE LA ALBUERA  <u>ES0000399</u> EMBALSE DEL ZUJAR  <u>ES0000400</u> ARROZALES DE PALAZUELO Y GUADALPERALES  <u>ES0000401</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE ACEDERA  <u>ES0000402</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE TRUJILLO  <u>ES0000403</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE FUENTE DE CANTOS  <u>ES0000404</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE GUAREÑA  <u>ES0000405</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE LLERENA  <u>ES0000406</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE ZAFRA  <u>ES0000407</u> NACIMIENTO DEL RIO GEVORA  <u>ES0000408</u> VEGAS DEL RUECAS, CUBILAR Y MOHEDA ALTA  <u>ES0000424</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE SAN VICENTE DE ALCANTARA  <u>ES0000430</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE ALBURQUERQUE </p>

NUTS III FRONTEIRIÇAS	ZONAS DE ESPECIAL PROTECCION PARA LAS AVES -ZEPA
	<u>ES0000432</u> COLONIAS DE CERNICALO PRIMILLA DE RIVERA DEL FRESNO <u>ES4310004</u> DEHESAS DE JEREZ <u>ES4310009</u> PUERTO PEÑA - LOS GOLONDRINOS <u>ES4310042</u> SIERRA DE SIRUELA
Huelva	<u>ES0000024</u> DOÑANA <u>ES0000025</u> MARISMAS DEL ODIEL <u>ES0000051</u> SIERRA DE ARACENA Y PICOS DE AROCHE <u>ES0000052</u> SIERRA PELADA Y RIVERA DEL ASERRADOR <u>ES6150003</u> ESTERO DE DOMINGO RUBIO <u>ES6150005</u> MARISMAS DE ISLA CRISTINA <u>ES6150006</u> MARISMAS DEL RIO PIEDRAS Y FLECHA DEL ROMPIDO <u>ES6150007</u> PEÑAS DE AROCHE

Fonte: Dados MAGRAMA. Elaboração própria

A Tabela 26, por sua vez, apresenta o código e número de LIC para as NUT III básicas fronteiriças espanholas.

**TABELA 26. CÓDIGO E NÚMERO DE LIC- NUTS III FRONTEIRIÇAS ESPANHOLAS  
(ÂMBITO BÁSICO DA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA)**

NUTS III FRONTEIRIÇAS	LUGARES DE INTERESSE COMUNITÁRIO (LIC)
Pontevedra	<u>ES0000001</u> ILLAS CÍES <u>ES1140001</u> SISTEMA FLUVIAL ULLA - DEZA <u>ES1140002</u> RÍO LÉREZ <u>ES1140003</u> A RAMALLOSA <u>ES1140004</u> COMPLEXO ONS - O GROVE <u>ES1140005</u> MONTE ALOIA <u>ES1140006</u> RÍO TEA <u>ES1140007</u> BAIXO MIÑO <u>ES1140008</u> BRAÑAS DE XESTOSO <u>ES1140009</u> CABO UDRA <u>ES1140010</u> COSTA DA VELA <u>ES1140011</u> GÁNDARAS DE BUDIÑO <u>ES1140012</u> ILLAS ESTELAS <u>ES1140013</u> SERRA DO CANDÁN <u>ES1140014</u> SERRA DO CANDO <u>ES1140015</u> SOBREIRAIS DO ARNEGO <u>ES1140016</u> ENSEADA DE SAN SIMÓN
Ourense	<u>ES1130001</u> BAIXA LIMIA <u>ES1130002</u> MACIZO CENTRAL <u>ES1130003</u> BIDUEIRAL DE MONTEDERAMO <u>ES1130004</u> PENA VEIDOSA <u>ES1130005</u> RÍO TÁMEGA <u>ES1130006</u> VEIGA DE PONTELIÑARES <u>ES1130007</u> PENA TREVINCA <u>ES1130008</u> PENA MASEIRA <u>ES1130009</u> SERRA DA ENCIÑA DA LASTRA
Zamora	<u>ES4190033</u> SIERRA DE LA CULEBRA <u>ES4190060</u> TEJEDELO <u>ES4190061</u> QUEJIGARES DE LA TIERRA DEL VINO

NUTS III FRONTEIRIÇAS	LUGARES DE INTERESE COMUNITÁRIO (LIC)
	<p> <u>ES4190067</u> RIBERAS DEL RÍO TERA Y AFLUENTES  <u>ES4190074</u> RIBERAS DEL RÍO ALISTE Y AFLUENTES  <u>ES4190102</u> CAÑONES DEL DUERO  <u>ES4190105</u> LAGO DE SANABRIA Y ALREDEDORES  <u>ES4190110</u> SIERRA DE LA CABRERA  <u>ES4190131</u> RIBERAS DEL RÍO TUELA Y AFLUENTES  <u>ES4190132</u> RIBERAS DEL RÍO MANZANAS Y AFLUENTES  <u>ES4190133</u> CAMPO DE ALISTE  <u>ES4190134</u> LAGUNAS DE TERA Y VIDRIALES  <u>ES4190146</u> LAGUNAS DE VILLAFÁFILA         </p>
Salamanca	<p> <u>ES4150032</u> EL REBOLLAR  <u>ES4150064</u> RIBERAS DE LOS RÍOS HUEBRA, YELTES, UCES Y AFLUENTES  <u>ES4150085</u> RIBERAS DEL RÍO TORMES Y AFLUENTES  <u>ES4150087</u> RIBERAS DEL RÍO ÁGUEDA  <u>ES4150096</u> ARRIBES DEL DUERO  <u>ES4150098</u> CAMPO DE ARGANÁN  <u>ES4150100</u> CAMPO DE AZABA  <u>ES4150101</u> CANDELARIO  <u>ES4150107</u> LAS BATUECAS_SIERRA DE FRANCIA  <u>ES4150108</u> QUILAMAS  <u>ES4150121</u> RIBERAS DEL RÍO ALAGÓN Y AFLUENTES  <u>ES4150125</u> RIBERAS DEL RÍO AGADÓN  <u>ES4150126</u> VALLE DEL CUERPO DE HOMBRE         </p>
Cáceres	<p> <u>ES0000069</u> EMBALSE DE CORNALVO Y SIERRA BERMEJA  <u>ES0000070</u> SIERRA DE SAN PEDRO  <u>ES4320001</u> CANCHOS DE RAMIRO  <u>ES4320002</u> CEDILLO Y RIO TAJO INTERNACIONAL  <u>ES4320005</u> DEHESAS DEL RUECAS Y CUBILAR  <u>ES4320011</u> LAS HURDES  <u>ES4320012</u> LLANOS DE BROZAS  <u>ES4320013</u> GRANADILLA  <u>ES4320016</u> RIO ALJUCEN ALTO  <u>ES4320018</u> RIO ALMONTE  <u>ES4320021</u> RIO ERJAS  <u>ES4320029</u> RIO RUECAS ALTO  <u>ES4320030</u> RIO SALOR  <u>ES4320031</u> RIO TIETAR  <u>ES4320033</u> RIVERAS DE LOS MOLINOS Y LA TORRE  <u>ES4320035</u> SIERRA DE CABEZAS DE AGUILA  <u>ES4320037</u> SIERRA DE GATA  <u>ES4320038</u> SIERRA DE GREDOS Y VALLE DEL JERTE  <u>ES4320039</u> SIERRA DE LAS VILLUERCAS Y VALLE DEL GUADARRANQUE  <u>ES4320046</u> ARROYO DEL LUGAR  <u>ES4320047</u> SIERRAS DE RISCO VIEJO  <u>ES4320051</u> MINA DE LA AURORA  <u>ES4320052</u> MINA DE LA RIVERA DE ACEBO  <u>ES4320057</u> REFUGIO DEL ALTO DE SAN BLAS  <u>ES4320060</u> ARROYOS BARBAON Y CALZONES  <u>ES4320061</u> ARROYOS PATANA Y REGUEROS  <u>ES4320062</u> CAÑADA DEL VENERO  <u>ES4320063</u> EMBALSE ARCE DE ABAJO  <u>ES4320064</u> EMBALSE DE LANCHO         </p>

NUTS III FRONTEIRIÇAS	LUGARES DE INTERESSE COMUNITÁRIO (LIC)
	<p> <u>ES4320065</u> EMBALSE DE PETIT I  <u>ES4320066</u> LAGUNA TEMPORAL DE CORRALES  <u>ES4320067</u> LAGUNA TEMPORAL DE VALDEHORNOS  <u>ES4320068</u> MARGENES DE VALDECAÑAS  <u>ES4320069</u> RIO ESPERABAN  <u>ES4320070</u> RIO GUADALUPEJO  <u>ES4320071</u> RIOS ALAGON Y JERTE  <u>ES4320072</u> RIOS ARRAGO Y TRALGAS  <u>ES4320073</u> RIVERA DE AURELA  <u>ES4320074</u> RIVERA DE MEMBRIO  <u>ES4320075</u> RIVERAS DE CARBAJO Y CALATRUCHA  <u>ES4320076</u> RIVERAS DE GATA Y ACEBO  <u>ES4320077</u> MONFRAGÜE  <u>ES4320078</u> MONASTERIO DE YUSTE  <u>ES4320079</u> MINA LA PALOMA  <u>ES4320080</u> TUNEL DE CAÑAMERO </p>
Badajoz	<p> <u>ES0000068</u> EMBALSE DE ORELLANA Y SIERRA DE PELA  <u>ES0000069</u> EMBALSE DE CORNALVO Y SIERRA BERMEJA  <u>ES0000070</u> SIERRA DE SAN PEDRO  <u>ES0000072</u> SIERRA GRANDE DE HORNACHOS  <u>ES4310003</u> COMPLEJO LAGUNAR DE LA ALBUERA  <u>ES4310004</u> DEHESAS DE JEREZ  <u>ES4310008</u> ESTENA  <u>ES4310009</u> PUERTO PEÑA - LOS GOLONDRINOS  <u>ES4310010</u> LA SERENA  <u>ES4310015</u> RIO ALCARRACHE  <u>ES4310017</u> RIO ALJUCEN BAJO  <u>ES4310019</u> RIO ARDILA ALTO  <u>ES4310020</u> RIO ARDILA BAJO  <u>ES4310022</u> RIO GEVORA ALTO  <u>ES4310023</u> RIO GUADALEMAR  <u>ES4310024</u> RIO GUADAMEZ  <u>ES4310026</u> RIO GUADIANA ALTO - ZUJAR  <u>ES4310027</u> RIO GUADIANA INTERNACIONAL  <u>ES4310028</u> RIO MATACHEL  <u>ES4310032</u> RIVERA DE LOS LIMONETES - NOGALES  <u>ES4310036</u> SIERRA DE ESCORIAL  <u>ES4310040</u> SIERRA DE MORALEJA  <u>ES4310042</u> SIERRA DE SIRUELA  <u>ES4310043</u> SIERRA DE VILLARES - BALBUENO  <u>ES4310045</u> VALDECIGÜEÑAS  <u>ES4310048</u> CORREDOR DEL LACARA  <u>ES4310049</u> CUEVA DEL VALLE DE SANTA ANA  <u>ES4310050</u> CUEVAS DE ALCONERA  <u>ES4310055</u> REFUGIO DE SIERRA PASCUALA  <u>ES4310059</u> RIO GEVORA BAJO  <u>ES4310060</u> CORREDORES DE SIRUELA  <u>ES4310061</u> LAGUNA TEMPORAL DE MURTALES  <u>ES4310062</u> LAGUNA TEMPORAL DE TRES ARROYOS  <u>ES4310063</u> RIO BEMBEZAR  <u>ES4310064</u> RIO ORTIGA  <u>ES4310065</u> RIO PALOMILLAS </p>

NUTS III FRONTEIRIÇAS	LUGARES DE INTERESSE COMUNITÁRIO (LIC)
	<u>ES4310066</u> SIERRA DE MARIA ANDRES <u>ES4310067</u> SIERRAS DE ALOR Y MONTE LONGO <u>ES4310068</u> SIERRAS DE BIENVENIDA Y LA CAPITANA <u>ES4310069</u> CUEVA DEL AGUA <u>ES4310070</u> MINA LAS MARIAS <u>ES4310071</u> MINA LOS CASTILLEJOS <u>ES4310072</u> MINA MARIQUITA <u>ES4310073</u> MINA LOS NOVILLEROS
Huelva	<u>ES0000024</u> DOÑANA <u>ES0000025</u> MARISMAS DEL ODIEL <u>ES0000051</u> SIERRA DE ARACENA Y PICOS DE AROCHE <u>ES0000052</u> SIERRA PELADA Y RIVERA DEL ASERRADOR <u>ES6150001</u> LAGUNA DEL PORTIL <u>ES6150002</u> ENEBRALES DE PUNTA UMBRIA <u>ES6150003</u> ESTERO DE DOMINGO RUBIO <u>ES6150004</u> LAGUNAS DE PALOS Y LAS MADRES <u>ES6150005</u> MARISMAS DE ISLA CRISTINA <u>ES6150006</u> MARISMAS DEL RIO PIEDRAS Y FLECHA DEL ROMPIDO <u>ES6150007</u> PEÑAS DE AROCHE <u>ES6150009</u> DOÑANA NORTE Y OESTE <u>ES6150010</u> ANDEVALO OCCIDENTAL <u>ES6150012</u> DEHESA DEL ESTERO Y MONTES DE MOGUER <u>ES6150013</u> DUNAS DEL ODIEL <u>ES6150014</u> MARISMAS Y RIBERAS DEL TINTO <u>ES6150015</u> ISLA DE SAN BRUNO <u>ES6150016</u> ACEBUCHAL DE ALPIZAR <u>ES6150017</u> MARISMA DE LAS CARBONERAS <u>ES6150018</u> RIO GUADIANA Y RIBERA DE CHANZA <u>ES6150019</u> BAJO GUADALQUIVIR <u>ES6150020</u> ARROYO DEL ALAMILLO <u>ES6150021</u> CORREDOR ECOLOGICO DEL RIO TINTO <u>ES6150022</u> RIVERA DE CHANZA <u>ES6150023</u> DEHESA DE TORRECUADROS Y ARROYO DE PILAS <u>ES6150024</u> EL JURE <u>ES6150025</u> MINA CARPIO <u>ES6150026</u> MINA SOTIEL CORONODA <u>ES6150027</u> MINA ORIENTE <u>ES6150028</u> ESTUARIO DEL RIO PIEDRAS <u>ES6150029</u> ESTUARIO DEL RIO TINTO

Fonte: Dados MAGRAMA. Elaboração própria

Finalmente, a Tabela 27 indica o código e número das áreas Rede Natura 2000 na zona fronteiriça. O código PTZPE simboliza as Zonas de Proteção Especial e o código PRCON representa os Sítios de Interesse Comunitário e Áreas de Conservação.

**TABELA 27. CÓDIGO E NOME DA ZONA DA REDE NATURA 2000  
NA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA**

ÂMBITO TERRITORIAL	CÓDIGO E NOME
FRONTEIRA ESPANHA- PORTUGAL	PTZPE0001 Estuários dos rios Minho e Coura
	PTZPE0002 Serra do Gerês
	PTZPE0007 Serra da Malcata
	PTZPE0018 Sapais do Castro Marim
	PTZPE0038 Douro Internacional e Vale do Águeda
	PTZPE0042 Tejo Internacional, Erges e Pônsul
	PTZPE0043 Campo Maior
	PTZPE0045 Mourão/ Moura/Barrancos
	PTZPE0047 Vale do Guadiana
	PTCON0001 Peneda/Gerês
	PTCON0002 Montesinho/Nogueira
	PTCON0004 Malcata
	PTCON0007 S. Mamede
	PTCON0019 Rio Minho
	PTCON0021 Rios Sabor e Maçãs
	PTCON0022 Douro Internacional
	PTCON0030 Caia
PTCON0032 Rio Guadiana/Juromenha	
PTCON0041 Samil	
PTCON0044 Nisa/Lage da Prata	
PTCON0053 Moura/Barrancos	

Fonte: NATURA 2000- DG ENVI Elaboração própria

As figuras de proteção da Rede Natura 2000, bem como o aproveitamento do potencial ambiental da Raia Ibérica, é complementado com a singularidade da sua riqueza patrimonial, com oito sítios considerados como Património da Humanidade pela UNESCO, a que se juntam numerosos Bens e Monumentos de Interesse Cultural, que serão abordados no ponto relativo ao Património.

### 2.1.5. Biodiversidade

A Península Ibérica e, portanto, o Espaço de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal, destaca-se pela sua elevada diversidade biológica e de habitats relativamente ao restante espaço europeu.

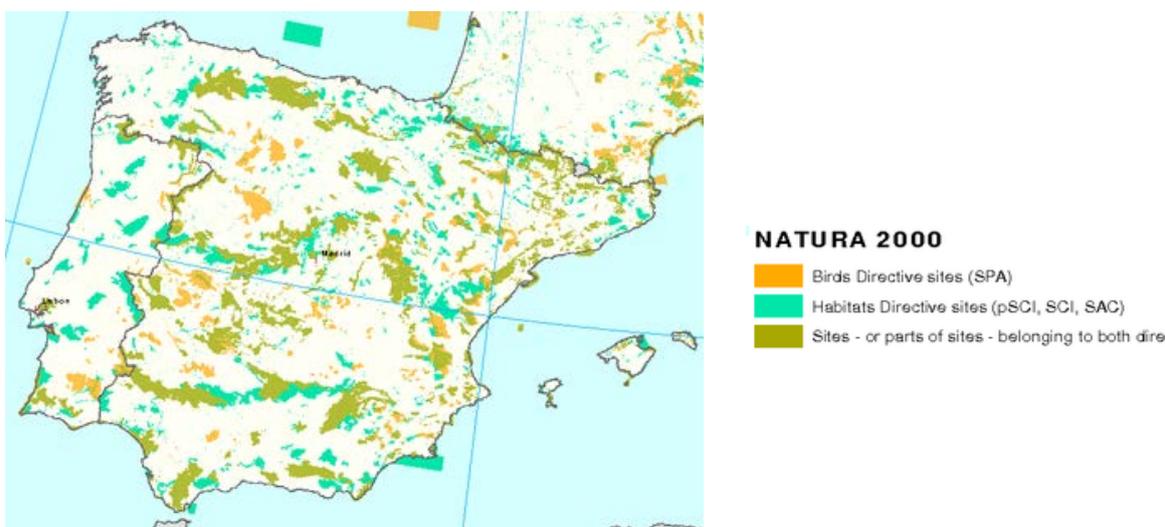
À variedade climatológica e paisagística desta área transfronteiriça, corresponde uma extraordinária riqueza natural, um significativo património ecológico e de endemismos. Nesta variedade intervêm fatores como a situação geográfica da Península entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo, a variedade de climas, o relevo e o ordenamento e aproveitamento do território. Também se pode destacar o facto de a industrialização e o desenvolvimento económico terem sido mais lentos que em outras zonas da Europa, o que permitiu a manutenção de grandes extensões de território rural bem conservadas.

Ainda assim, o mau planeamento e ordenamento territorial, a urbanização, a exploração madeireira, substituição de espécies, extensão de monoculturas, abandono da agricultura e pecuária, a utilização de pesticidas e de outras formas de contaminação, bem como a pressão do turismo, são algumas das principais causas de empobrecimento e degradação do ambiental, redução da biodiversidade, fragmentação e artificialização do território e perda da qualidade da paisagem.

A política para a biodiversidade da UE e a gestão de áreas protegidas para a conservação da biodiversidade são propostas pelos Estados Membros em virtude da Diretiva de Habitats da UE 92/43/CEE (*Diretiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de Maio de 1992, relativa à conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens*) sob a Diretiva Aves 79/409/CEE (*Diretiva 79/409/CEE do Conselho de 2 Abril de 1979 relativa à conservação das aves selvagens*).

Como se pode ver no Mapa 24, as zonas delimitadas no território fronteiriço e, em geral, no conjunto da Península Ibérica, sob a Diretiva de Habitats e a Diretiva Aves, estão fortemente ligadas a zonas de montanha ou vias fluviais.

#### MAPA 24. DIRETIVA AVES E DIRETIVA HABITATS-NATURA 2000

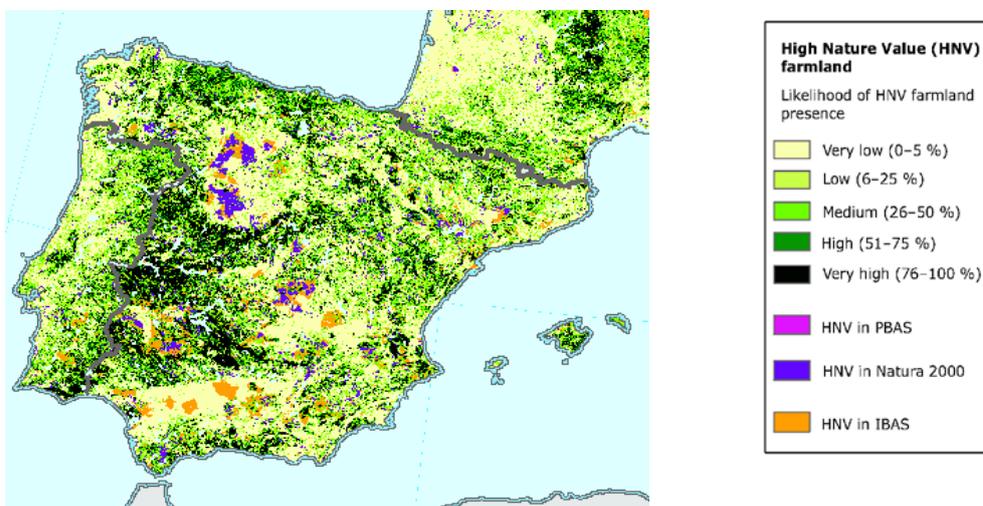


Fonte: European Environment Agency (EEA) - 2012

Há que assinalar, igualmente, a existência de áreas significativas de Elevado Valor Natural em terras de cultivo. Ou seja, áreas agrícolas que proporcionam condições ambientais que favorecem a presença de fauna e flora selvagens, contribuindo assim para a sua conservação. Consequentemente, essas áreas têm altos níveis de biodiversidade ou de espécies e habitats com interesse de conservação.

O Mapa 25 apresenta os valores do indicador agro-ambiental Alto Valor Natural (High Nature Value –HNV-) para a Península Ibérica. Com efeito, em toda a Península Ibérica e, em especial no Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal, é onde se encontram percentagens de Elevado Valor Natural, superiores a 26%, existindo zonas que se aproximam até dos 100% do território. Esta situação está relacionada com o maior grau de naturalidade que se encontra no espaço fronteiriço e as elevadas percentagens de áreas de Alto Valor Natural devem-se, em parte, à menor pressão antrópica, aos menores níveis de densidade populacionais da zona raiana e às práticas de agricultura extensiva associada às bacias hidrográficas do Duero/Douro e Tajo/Tejo.

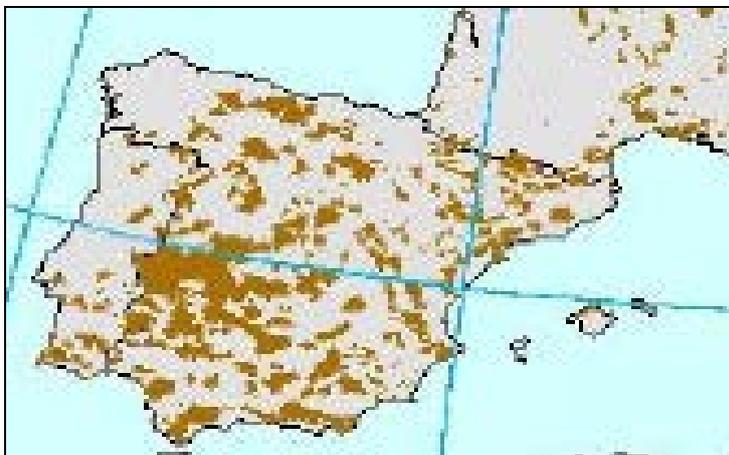
MAPA 25. ELEVADO VALOR NATURAL (HNV) 2000



Fonte: CORINE Land Cover (CLC) 2000

O Mapa 26 define as áreas de Elevado Valor Natural pela importância das aves. A maior relevância e presença destas áreas encontra-se no lado espanhol. As alterações nos usos das zonas agrícolas constituem uma das principais causas da diminuição da biodiversidade na Europa. Estima-se que 50% de todas as espécies europeias dependem de habitats agrícolas. Como se observa, as zonas de pastagens no Espaço Transfronteiriço concentram a maior densidade de áreas de importância para as aves.

MAPA 26. ELEVADO VALOR NATURAL (HNV) EM IBAS (IMPORTANT BIRDS AREAS). 2007



Fonte: European Environment Agency

### 2.1.6. Riscos Naturais

Os riscos naturais apresentam-se como uma das maiores ameaças tanto do ponto de vista ambiental, como para o bem-estar da população e para o sector produtivo. A sua gestão é um eixo transversal para o planeamento e ordenamento do território.

O objetivo é minimizar a deterioração ambiental e as perdas humanas e económicas. Para isto é fundamental o desenvolvimento de instrumentos como planos de emergência municipal, perfis de risco, protocolos de atuação e planos de contingência, em que se devem ter em contas as características geológicas, hidrológicas, climatológicas, demográficas, entre outras, permitindo identificar a vulnerabilidade e a exposição ao risco em termos ambientais, sociais e produtivos.

A colaboração e a cooperação das instituições competentes, o trabalho à escala regional, a cartografia dos fenómenos de risco, a elaboração de planos regionais de ordenamento sustentável do território, bem como revisões periódicas dos planos de atuação, são elementos chave para uma gestão adequada do risco.

A escala transfronteiriça, a intervenção e atuação conjunta das instituições competentes pode ser particularmente relevante, podendo ser dificultada devido ao facto de serem englobados dois países e, do lado espanhol, várias Comunidades Autónomas.

As Comunidades Autónomas espanholas têm competência para elaborar e aprovar planos de ordenamento do território em que se definam critérios de abordagem às áreas de características particulares, entre elas, as de risco.

Desde programas operativos anteriores de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, que existe uma estratégia de ações coordenadas relativamente aos recursos hídricos e bacias hidrográficas, à proteção dos espaços naturais, planes de combate aos incêndios florestais e resíduos.

Os riscos naturais que afetam estes territórios são ocasionados por fenómenos naturais, em alguns casos agravados pela ação antrópica. A análise dos riscos naturais que influenciam o espaço transfronteiriço Espanha-Portugal observa a ação da sismicidade, erosão, desertificação e compactação do solo, deslizamentos, inundações, incêndios florestais e seca.

#### **a) Sismicidade**

---

A bacia do Duero/Douro, a fossa do Tajo/Tejo e o campo de Montiel são as áreas sismicamente menos perigosas da Península Ibérica. Registaram-se alguns terremotos de escassa importância na zona de contacto com o Maciço Ibérico.

Na zona sudoeste da Península, a sismicidade está distribuída de forma desigual, registando-se vários terremotos de importância, no passado, na zona do Algarve, bacia do Baixo Tejo e Sado e Orla ocidental.

#### **b) Erosão**

---

A erosão é um problema considerável na região mediterrânica em geral e com grande relevância no sul da Península Ibérica devido às suas condições climáticas e ambientais específicas. Constitui um dos problemas ambientais de maior extensão espacial e incidência ecológica, social e económica devido à perda de capital produtivo.

A erosão do solo é intensificada com o abandono dos solos aráveis e com os incêndios florestais, em particular, em zonas deprimidas, com a consequente perda de fertilidade, contaminação das águas, perturbação da regulação do ciclo hidrológico, degradação do coberto vegetal, redução da biomassa, redução da biodiversidade, entre outras.

A presença humana tem sido um fator determinante no aumento da erosão. A modificação dos usos do solo, o abandono das terras em zonas rurais, as práticas de cultivo inadequadas, a desflorestação, o sobrepastoreio, a indústria extrativa e a construção civil são algumas das principais causas da erosão pela ação antrópica.

O Mapa 27 representa a taxa de erosão estimada para Espanha e Portugal em toneladas/hectares/ano. Como média, a taxa de erosão na fronteira luso-espanhola está entre 1 e 5 t/ha/ano, embora pontualmente se possa encontrar na fronteira taxas de erosão até cem vezes superiores. Sem dúvida, os maiores problemas de erosão do solo encontram-se na Andaluzia e ao largo do vale do Tajo/Tejo. Isto deve-se às práticas de

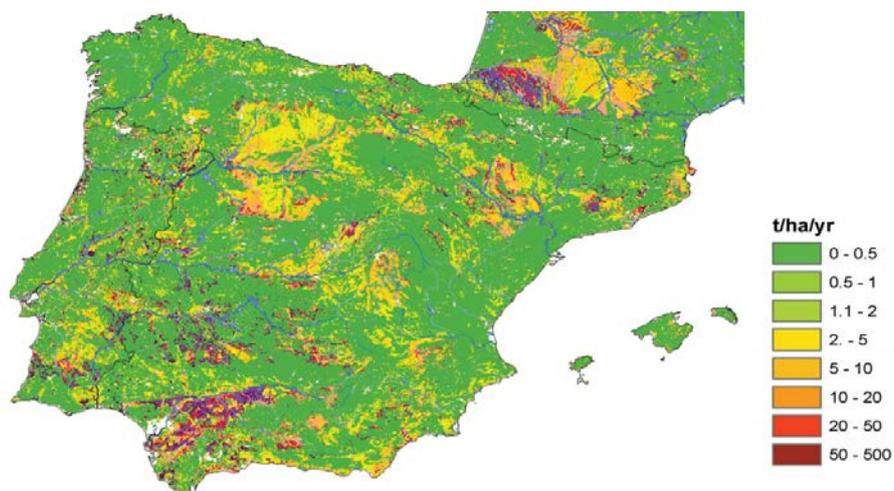
agricultura extensiva associadas à bacia hidrográfica do Tajo/Tejo e no caso da Andaluzia é consequência das condições climáticas regionais secas de influência mediterrânica, com precipitações anuais em torno dos 800 mm, elevada temperatura média e número de horas de sol, dando lugar a uma evapotranspiração potencial que não é compensada com a pluviometria.

Por exemplo, a Depressão do Guadalquivir é formada por depósitos sedimentares, como conglomerados, areias, siltes e argilas, o que a torna mais vulnerável à erosão.

Por outro lado, deve ser salientada a forte ligação entre as áreas de baixa percentagem de carbono orgânica, identificadas a cinzento no Mapa 28, e o elevado risco de erosão.

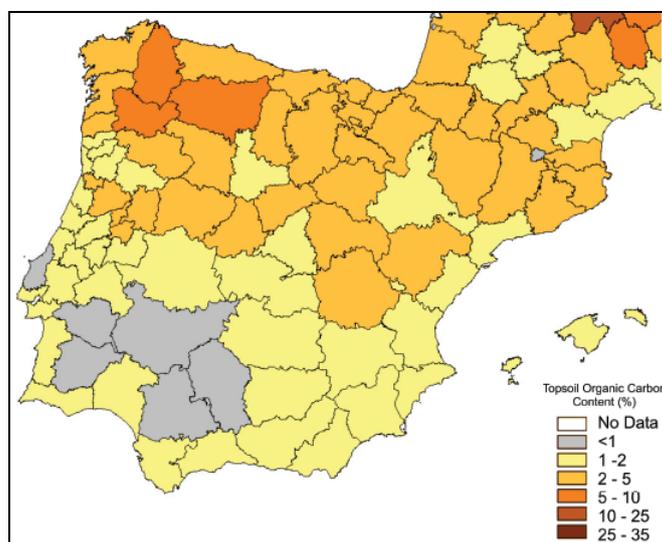
As regiões Galícia-Norte de Portugal, Castilla e León-Norte de Portugal e norte de Extremadura-Centro de Portugal apresentam níveis de carbono orgânico no solo entre 1% e 10%. Contudo, nas zonas situadas mais a sul, como Badajoz ou o Alentejo-Algarve-Andaluzia, os valores de carbono orgânico são mais reduzidos e inferiores a 2%. Este fator também se encontra intimamente ligado à climatologia.

**MAPA 27. TAXAS DE EROSÃO ESTIMADAS PARA ESPANHA E PORTUGAL**



Fonte: European Commission. Soil Datasets-Maps-Soil Atlas of Europe

MAPA 28. NÍVEIS, EM PORCENTAGEM DE CARBONO ORGÂNICO NO SOLO



Fonte: European Commission. Soil Datasets-Maps-Soil Atlas of Europe

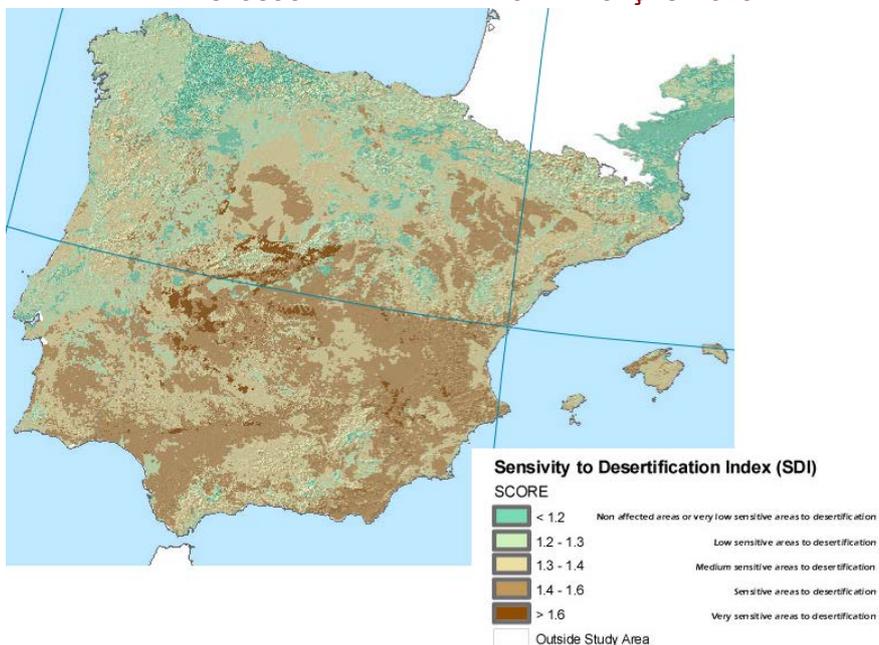
### c) Desertificação e compactação

A desertificação é um processo de degradação do solo originado por diferentes causas: agricultura de sequeiro ou regadio, erosão hídrica e eólica, vedação e compactação do solo, alterações climáticas, sobrepastoreio, desflorestação, incêndios florestais, extinção de espécies autóctones de flora e fauna, e expansão urbana.

Para conhecer o grau de desertificação do solo no Espaço Transfronteiriço luso-espanhol é necessário analisar os mapas de erosão, usos do solo, incêndios, conteúdo de carbono orgânico no solo superficial, entre outras variáveis.

Em primeiro lugar, relativamente ao grau de suscetibilidade à desertificação e seca, constata-se que se intensifica na franja inferior da fronteira, formada por Badajoz e a subregião do Alentejo-Algarve-Andaluzia (Mapa 29), da mesma forma como ocorria com a menor percentagem de carbono orgânico no solo e o maior risco de erosão. As condições climáticas secas do sul peninsular são a causa para esse maior grau de suscetibilidade à desertificação e seca.

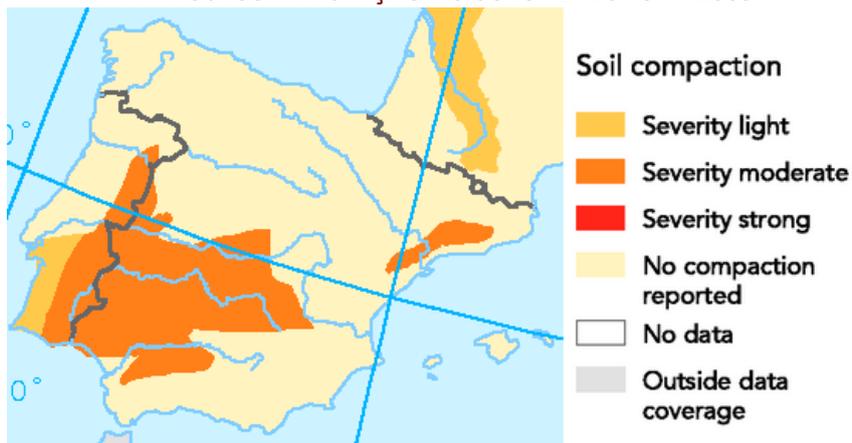
**MAPA 29. SUSCETIBILIDADE À DESERTIFICAÇÃO E SECA**



Fonte: European Environment Agency-Corine LandCover 2000

Também se deve destacar o fenómeno de compactação do solo devido à circulação de pessoas, animais e veículos de forma repetida no mesmo lugar (Mapa 30), que provoca o desaparecimento dos espaços existentes entre as partículas do solo, a redução da quantidade de oxigénio presente e, assim, a microflora e microfauna.

**MAPA 30. COMPACTAÇÃO DO SOLO NA EUROPA 2009**



Fonte: European Environment Agency

Os níveis de baixo risco de compactação do solo ocorrem nas regiões da franja superior da fronteira, como Galícia e Norte de Portugal. Pelo contrário, existe um risco moderado no grau de compactação do solo no resto da Raia. Esta tendência de compactação é consequência da deterioração da estabilidade estrutural do solo e da criação de crostas, da diminuição da porosidade, da capacidade de infiltração e do conteúdo em humidade ao mesmo tempo que se aumentam os valores de escoamento superficial e do seu potencial erosivo.

#### **d) Deslizamentos**

Os deslizamentos constituem um risco ambiental provocado pela deslocação ou movimento de uma massa de terra, devido à instabilidade de um talude. Os impactos potenciais dos deslizamentos são frequentemente agravados pelo ordenamento do território, incluindo a urbanização descontrolada. Geralmente, as zonas de montanha ou serra são as mais propensas a deslizamentos de terra. No caso da fronteira destaca-se Montes de León, Trás-os-Montes, Serra de Gata e a Serra de San Pedro.

O Mapa 31 permite uma visão geral do perigo de deslizamentos nas NUT III, ainda que não avalie de forma detalhada em que partes das regiões ocorrem deslizamentos nem as suas causas (por exemplo, a geologia, o relevo, construção humana, entre outras).

**MAPA 31. ÁREAS COM RISCOS DE DESLIZAMENTOS**



Fonte: ESPON

Desta forma, é notório um elevado risco de deslizamento em Badajoz, Huelva e Sevilha, bem como em algumas regiões do Norte e Centro de Portugal. O resto da fronteira apresenta um baixo risco de deslizamentos.

Além disso, salienta-se a possibilidade de ocorrência de deslizamentos de terra, sobretudo no litoral Português.

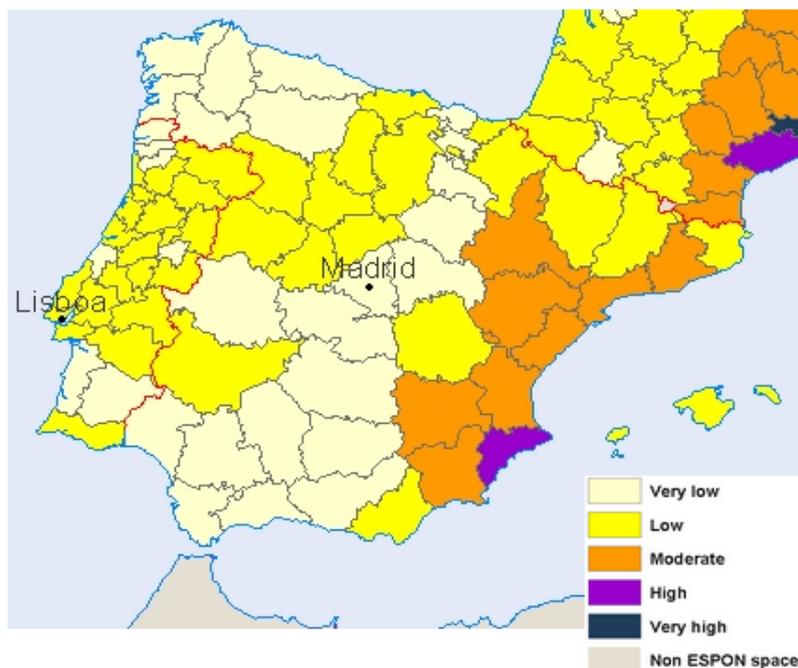
### ***e) Inundações***

---

Os efeitos das inundações no Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal são agravados em territórios baixos e adjacentes a linhas de água. A recorrência de inundações ao longo de toda a fronteira foi bastante baixa durante o período de estudo para o qual estão disponíveis dados (Mapa 32). Assim, o perigo de inundação regional é maior nas regiões localizadas na proximidade da foz dos grandes rios, Tejo, Mondego e Douro. Ou seja, na área de Lisboa e Vale do Tejo; Centro; e Norte, respetivamente. Igualmente, os centros urbanos localizados nas zonas baixas das bacias hidrográficas, devido à impermeabilização do solo, assim como as zonas costeiras, devido aos temporais e às inundações causadas pela água do mar, também apresentam uma elevada vulnerabilidade, além das províncias de Zamora, Salamanca e Badajoz. O enfoque metodológico centra-se nas áreas que foram afetadas por inundações e não tem em consideração as zonas propensas a inundações locais ou regionais.

Como consequência das graduais alterações climáticas, que provocam mudanças no regime de precipitação, regista-se um aumento global de eventos catastróficos. Em Portugal, os riscos associados às inundações encontram-se entre aqueles que mais danos provocam. As condições geográficas, morfológicas e climáticas incrementam o risco de exposição a inundações, com consequências sociais, patrimoniais e económicas potencialmente relevantes.

MAPA 32. RECORRÊNCIA DE INUNDAÇÕES (1987- 2002)



Fonte: ESPON

#### f) Incêndios Florestais

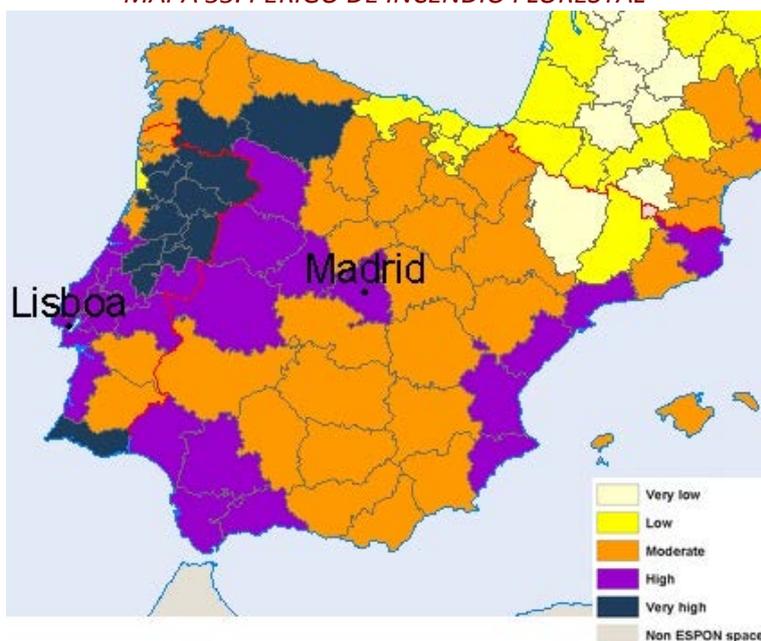
Os incêndios e os efeitos do fogo concentram-se, no contexto Europeu, na região mediterrânea. Cerca de 70% dos incêndios ocorrem nesta região e são responsáveis por 85% da superfície ardida total da Europa.

No Espaço de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal, os incêndios são uma das principais ameaças tanto numa perspetiva ambiental como de risco para a população. Em termos absolutos, os países mediterrâneos europeus com maior área ardida e maior número de incêndios são Espanha e Portugal. Neste espaço verifica-se uma elevada correlação entre a incidência de incêndios e as condições pluviométricas anuais. Os incêndios têm uma relação estreita com o clima. A sua origem, propagação e intensidade dependem em grande parte de fatores climáticos como a temperatura, a humidade, a velocidade do vento, a topografia, o tipo de vegetação ou a seca da biomassa.

O Mapa 33 mostra o risco de ocorrência de incêndios. A metodologia utilizada na sua elaboração utiliza uma combinação de zonas de vegetação e incêndios florestais observados de 1997 a 2003. As zonas de vegetação, que se regem pelo clima e relevo, são um fator importante para o potencial físico dos incêndios florestais. Ao longo da fronteira luso-espanhola, o perigo de incêndio florestal é moderado, alto ou muito alto.

Nas regiões Centro e Norte de Portugal e no noroeste de Espanha, os hábitos locais de exploração madeireira, entre outras práticas, são uma combinação terrível para o alto potencial de incêndio florestal.

MAPA 33. PERIGO DE INCÊNDIO FLORESTAL



Fonte: ESPON

Outros fatores que afetam o risco de incêndio florestal são as alterações climáticas, o aumento do défice de precipitação e a duração dos períodos de seca (Mapa 34).

As regiões de fronteira Espanha-Portugal apresentam, em geral, um aumento do “alto” impacto em relação ao perigo de incêndios florestais. No extremo oposto encontra-se parte da fronteira da região do Alentejo e Algarve com Badajoz e da região Norte de Portugal com Pontevedra na Galicia.

Nos últimos anos foram lançados planos de luta contra incêndios nos dois lados da fronteira, que constituem programas de emergência para o estabelecimento de recursos hídricos adequados, mas também de campanhas de vigilância e ações de sensibilização e formação, o que reduz o risco de incidência.

A tendência nas últimas décadas tem sido no sentido de um aumento do número de incêndios, facto que não se traduz em área ardida total uma vez que afeta superfícies menores.

MAPA 34. DURAÇÃO E PERÍODOS DE SECA QUE AFETAM OS INCÊNDIOS FLORESTAIS-ADAPTAÇÃO 2005



Outra origem de incêndios é a redução da criação de gado não confinada, especialmente na sub-região Galicia-Norte de Portugal. Isso faz com que o fogo seja utilizado como forma de melhorar as pastagens. A pressão recreativa nas áreas florestais também origina um bom número de incêndios, especialmente durante os fins-de-semana, e também conflitos derivados de limitações de uso, conflitos de caça, mercado de trabalho do setor florestal, vandalismo, entre outros.

#### **g) Seca**

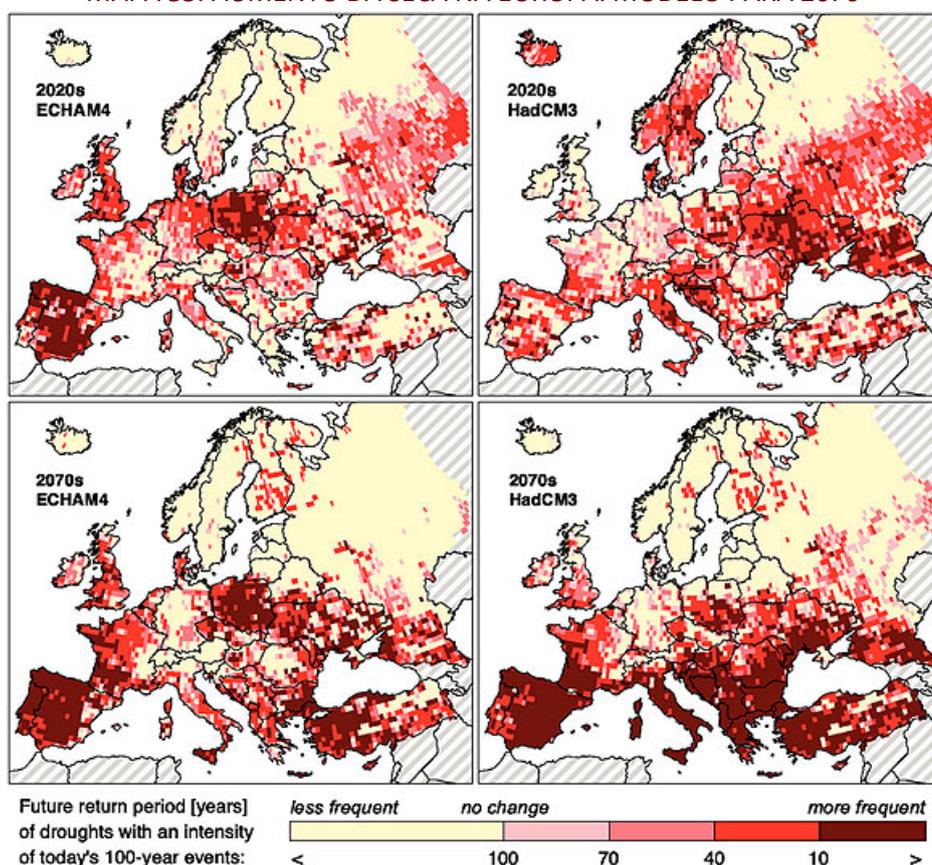
Grandes zonas da Europa são afetadas pela escassez de água, episódios de seca e, como consequência, por aumentos na pressão sobre os recursos hídricos. No período 2004-2006 registaram-se as secas mais severas na parte sul-ocidental da Europa, incluindo a Península Ibérica no seu conjunto.

O espaço fronteiriço luso-espanhol é especialmente afetado pelo fenómeno da seca nas sub-regiões Centro de Portugal-Castilla y León, Alentejo-Centro-Extremadura e Alentejo-Algarve-Andalucía, apresentando valores de precipitação anuais entre 400 mm e 700 mm. Os valores de escoamento e a contribuição média interanual das bacias hidrográficas do Guadiana e do Guadalquivir são as mais influenciadas.

Por isso, a gestão da água é crucial na Raia, tendo que se encontrar o equilíbrio entre a procura, o consumo, e a oferta, disponibilidade de água, assim como redefinir os modelos de produção, consumo e reutilização da água e de transferência de tecnologia.

O Mapa 35, que mostra os diferentes cenários possíveis em relação a alterações na recorrência das secas, a partir dos últimos 100 anos, destaca claramente a maior probabilidade da disponibilidade de água na Península Ibérica ser inferior ao necessário para abastecer as necessidades das plantas, dos animais e dos humanos.

**MAPA 35. AUMENTO DA SECA NA EUROPA. MODELO PARA 2070**



Fonte: Lehner et al, 2005b.

### 2.1.7. Catástrofes tecnológicas

As catástrofes de origem tecnológica são as denominadas marés negras e acidentes industriais. Entre os danos tecnológicos, aqueles relacionados com o transporte de petróleo não podem ser ignorados na costa Atlântica, onde a exposição de algumas áreas espanholas e portuguesas é alta.

Entre 1998 e 2009, ocorreram nove grandes derrames de petróleo provenientes de navios nas zonas costeiras da Europa e um grande derrame de petróleo de um oleoduto. Um dos mais significativos foi o derrame de hidrocarbonetos do petroleiro Prestige (2002, costa atlântica de Espanha, 63 mil toneladas de óleo derramado).

Além deste tráfego, a presença de refinarias e outras instalações para extração e processamento de petróleo e riscos inerentes também são considerados como riscos tecnológicos.

A diminuição do número de casos de derrames nos últimos anos, deve-se em parte à nova legislação da UE que impõe maiores obrigações, incluindo a construção de navios, como os de casco duplo (Regulamento CE 417/2002 e Regulamento 1726/2003), e do sistema comum de acompanhamento do tráfego marítimo (Diretiva CE 2002/59).

A principal fonte de informação sobre os acidentes na indústria é a base de dados MARS (*Major Accident Reporting System*), gerida pelo *Joint Research Centre* da Comissão Europeia e o *Major Accident Hazards Bureau*.

O ordenamento do território que inclui a separação adequada da indústria, infraestruturas e loteamentos residenciais em zonas industriais fornece um mecanismo eficaz para a mitigação desses riscos.

### 2.1.8. Tratamento e gestão dos resíduos

Os resíduos são uma das principais questões e prioridades ambientais em todos os países da União Europeia e as quantidades produzidas aumentam, em geral, em parte pela melhoria dos sistemas de controlo e acompanhamento dos resíduos.

As fontes fundamentais de resíduos são as áreas urbanas, a indústria, as atividades agropecuárias e florestais, as atividades mineiras, as atividades de saúde ou clínicas, e as que geram resíduos perigosos como os radioativos.

Em relação aos resíduos agrícolas, da pecuária e da silvicultura, a TABELA 11 mostra o total de resíduos produzidos por setor na Europa, em Espanha e Portugal, em 2010. Os setores ou atividades contemplados nas estatísticas do EUROSTAT são: a agricultura, a silvicultura e a pesca; as atividades menores da indústria extrativa, energia, atividades de construção e demolição, as atividades domésticas e outras atividades económicas.

TABELA 28. RESÍDUOS POR SETOR, EUROPA, ESPANHA E PORTUGAL 2010

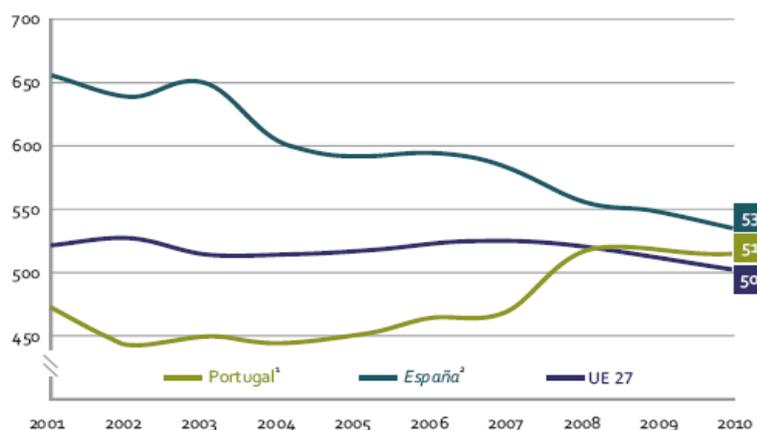
	AGRICULTURA, SILVICULTURA E PESCA	ATIVIDADES DA INDÚSTRIA EXTRATIVA	INDÚSTRIA	ENERGIA	ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO	OUTRAS ATIVIDADES ECONÓMICAS	DOMÉSTICO
EU-28	39.570	727.321	280.114	84.880	854.552	363.139	220.940
Portugal	193	1.206	9.766	456	11.071	10.193	5.464
Espanha	5.817	31.732	16.480	2.339	37.947	20.006	23.198

Fonte: EUROSTAT

Em relação aos resíduos urbanos, no espaço fronteiriço luso-espanhol, cerca de 8% dos resíduos são recolhidos de forma seletiva. Tal valor é inferior à média para o conjunto dos países, pelo que se deduz que a fronteira apresenta um menor nível de infraestruturas de tratamento e carências significativas de gestão de resíduos na separação e reciclagem.

Há que salientar a heterogeneidade verificada entre regiões, no referido espaço, oscilando entre 4% e 11% (ISA, 2007-2013). O Gráfico 11 define os resíduos urbanos recolhidos em quilogramas por habitante apresentado no relatório *La Península Ibérica en Cifras* para 2012. Os dados são agregados a nível nacional com valores de 502 kg/hab. para a UE, 535 kg/hab. para Espanha e 514 kg/hab. para Portugal. Estes valores muito similares são precedidos por trajetórias muito diferentes, na última década. No caso espanhol houve uma diminuição em torno das 100 kg/hab.; contudo, em Portugal esse número aumentou.

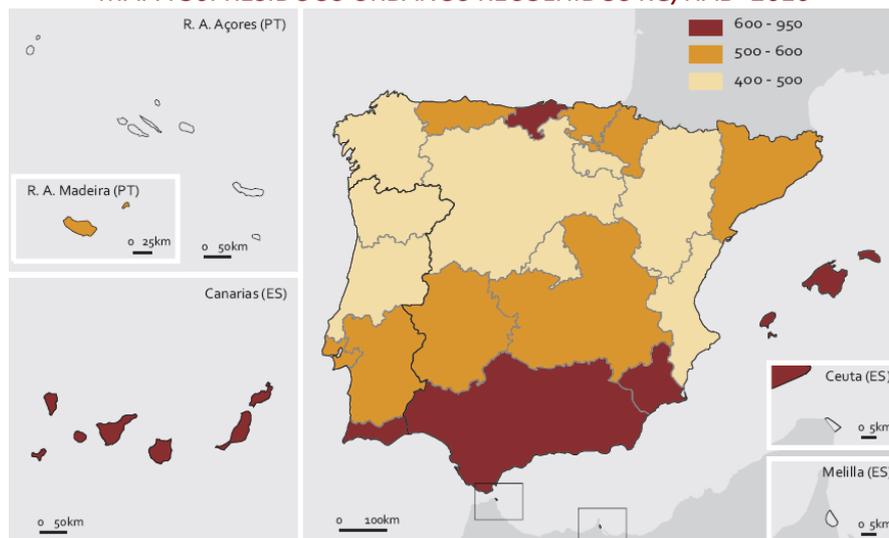
GRÁFICO 11. RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS KG/HAB.



Fonte: INE, *A Península Ibérica em Números*, 2012

O Mapa 36 mostra, para 2010, os resíduos urbanos recolhidos em quilogramas por habitante. Os níveis aumentam à medida que se desce para sul da Raia, sendo um dos principais fatores a pressão turística nas sub-regiões Alentejo-Centro-Extremadura e ainda maior no Alentejo-Algarve-Andalucía.

MAPA 36. RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS KG/HAB- 2010



Fonte: INE, *La Península Ibérica en Cifras*, 2012.

A correta gestão dos resíduos produzidos é um importante desafio ambiental do espaço transfronteiriço. A estratégia deve ser orientada para a prevenção da produção e para uma gestão sustentável. A carência de infraestruturas e de normativa específica para este espaço faz com que a gestão de resíduos nos dois países seja feita com diferenças a nível de competências.

Ao nível europeu, a entrada e saída de resíduos do território nacional, assim como o trânsito pelo mesmo, deve reger-se pelo disposto no Regulamento (CE) nº 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho, relativo à exportação, para valorização.

Por outro lado, o **Movimento Transfronteiriço de Resíduos** (MTR) está sujeito ao cumprimento do Regulamento (CE) n.º 1013/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho.

A Tabela 29 indica as toneladas de resíduos perigosos e não perigosos com origem em Portugal, quer sejam valorizados ou eliminados e o Gráfico 12 mostra a evolução de 2008 a 2012. As barras verdes representam os resíduos valorizados e as barras azuis os resíduos eliminados em toneladas.

**TABELA 29. RESÍDUOS PERIGOSOS E NÃO PERIGOSOS COM ORIGEM EM PORTUGAL, VALORIZADOS E ELIMINADOS**

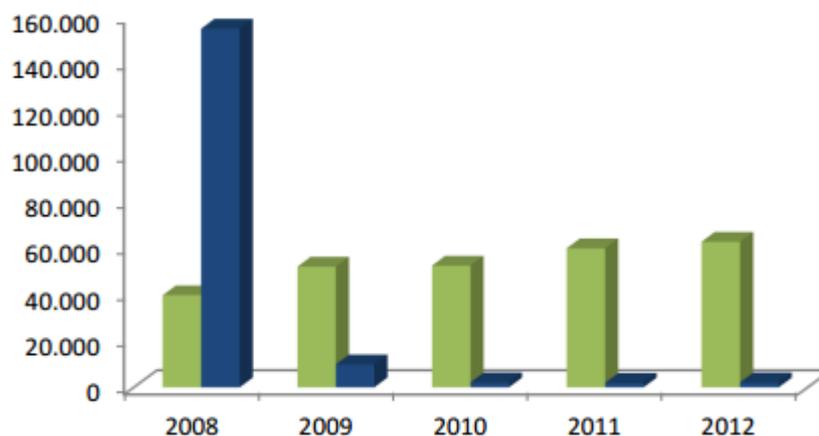
ANO	VALORIZAÇÃO (TON)	ELIMINAÇÃO (TON)	TOTAL (TON)
2008	40.113	154.709	194.822
2009	52.485	10.019	62.503
2010	52.971	2.152	55.123
2011	60.389	1.947	62.336
2012	63.181	2.158	65.339

Fonte: APA, Relatório MTR, 2012. Adaptação do Autor

Na transferência e exportação de resíduos (perigosos e não perigosos) de Portugal, em 2012, 63.181 toneladas foram valorizadas, ou seja, 96,7%; e 2.158 toneladas correspondentes a 3,3% foram eliminadas. Esta valorização é a melhor alternativa do ponto de vista ambiental, para reduzir o volume final dos resíduos em aterros sanitários.

Embora as taxas de gestão de resíduos em Espanha e Portugal estejam abaixo da média europeia, na última década a evolução tem sido positiva em termos de sustentabilidade, devido ao aumento da consciência ambiental e ao fato do sul da Europa ter partido de uma situação inicial desfavorável.

**GRÁFICO 12. EVOLUÇÃO DOS RESÍDUOS PERIGOSOS E NÃO PERIGOSOS DE PORTUGAL, VALORIZADOS E ELIMINADOS**



Fonte: APA, Relatório MTR 2012. Adaptação do Autor

## 2.2. CONSIDERAÇÃO ESPECÍFICA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O Mediterrâneo e, como consequência a Península Ibérica, figura entre as regiões a nível mundial mais expostas aos efeitos das alterações climáticas.

As alterações climáticas envolvem uma mudança gradual do clima, menores precipitações, um aumento da temperatura que aumenta os níveis de evapotranspiração das culturas e, assim, aumenta as exigências de água, aumentam as condições de aridez, mais eventos extremos de precipitação como fortes chuvas e seca, aumento do nível do mar, mudanças nos padrões de escoamento, e mudanças na biota e na produtividade dos alimentos.

Para o conjunto da Península Ibérica, o relatório CLIVAR de 2010 define que o aumento progressivo da temperatura foi especialmente evidente nas três últimas décadas (1975-2005), definindo-se uma taxa média de aquecimento de 0,5 graus centígrados por década, aproximadamente. Trata-se de um valor 50% superior à média continental no Hemisfério norte e quase o triplo da média global.

Simultaneamente, nas três últimas décadas, as precipitações anuais diminuíram de forma significativa em relação às décadas de 60 e 70, especialmente nos finais de Inverno. Em média, prevê-se uma tendência para condições mais áridas na maior parte da Península Ibérica. Calcula-se que as chuvas na Península Ibérica podem diminuir entre 18 e 42% até finais de século e que o volume de água doce disponível se reduziria em 22%. A metade sul peninsular seria das regiões mais afetadas e com isso as sub-regiões fronteiriças Alentejo-Centro-Extremadura e Alentejo-Algarve-Andalucía.

Segundo o relatório *“Climate Change, Impacts and Vulnerability in Europe 2012”*, elaborado pela *Agência Europeia do Ambiente*, que analisa os efeitos das alterações climáticas, afirma que na região do Mediterrâneo, ou seja, incluindo Portugal e Espanha, os principais impactos detetados são a redução da disponibilidade de recursos hídricos, a diminuição do rendimento das colheitas, o aumento do risco de seca e perda de biodiversidade, incêndios florestais e ondas de calor. Outros impactos, como o aumento do risco de desertificação e aumento das temperaturas acima da média europeia, são outros efeitos proeminentes.

Por sua vez, o estudo de *“Generación de Escenarios Regionalizados de Cambio Climático para España”*, elaborado pela *Oficina Española de Cambio Climático*, inclui projeções de temperatura em que estabelece, para um cenário de emissão médio-alto, variações aproximadas de 1-2°C, 3-5°C e 5-8°C para os períodos 2011-2040, 2041-2070 e 2071-2100 respetivamente, para as zonas do interior da Península Ibérica, que são as que mostram maiores alterações. O cenário de emissão médio-baixo mostra valores aproximadamente 2°C mais baixos para o último terço do século XXI. Por sua vez, as projeções de precipitação mostram uma tendência para a redução no sul da Península com um gradiente nas alterações que em geral é sul-norte.

Entre as principais causas das alterações climáticas destaca-se o uso de combustíveis fósseis, a agricultura e as alterações do uso do solo, a deflorestação, alguns processos industriais como a produção de cimento e os aterros, a refrigeração, a produção de agentes espumantes e o uso de dissolventes.

As medidas de adaptação no domínio ambiental são fundamentais. É necessário promover o uso sustentável da água e a proteção dos aquíferos, manter os sistemas dunares, zonas húmidas e proteger a vegetação ripícola que evita a erosão, o transbordamento de rios e as inundações. Desenvolver planos, não só os de luta contra incêndios, mas também de ordenamento do território e florestal, planos de conservação da biodiversidade e de combate à desertificação.

Também é necessário prever as alterações climáticas sobre os setores económicos como a agricultura, a criação de gado, a pesca, o setor florestal e o turismo. No Espaço de Cooperação Transfronteiriço Espanha-Portugal, a importância do desenvolvimento da agricultura e dos regadios, transforma-a na atividade de maior consumo e procura de água ao nível fronteiriço, com valores em torno dos 60% de procura total anual na última década. A falta de água pela diminuição e perturbação do regime de precipitações e o aumento das temperaturas incidirá no rendimento das culturas com maior dependência dos recursos hídricos. Uma das culturas mais afetadas são as vinhas. A vindima adiantou-se quase um mês nos últimos anos, além disso, as alterações do clima afetam a qualidade dos vinhos obtidos.

Para a criação de gado, a ausência de pastos e superfícies forrageiras origina maiores custos na alimentação das cabeças de gado extensivo. Esta ausência de pastos pelas alterações nas condições climáticas afetará a continuidade e viabilidade da atividade transumante em Cañada de la Plata e na Cañada Leonesa Occidental na fronteira hispano-lusa.

A escolha das culturas é fundamental para promover a adaptação a cada área, sendo mais resistente à seca e altas temperaturas. É importante, portanto, promover práticas agrícolas, tais como a criação de coberto vegetal, rotação de culturas e terras em pousio, e o controle de novas pragas.

Na criação de gado será necessário escolher raças autóctones adaptadas a zonas quentes e secas. Os sistemas de criação de gado semiextensivos, que aproveitam a biomassa das colheitas como pasto, e os extensivos como as pastagens, são a melhor opção.

Para a pesca e ambiente marinho, o aumento de CO<sub>2</sub> e da temperatura afetam a acidez média da superfície do mar e, portanto, uma redução na produtividade, o tamanho médio dos peixes, o movimento de plâncton de que se alimentam os peixes e a chegada de espécies tropicais. Nas rias galegas as alterações da intensidade e duração dos ventos originam que os tempos de renovação da água aumentem, levando a um aumento da presença de microalgas nocivas para o marisco.

Um exemplo de adaptação no setor florestal é a sub-região Galiza-Norte de Portugal. A estratégia de gestão florestal de Ramallosa (Pontevedra) inclui a previsão dos impactos das alterações climáticas. Nas próximas duas décadas, irá gradualmente substituir o eucalipto, por povoamentos mistos de pinheiro e carvalho, mais resistentes a

perturbações como incêndios e pragas. A diversificação para outros sectores florestais, não-madeireiros, como a obtenção de mel e cogumelos permite ter um ecossistema florestal rentável, com maior biodiversidade e menos vulnerável às alterações climáticas.

O turismo é um setor muito importante em algumas sub-regiões da fronteira entre Espanha e Portugal. O aumento da temperatura com alguns episódios extremos, como ondas de calor, regressão de praias, desaparecimento de espécies de peixes e corais, a falta de água em lagos e rios enfraquecerá as atividades turísticas e pode alterar as preferências de destino dos turistas. Portanto, o planeamento e ordenamento territorial desempenham um papel fundamental, juntamente com a edificação, os materiais de revestimento e as construções destinadas a economizar água e energia.

O aumento das temperaturas, a falta de humidade no ar, o alargamento da época de polinização, alargará o período de alergias e casos de asma. As ondas de calor provocaram problemas cardíacos e vasculares. É necessário difundir protocolos de saúde pública e avaliações do efeito das alterações climáticas na saúde.

### 2.2.1. As emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) em Portugal

Os principais mecanismos de poluição atmosférica são os processos industriais que envolvem combustão, em indústrias, tais como a automóvel e calefação residencial, que geram dióxido e monóxido de carbono, óxidos de azoto e de enxofre, entre outros poluentes.

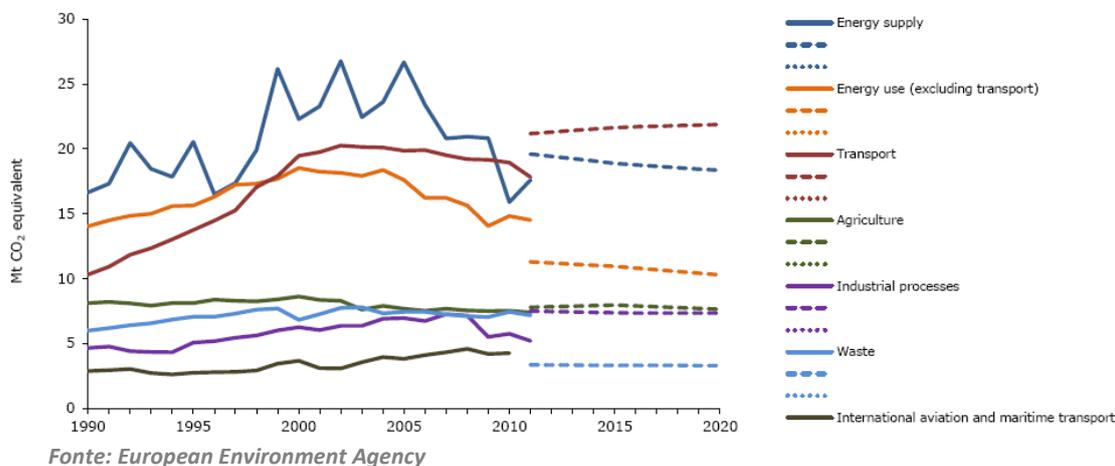
Parte da poluição atmosférica provém principalmente das emissões de seis gases denominados Gases com Efeito de Estufa (GEE): dióxido de carbono ( $\text{CO}_2$ ), metano ( $\text{CH}_4$ ), óxido nitroso ( $\text{N}_2\text{O}$ ), e os compostos halogenados, como os CFC, os perfluorocarbonos (PFC) e o hexafluoreto de enxofre ( $\text{SF}_6$ ), e também o vapor de água.

As emissões totais de GEE em Portugal, segundo a *Agência Europeia do Ambiente*, foram de 70 milhões de toneladas equivalentes de  $\text{CO}_2$ - (Mt  $\text{CO}_2$ -eq) em 2011, o que representa 1,52% do total da UE-27 com 4.600 Mt  $\text{CO}_2$ -eq para esse mesmo ano. Em 2010, as emissões de GEE eram fundamentalmente compostas por 74,5% de  $\text{CO}_2$ , 17% de  $\text{CH}_4$ , 6,7% de  $\text{NO}_2$  e 1,8% de gases fluorados.

O contributo em percentagem por setores para as emissões totais de GEE corresponde a energia (43,5%), transportes (26,8%), indústria (8,2%), agricultura (10,6%), resíduos (10,5%) e dissolventes e outros produtos (0,3%).

O Gráfico 13 define as tendências e projeções de GEE entre 1990 e 2020 em Portugal segundo as emissões por setor. O setor energético e o setor dos transportes assumem maior relevância face às emissões totais. Existem estimativas de diminuição de emissões na produção de energia, mas aumentos nas emissões produzidas pelos transportes.

**GRÁFICO 13. AS TENDÊNCIAS E PROJEÇÕES DE GEE 1990-2020 PORTUGAL.  
EMISSIONS POR SETOR**



### 2.2.2. As emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) em Espanha

As emissões totais de GEE em Espanha, segundo a *Agência Europeia do Ambiente*, foram de 356,1 Mt CO<sub>2</sub>-eq em 2011, o que significa 7,74% do total da UE-27.

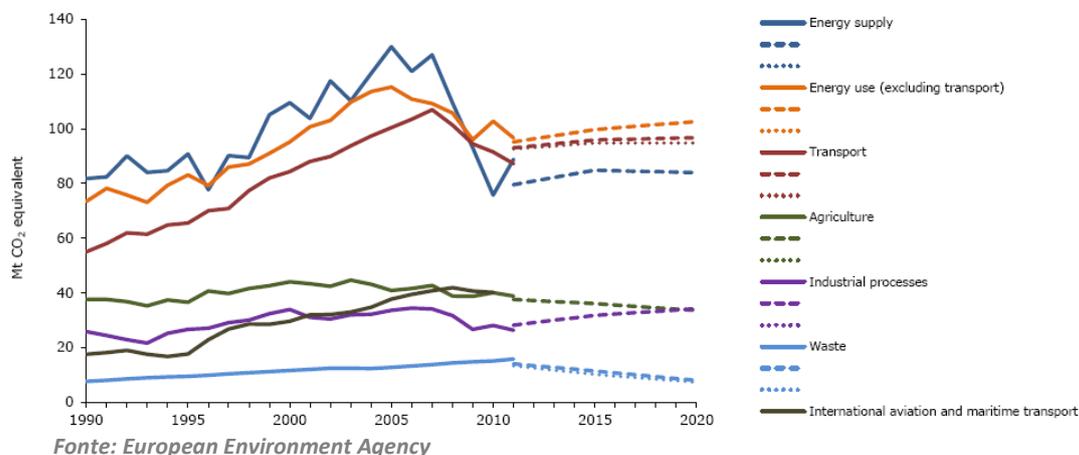
O *Sistema Español de Inventario (SEI)* do MAGRAMA, para 2011, comunica as emissões por Comunidade Autónoma. Para as 356,1 Mt CO<sub>2</sub>-eq de emissões totais de GEE em Espanha, em 2011, o contributo das Comunidades Autónomas fronteiriças com Portugal foi de: 27,6 Mt CO<sub>2</sub>-eq da Galicia, 34,1 Mt CO<sub>2</sub>-eq de Castilla y León, 8 Mt CO<sub>2</sub>-eq da Extremadura e 53,7 Mt CO<sub>2</sub>-eq da Andalucía.

Em 2010, as emissões de GEE eram fundamentalmente compostas por CO<sub>2</sub> (79,9%), CH<sub>4</sub> (9,8%), NO<sub>2</sub> (7,8%) e gases fluorados (2,5%).

O contributo em percentagem por setores para as emissões totais de GEE corresponde a energia (50,2%), transportes (25,7%), indústria (7,9%), agricultura (11,2%), resíduos (4,2%) e dissolventes e outros produtos (0,8%).

O Gráfico 14 define as tendências e projeções de GEE entre 1990 e 2020 em Espanha segundo as emissões por setor. O setor energético e o setor dos transportes têm a maior relevância face às emissões totais. Existem estimativas de aumentos nas emissões produzidas por ambos os setores.

**GRÁFICO 14. AS TENDÊNCIAS E PROJEÇÕES DOS GEE 1990-2020 ESPANHA  
EMISSIONES POR SETOR**



### 2.2.3. Influência da dependência energética

A dependência energética constitui um dos grandes desafios a enfrentar. As consequências ambientais de uma excessiva dependência dos combustíveis fósseis são bem conhecidas e, por isso, a UE quer estabelecer um novo rumo para uma economia de baixo carbono, além de um processo dinâmico de formulação de políticas e desenvolvimento de iniciativas e projetos orientados para a diversificação da origem das importações, promoção das ligações de gás e eletricidade, impulsionar medidas de poupança e eficiência energética e de promoção das energias renováveis.

A Península Ibérica encontra-se numa situação de vulnerabilidade energética vista como uma ilha energética, a que se acrescenta a sua situação periférica em relação ao continente europeu. Por isso, os interesses de segurança energética da península situam-se no contexto mediterrâneo imediato, que afeta fundamentalmente os países do Magreb (Marrocos, Argélia, Mauritânia, Tunísia e Líbia, e o Egipto).

Face ao esgotamento programado das energias fósseis, ao seu custo e aos seus impactos sobre as alterações climáticas globais, o desenvolvimento de novas formas de energia, ecológicas e renováveis, é um compromisso de todos os signatários dos acordos internacionais.

Na UE, as energias renováveis deverão representar, em 2020, 20% do consumo final energético, face aos 11% atuais. Os objetivos para Espanha e Portugal, de acordo com o Anexo I da *Diretiva 2009/28/CE de Energias Renováveis*, são 20% e 31%, respetivamente.

### *a) Caso de Portugal*

---

Portugal é altamente dependente da transformação dos combustíveis fósseis importados para satisfazer as suas necessidades energéticas. O consumo de energia por setor descreve-se como: 36% transportes, 29% indústria, 17% consumo doméstico, 12% serviços, 2% agricultura e 4% outros setores.

A participação na produção de energia de fontes renováveis é cada vez maior rondando os 24% atualmente.

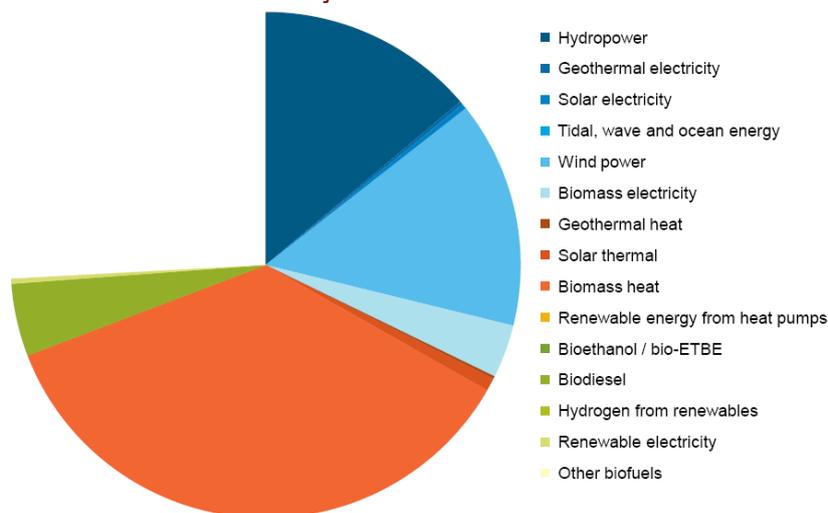
Em Portugal, os valores positivos do setor das energias renováveis, tanto no consumo, como na produção, explicam-se pela grande presença de centrais hidroelétricas em todo o país, especialmente na região Norte. Também a produção e consumo de energia eólica cresceu substancialmente e os principais parques eólicos de Portugal localizam-se na região Norte e interior do país, em zonas de montanha (distritos de Vila Real e Viana do Castelo).

A região Centro também dispõe de um bom nível de produção de energia eólica, principalmente nos distritos de Viseu, Coimbra e Castelo Branco.

No que se refere à produção de energia a partir da biomassa florestal, varia muito de uma região para outra em função da superfície florestal explorável, sendo as principais regiões produtoras o Norte e Centro de Portugal.

O Gráfico 15 pormenoriza a participação das diferentes formas de energia renováveis. A energia eólica experimenta um importante desenvolvimento recente. Destaca-se o uso de biomassa e hidroelétrica. A energia hidroelétrica tem uma participação importante, mas depende da regularidade do índice de produção hidrológica, que em Portugal tem estado abaixo dos valores de referência para o ano 1997, durante vários anos.

GRÁFICO 15. PARTICIPAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS - 2010



Fonte: European Environment Agency <http://www.ecn.nl/nreap> - 28 November 2011 (Portugal)

#### b) Caso de Espanha

O consumo de energia registou aumentos desde 1990, ainda que em 2007 tenha havido uma mudança de tendência.

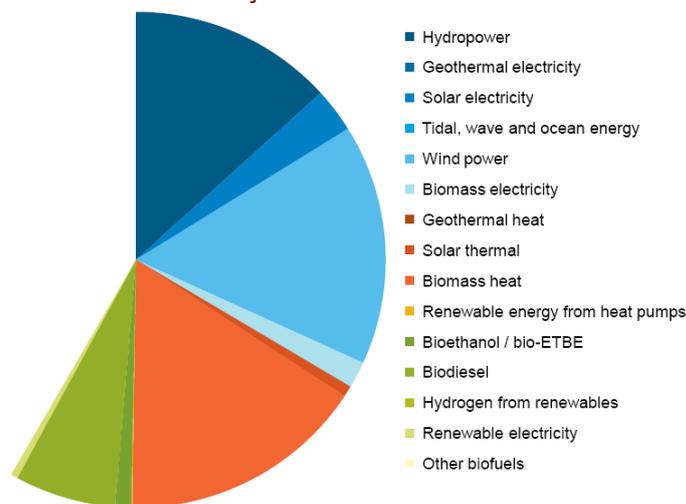
A produção de energia em Espanha caracteriza-se por uma diminuição no uso de carvão, petróleo e energia nuclear e por um aumento no uso de gás natural e de fontes renováveis.

Em Espanha, a energia renovável não tem tradicionalmente um grande peso, em relação à procura de energia primária e à produção elétrica, e tem sido principalmente representada pela energia hídrica.

Espanha encontra-se entre as cinco principais nações investidoras em energias renováveis no quadro internacional, albergando duas das três principais centrais fotovoltaicas do planeta. Destaca-se, também, a importância da energia eólica (48% do total de energia elétrica de origem renovável), sendo o terceiro país do mundo em potência instalada, a seguir à Alemanha e Estados Unidos.

O Gráfico 16 mostra a participação das diferentes energias renováveis em Espanha. Destacando-se a biomassa, a hidroelétrica, o biodiesel, bioetanol e solar.

**GRÁFICO 16. PARTICIPAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS - 2010**

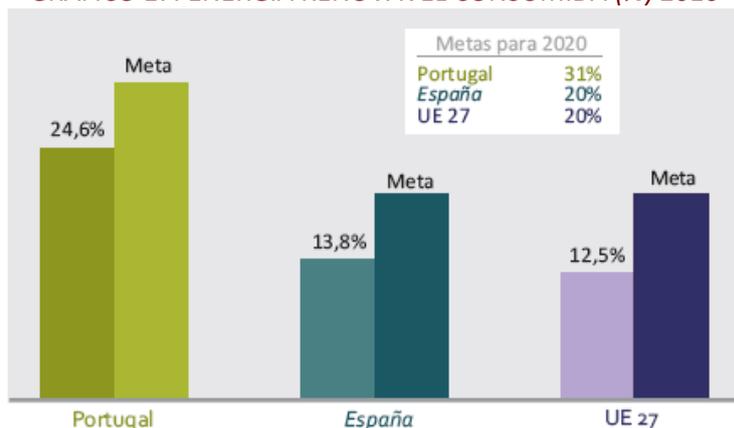


Fonte: European Environment Agency <http://www.ecn.nl/nreap> - 28 November 2011 (Spain)

O Gráfico 17 seguinte representa, segundo dados do Relatório da *Península Ibérica en Cifras*, do Instituto Nacional de Estatística de Espanha, a percentagem de energia renovável consumida em 2010.

Este indicador é relevante para analisar a sustentabilidade no setor energético, e revela que em Portugal o valor é de 24,6% e a meta para 2020 seria de 31%; e para Espanha o dado é de 13,8% em 2010 e com meta de 20% para 2020. O consumo de energia renovável de ambos os países está acima da média europeia.

**GRÁFICO 17. ENERGIA RENOVÁVEL CONSUMIDA (%) 2010**



Fonte: INE, *La Península Ibérica en Cifras*, publicação de 2012

### 3. SELEÇÃO DE ALTERNATIVAS E CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS AMBIENTAIS

#### 3.1. METODOLOGIA PROPOSTA E LIMITAÇÕES

As alternativas possíveis ao conteúdo do Programa permitem múltiplas combinações, de acordo com os Regulamentos comunitários, sempre e quando se respeite a concentração temática de 80% da despesa em quatro Objetivos. Esta flexibilidade faz com que o número de alternativas possíveis seja muito vasto, o que limita a utilidade da sua análise.

Tendo em conta o anterior, a proposta metodológica adotada inclui a descrição de três alternativas:

- ✦ A *Alternativa 0* que compreende a não implementação do POCTEP, ou seja, significaria desistir dos fundos disponíveis para a área de cooperação.
- ✦ A Alternativa 1, denominada “*Alternativa de continuidade*” que consistiria em dar continuidade às medidas implementadas no POCTEP 2007-2013.
- ✦ A Alternativa 2, ou “*Alternativa selecionada*” e detalhada no documento “Versão Preliminar do POCTEP 2014-2020”.

Para compreender a abordagem metodológica adotada é necessário considerar os seguintes pontos de partida:

- ✦ Em primeiro lugar, importa destacar que na seleção da alternativa que constituirá o POCTEP parte-se de muitas disposições, algumas obrigatórias, ou seja, a margem de manobra disponível para a Autoridade de Gestão responsável pela elaboração do Programa é limitada.

Especificamente, o Programa deve respeitar as disposições dos vários regulamentos comunitários, especialmente:

- ✦ O Regulamento 1303/2013 relativo ao Quadro Estratégico Comum, que estabelece as bases comuns para a gestão dos Fundos Europeus de Investimento (FEI): FEDER, FSE, FEMP, FEADER e FC.
- ✦ O Regulamento 1299/2013 relativo ao apoio do FEDER ao objetivo de cooperação territorial europeia.

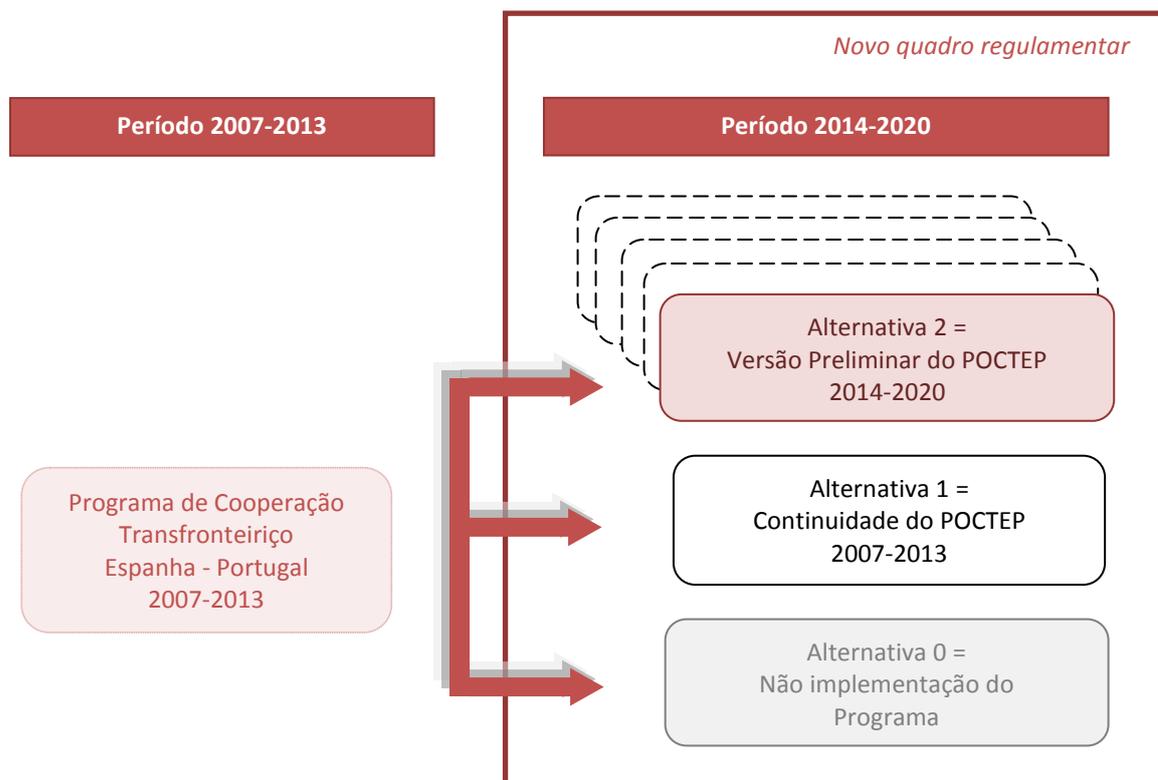
Estes documentos estabelecem no quadro geral do Programa, os objetivos gerais e prioridades a que devem dar resposta, para além da distribuição financeira (concentração temática).

- ✦ Em segundo lugar, é necessário que a alternativa selecionada, o POCTEP a implementar, se ajuste e seja coerente com vários documentos elaborados à escala nacional e, especificamente, com os Acordos de Parceria de Espanha e Portugal, documentos que estão a ser elaborados pelos respetivos Estados-Membros, e que determinam o quadro geral de aplicação do conjunto dos Fundos Europeus em cada país.
- ✦ Não obstante e apesar de todas as limitações dispostas refira-se que entre as três situações descritas: alternativa 0, 1 e 2 podem existir alternativas infinitas, construídas com base em diferentes combinações de medidas e ações.

Assim, e uma vez que a descrição dessas alternativas não é viável optou-se por detalhar os três cenários com maior peso entre os possíveis, aprofundando o processo que conduziu à alternativa final selecionada.

O esquema seguinte representa graficamente os elementos descritos.

### ESQUEMA 3. METOLOGIA PROPOSTA PARA A SELEÇÃO DE ALTERNATIVAS AO CONTEÚDO DO PROGRAMA



Fonte: Elaboração própria.

## 3.2. PROPOSTA DE ALTERNATIVAS E JUSTIFICAÇÃO DA SELEÇÃO DE ALTERNATIVAS

### 3.2.1. Alternativa 0: Não realização do Programa

O impacto da não implementação do Programa, a partir de um ponto de vista financeiro, seria a perda de cofinanciamento para a implementação de ações no domínio da cooperação através do FEDER, o que significa desaproveitar a oportunidade de investir efetivamente em atividades que resultem na melhoria das possibilidades de crescimento do espaço transfronteiriço hispano-luso.

Além de desperdiçar a possibilidade de entrada de fundos públicos, a não implementação do Programa traduz-se na perda do efeito multiplicador gerado por esses fundos, ou seja, da contrapartida nacional que pode mobilizar a existência de diversas ajudas incluídas no Programa.

Da mesma forma, a existência do POCTEP, que compreende uma pré-atribuição de fundos com um horizonte de dez anos (os sete que vão de 2014 a 2020, além dos três anos adicionais em que o orçamento pode ser executado) é uma excelente oportunidade para o planeamento de ações a médio e longo prazo no território de cooperação. Esta oportunidade seria perdida no caso de se renunciar ao desenvolvimento do programa.

Como consequência, a não implementação das possíveis ações do Programa poderia afetar o cumprimento dos seguintes objetivos da Cooperação Territorial:

- + Facilitar e promover a cooperação entre zonas com interesses e vínculos comuns.
- + Promover soluções comuns para as autoridades de diferentes países nos domínios do desenvolvimento urbano e rural, o desenvolvimento das relações económicas e a criação de redes de pequenas e médias empresas (PME).

E, mais especificamente, as consequências da não execução do POCTEP no ambiente são:

- + Menos capacidade de resistência a riscos naturais.
- + Menos protecção e valorização do património natural e do ambiente urbano.
- + Gestão menos adequada de áreas naturais.
- + Utilização menos eficiente dos recursos naturais.
- + Mobilidade menos sustentável.

Todas as considerações previamente citadas compreendem uma justificação suficiente do porquê da Alternativa zero, ou não desenvolvimento do Programa, não constituir a opção eleita.

### 3.2.2. Alternativa 1: alternativa de continuidade

A **Alternativa 1** denominada “*alternativa de continuidade*” consiste em dar continuidade às medidas e tipos de ações implementadas no quadro do POCTEP 2007- 2013 mantendo a abordagem e o peso orçamental nas mesmas.

O desenvolvimento desta alternativa de continuidade implica assumir as seguintes decisões:

- + Manter a orientação estratégica formulada para o período 2007-2013 no espaço de cooperação. Isso significa atribuir a ajuda FEDER aos seguintes domínios, tendo em conta a equivalência entre os eixos estabelecidos no período 2007-2013 e as prioridades de investimento (PI) do período 2014-2020:
  - + O Eixo 1 *Reforço da competitividade e promoção do emprego* corresponde a vários OT do período 2014-2020, como o 1 *Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação*, o 3 *Reforçar a competitividade das PME* e o 8 *Promover a sustentabilidade e qualidade no emprego*.
  - + O Eixo 2 *Ambiente, património e prevenção de riscos* corresponde, por sua vez, ao OT 5 de *Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos*, além do OT 6 *Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos*.
  - + O Eixo 3 *Ordenamento do Território e acessibilidades* se relaciona, por sua vez, com o OT 7 de *Promover transportes sustentáveis*, embora inclua outras questões abordáveis através de diversos OT. Assim, compreende a avaliação de espaços e a cooperação territorial entre zonas rurais e urbanas (OT 6), e a acessibilidade a outras redes, tanto de telecomunicações (OT 2), como energéticas (OT 4).
  - + O Eixo 4 *Integração socioeconómica e institucional* é uma alternativa também contemplada nos Regulamentos do período atual com o objetivo de reforçar os vínculos e a cooperação em diversos domínios das regiões da fronteira (OT 11).
- + Não intervir em alguns domínios estratégicos contemplados nos regulamentos do período 2014-2020, que podem ser relevantes, não apenas para contribuir mais eficazmente para os objetivos da Estratégia Europa 2020, mas também para atender determinadas problemáticas existentes no espaço transfronteiriço e consolidar a estratégia de cooperação.

O desenvolvimento desta alternativa tem, sem dúvida, diversos elementos a seu favor, que se relacionam, fundamentalmente, com o facto de possibilitar a continuidade dos esforços já iniciados no período 2007-2013 e consolida os resultados e primeiros impactos obtidos através deste programa.

Contudo, salientam-se vários aspetos que levam a recusar uma alternativa que suponha a continuidade total do POCTEP 2007-2013, tais como:

- + Não permite apostar e incidir em novos aspetos que garantam uma maior eficácia do Programa, como é a maior orientação para resultados e a consecução de um impacto claro e visível na execução dos projetos.
- + Limita a aposta numa abordagem mais estratégica na conceção do Programa, onde se produz uma efetiva concentração de esforços. De facto, embora o POCTEP 2007-2013 se articulasse unicamente em 4 eixos, o seu desenvolvimento deu lugar a uma grande variedade de projetos:
  - + O Eixo 1 cobria oito temas prioritários.
  - + O Eixo 2 incluía sete temas prioritários.
  - + O Eixo 3 continha um total de doze temas prioritários.
  - + O Eixo 4 compreendia seis temas prioritários.
- + Por último, esta alternativa não permite incorporar as lições aprendidas com a experiência, e especificamente limita a possibilidade de adaptar adequadamente o novo Programa, e as medidas nele incluídas:
  - + O grau de procura e aceitação existente na população-alvo nas diferentes medidas e atuações.
  - + O grau de eficiência alcançado nas diferentes atuações e as dificuldades experimentadas na gestão e na sua adequada execução.
  - + As conclusões extraídas na análise de contexto e identificação de necessidades realizada.

### 3.2.3. Alternativa 2: alternativa selecionada

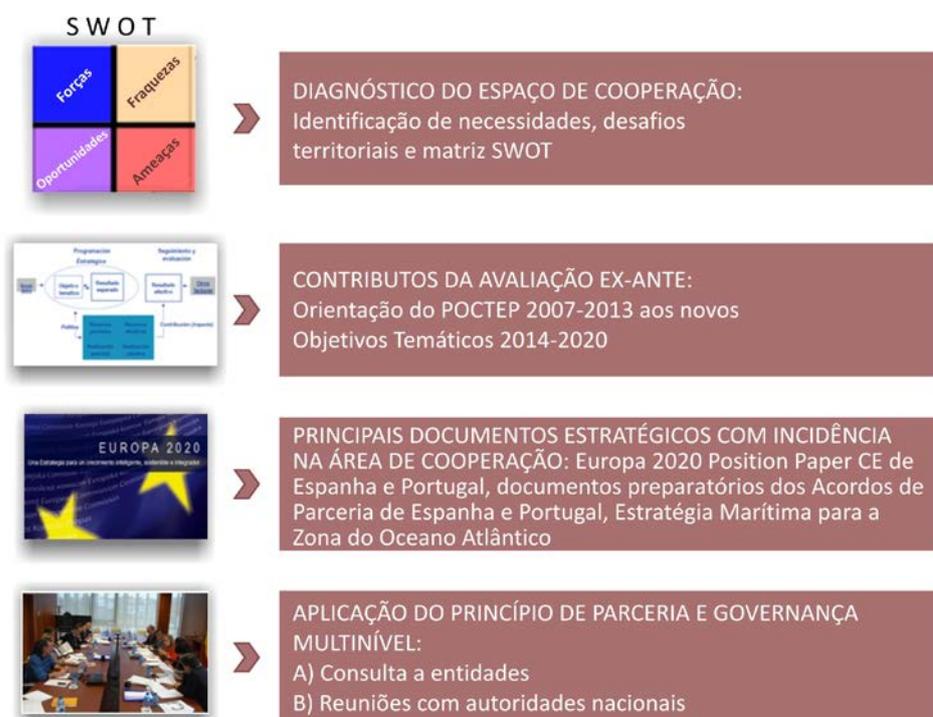
A Alternativa 2 ou alternativa selecionada é que se detalha no documento “*Versão Preliminar do POCTEP 2014-2020*”, em processo de elaboração.

O processo utilizado para chegar à alternativa selecionada foi caracterizado pela sua iteratividade e interatividade, e a abordagem das várias opções de programação ou

abordagens intermédias são avaliadas em conjunto, tanto pelo Grupo de Programação, como pela equipa de avaliação.

Especificamente, o processo de formulação da estratégia e, portanto, a seleção das alternativas consideradas, baseou-se em quatro elementos fundamentais: necessidades de intervenção identificadas na análise SWOT; a trajetória prévia de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal; as orientações fornecidas pelos documentos estratégicos da UE e os contributos dos diferentes agentes interessados no desenvolvimento do POCTEP.

**ESQUEMA 4. PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA DO POCTEP 2014-2020**



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, a programação do POCTEP 2014-2020 realizou-se com o intuito de dar resposta às debilidades que afetam o progresso económico e social do Espaço de Cooperação, que seja coerente com o quadro de intervenção política da UE e que goze de um elevado consenso ao envolver os diferentes agentes sociais e institucionais para o seu desenvolvimento.

No decurso deste trabalho conjunto foram considerados os seguintes elementos:

- ✦ Prima-se pela concentração da atuação nas áreas que são consideradas prioritárias e que têm um caráter mais estratégico para o espaço de cooperação, em vez de apostar na disseminação e tentar implementar todos os Objetivos Temáticos que permitem os regulamentos. O princípio geral adotado tem sido o de tentar concentrar esforços, dadas as restrições orçamentais do POCTEP 2014-2020.
- ✦ Parte-se da experiência acumulada ao longo do período 2007-2013 e faz-se uma revisão crítica do Programa em curso introduzindo as alterações que permitem passar da alternativa 1 à alternativa 2 selecionada.

Para isso foram selecionadas as Prioridades de Investimento sobre os quais existe um maior consenso sobre a sua maior capacidade de obtenção de resultados da ajuda FEDER, em detrimento daquelas em que o impacto da ajuda se espera inferior, ou porque existe uma menor ou inexistente necessidade de agir, ou porque os instrumentos de intervenção fornecidos pelo PO não são os mais adequados.

Depois de um período de discussão e reflexão com as autoridades nacionais, a proposta de Objetivos Temáticos foi validada, determinando-se, como consequência, que a estratégia de cooperação territorial de Espanha e Portugal se baseia nos seguintes:

- ✦ **Objetivo Temático 1:** Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação.
- ✦ **Objetivo Temático 3:** Melhorar a competitividade das pequenas e médias empresas.
- ✦ **Objetivo Temático 5:** Promover a adaptação às alterações climáticas em todos os setores.
- ✦ **Objetivo Temático 6:** Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.
- ✦ **Objetivo Temático 11:** Melhorar a capacidade institucional.

TABELA 30. ABORDAGEM À SELEÇÃO DOS OBJETIVOS TEMÁTICOS

		OT1	OT2	OT3	OT4	OT5	OT6	OT7	OT8	OT9	OT10	OT11
Diagnóstico econ., social e territ. (SWOT)		✓	✓	✓		✓	✓		✓	✓	✓	✓
Principais documentos estratégicos	Espanha	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Portugal	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Est. Mar. Atlântico	✓		✓	✓	✓			✓		✓	
Avaliação Ex Ante		✓		✓		✓	✓	✓	✓			
Processo de consultas a entidades interessadas	Espanholas	✓		✓	✓	✓	✓					✓
	Portuguesas	✓		✓			✓	✓		✓		✓
	Outras	✓		✓			✓		✓		✓	✓
Seleção de OT a partir dos anteriores inputs de informação		✓		✓		✓	✓					✓

Fonte: Avaliação ex ante do PO de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2014-2020

Os principais domínios da alternativa selecionada, cujo detalhe pode ser apreciado no documento preliminar do POCTEP 2014-2020, são:

- + Uma abordagem baseada na concentração de esforços conduz a que dos 11 OT que os regulamentos comunitários apresentam como possíveis, o POCTEP opte por desenvolver 5.
- + O esforço essencial do programa é direcionado para a conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural, proteção e restauração da biodiversidade e, em menor grau, para a promoção da I&D+i. Estas questões absorvem cerca de 65% dos fundos atribuídos ao programa.
- + A introdução de novas atuações para melhorar a competitividade das empresas (OT 3), que teve menos apoio no Programa anterior, dadas as dificuldades do setor produtivo, exacerbadas, como resultado da crise económica persistente.

Em geral considera-se adequado apostar nesta alternativa que apresenta, em relação à Alternativa 1, uma abordagem mais estratégica e focada em domínios prioritários que, através da cooperação, podem ser abordados de forma mais eficaz, e que permite, ao contrário da alternativa zero incidir na atenuação dos problemas ambientais descritos no Capítulo 6 deste documento, bem como gerar uma série de efeitos ambientais positivos.

Especificamente, espera-se que a alternativa escolhida tenha efeito nos seguintes domínios:

- + Na conservação e valorização do património natural e cultural associado, através de atuações de promoção e melhoria dos recursos naturais, e o desenvolvimento de ações de difusão e sensibilização, entre outras.
- + Na preservação dos ecossistemas e manutenção da singularidade que encerra a biodiversidade do território fronteiriço, através das Prioridades de Investimento orientadas para a criação de dinâmicas positivas a favor da proteção, melhoria e conservação do ambiente (em particular do OT 6).
- + Na melhoria da gestão dos recursos (água, energia, utilização de outros *inputs*), através da aprovação de projetos de investimento em tecnologias ambientais e eco-inovação.
- + Na diminuição da probabilidade de ocorrência de determinados riscos naturais e seus efeitos, através da capacitação das instituições envolvidas, em termos de equipamento, dotação de meios e intervenções no território, assim como de planeamento e monitorização.

- + Na integração do ambiente de forma transversal em todas as prioridades de investimento do Programa, através da introdução de critérios ambientais de seleção de operações nas convocatórias dos projetos a desenvolver.

### 3.3. CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS AMBIENTAIS

A justificação da alternativa mais adequada é baseada na avaliação dos principais efeitos ambientais (positivos e negativos) de cada uma delas.

Assim, tendo em conta que a Alternativa 0, dadas as razões já expostas, constituem claramente uma opção desadequada pelos inconvenientes que acarreta, serão comparadas as *Alternativas 1 e 2* em relação ao grau de cumprimento estimado dos objetivos ambientais de ambas.

A Tabela 31 resume a referida avaliação, que considerou também a aplicação dos princípios de avaliação ambiental e os princípios de sustentabilidade estabelecidos no *Relatório de Definição de Âmbito*. As principais conclusões apresentam-se de seguida:

- + Em relação aos objetivos vinculados com a componente ambiental **ar e clima**, a Alternativa 2 apresenta determinadas vantagens face à 1:
  - + Em primeiro lugar porque na opção selecionada acentua-se o interesse nas abordagens integradas e no desempenho operacional dos transportes coletivos sustentáveis, entre outras ações para promover sistemas de transporte inteligentes e a mobilidade sustentável. Esta formulação é mais ambiciosa, numa perspetiva ambiental, que a adotada na opção de continuidade, baseada na mera melhoria dos serviços de transporte urbano entre as populações do espaço de fronteira.
  - + Em segundo lugar, a Alternativa 2 reconhece, dentro da PI 6F, a qualidade do ar e o controlo dos principais mecanismos de poluição atmosférica como um dos elementos a ter em conta, ao contrário da Alternativa 1. Este facto faz com que o seu contributo para os objetivos de redução da diminuição da esperança de vida por exposição a partículas, assim como a mortalidade por ozono seja potencialmente maior.

- ✦ Em terceiro lugar, a Alternativa 2 inclui expressamente, dentro do seu Eixo 1 (ao contrário da Alternativa 1), ações que promovem o desenvolvimento científico e tecnológico no domínio energético, entre outras que permitam obter resultados eficazes para melhorar a eficiência energética, reduzir o consumo de energia e aumentar a diversificação das fontes de abastecimento energético, o que favorece em maior medida os objetivos de redução de GEE e a promoção das renováveis.
- ✦ Em relação aos objetivos vinculados à componente ambiental **vegetação, fauna, ecossistemas e biodiversidade**, assim como à **paisagem e património cultural**, salienta-se que as Alternativas 1 e 2 incluem atuações específicas similares com efeitos potenciais de sinal positivo:
  - ✦ A Alternativa 1 inclui no seu Eixo 2 diversos tipos de atuações dirigidas à proteção, conservação e valorização do ambiente e dos recursos naturais, incluindo a gestão e reabilitação de espaços naturais comuns, assim como a regeneração e recuperação ambiental de espaços degradados.
  - ✦ Por sua vez, a Alternativa 2 dedica duas Prioridades de Investimento do Eixo 3 a estes fins, destacando-se especialmente a 6.D, cujo objetivo específico não é senão *melhorar a proteção e gestão sustentável dos espaços naturais*.

Note-se que a *Alternativa de continuidade*, baseada no anterior POCTEP 2007-2013, compensa parcialmente este impacto esperado positivo com a incidência negativa, que assumem do ponto de vista ambiental, as tipologias de projetos contempladas no Eixo 3. Especificamente, o desenvolvimento de obras de construção de pequenas infraestruturas locais de comunicação, assim como de projetos transfronteiriços para desenvolvimento conjunto de infraestruturas logísticas no espaço da fronteira envolve ameaças para as espécies e paisagem deste território

- ✦ Em relação aos objetivos vinculados à componente ambiental **água e solo**, as duas Alternativas consideradas não apresentam diferenças significativas, uma vez que integram estes fatores ambientais na sua programação. Como consequência, o contributo para os objetivos ambientais de melhoria da qualidade do estado das bacias hidrográficas e reduzir o risco de erosão do solo e protegê-lo é, nos dois casos, positivo e de igual magnitude.
  - ✦ A Alternativa 1 prevê atuações para melhorar as dotações e o uso racional da água, a gestão e uso conjunto da água superficial e subterrânea, o planeamento e a gestão coordenada de saneamento e depuração em troços transfronteiriços de bacias hidrográficas partilhadas, o ordenamento coordenado de cursos fluviais e albufeiras, serviços de prevenção e luta contra incêndios, entre outras.

- ✦ Por sua vez, a Alternativa 2 assume, igualmente, a referida tipologia de ações, incorporando, também, outras ações que visam diminuir a desertificação e o desenvolvimento de sistemas de análise e manutenção da qualidade dos solos.
- ✦ Por último, em relação aos objetivos vinculados à componente ambiental **população e uso sustentável dos recursos naturais**, a Alternativa 2 também apresenta determinadas vantagens em relação à 1, derivadas, fundamentalmente, do facto de ter programada uma Prioridade de Investimento específica (PI 6.F) destinada a aumentar os níveis de eficiência na utilização dos recursos naturais para contribuir para o desenvolvimento da economia verde no espaço de cooperação.

**TABELA 31. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO ESTIMADO DOS OBJETIVOS AMBIENTAIS PELAS ALTERNATIVAS 1 (CONTINUIDADE) E 2 (SELECIONADA)**

COMPONENTE	OBJETIVOS AMBIENTAIS	Alternativa 1	Alternativa 2
Ar, Clima	Redução dos GEE	++	++
	Uso de 20% em energias renováveis	++	++
	Aumento eficiência energética	++	++
	Redução da diminuição da esperança de vida por exposição a partículas	-	+
	Redução da mortalidade por ozono	-	+
	Diminuição dos excessos de depósitos ácidos em zonas florestais e superfícies de água doce	+	+
	Redução das zonas com ecossistemas sujeitos a eutrofização	+	+
Vegetação, fauna, ecossistemas, biodiversidade	Restauração do valor da biodiversidade	++	++
	Deter a perda de biodiversidade	++	++
Água, solo	Qualidade do estado das bacias hidrográficas	++	++
	Reduzir o risco de erosão e proteger o solo	++	++
	Recuperação e restauração ambiental do meio hídrico.	++	++
	Conservação, proteção e melhoria da qualidade da água.	++	++
	Formação em temas de gestão sustentável.	-	-
	Contribuir para o bom estado das águas marinhas.	+	+
Paisagem e património cultural	Reconhecimento do valor das paisagens	+	++
	Proteção, gestão e ordenamento das paisagens	+	++
	Participação pública nas políticas em matéria de paisagem	+	++
População e uso sustentável dos recursos naturais	Gestão eficiente dos recursos (matérias primas, água, solo, energia, etc.)	+	++
	Cumprimento dos objetivos sobre alterações climáticas	+	+
	Restabelecimento da biodiversidade	++	++

++ Contributo direto

+ Contributo indireto

- Não contribui

Fonte: Avaliação ex ante do PO de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2014-2020

Portanto, conclui-se que a Alternativa 2, a opção estratégica da versão preliminar do POCTEP 2014-2020, contém uma abordagem mais adequada para contribuir para os objetivos ambientais mencionados, tanto por incluir um maior número de tipologias de ação de carácter ambiental, como por descartar outras com efeitos negativos associadas à dotação de infraestruturas logísticas e de comunicação. Consequentemente, recomendamos a sua seleção.

Importa citar que ambas as alternativas respeitam as estratégias ambientais europeias em vigor, como:

- ✦ **Estratégia Europa 2020:** que promove o uso sustentável dos recursos naturais e incentiva a priorização de medidas de menor consumo ou poupança de energia, assim como as energias renováveis.
- ✦ **Estratégia Temática sobre a Poluição Atmosférica:** potencia a redução da poluição atmosférica.
- ✦ **Estratégia de Biodiversidade para 2020:** promove a detenção da perda de biodiversidade.
- ✦ **Estratégia Temática de Proteção do Solo:** promove a redução da erosão por causas antrópicas.
- ✦ **Convenção Europeia da Paisagem:** promove a proteção, gestão e ordenamento da paisagem e promove as ações de proteção e revalorização do património cultural.
- ✦ **Diretiva Quadro da Estratégia Marinha:** contribui para o bom estado das águas marinhas.
- ✦ **Plano para a Salvaguarda dos Recursos Hídricos da Europa:** promove a disponibilidade de água de boa qualidade para um uso sustentável e equitativo. Está orientado para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela Diretiva Quadro da Água.

Uma vez apresentados os argumentos que motivam a seleção da Alternativa 2, aprofundou-se o estudo do contributo esperado do POCTEP 2014-2020 para atingir os objetivos que a UE estabeleceu até 2050 em diversas áreas, como parte da sua estratégia Europa 2020, entre os quais os relacionados com a promoção de um crescimento sustentável.

No caso concreto dos objetivos ambientais, estes apresentam-se de forma sucinta no documento elaborado pela Agência Europeia do Ambiente intitulado *“Towards a green economy in Europe. EU environmental policy targets and objectives 2010-2050”* (EEA Report Nº 8/2013). No mesmo destacam-se um total de nove domínios no quadro dos

quais se apresentam os principais objetivos europeus para o referido horizonte temporal, coerentes com a normativa comunitária.

O POCTEP define um conjunto de Objetivos Específicos de caráter ambiental com alguma capacidade para contribuir para a prossecução dessas metas. Estes estão enquadrados, maioritariamente, no Eixo 3, abrangendo os Objetivos Temáticos 5 e 6, a que se associam um total de cinco Objetivos Específicos. Os Objetivos Específicos associados ao Objetivo Temático 1 (em que há possibilidade de reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas áreas estabelecidas) e, em menor medida, o Objetivo Temático 3 (dado que a maior eficiência produtiva e a diferenciação empresarial pode orientar-se para uma produção mais respeitosa com o ambiente) têm, por sua vez, um caráter mais indireto.

A Tabela 32 apresenta a relação entre os objetivos estratégicos de caráter ambiental da UE e os Objetivos Específicos do POCTEP para o período 2014-2020. Da sua observação decorrem duas conclusões fundamentais:

- + A coerência plena dos objetivos ambientais definidos pelo PO com a estratégia ambiental da UE para o período considerado. Para este efeito destacam-se, pelo seu caráter mais horizontal, os Objetivos Específicos vinculados às prioridades 5.b) e 6.c), mas, sobretudo, os Objetivos Específicos relacionados com as prioridades 1.a) e 1.b).

Assim, ao fomentar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no domínio ambiental, poderá prever-se um contributo efetivo para alguns dos domínios especificados pela Agência Europeia do Ambiente, ficando patente a coerência com as atuações previstas no Plano de Ação sobre Ecoinovação (EcoAP).

Por sua vez, as Prioridades de Investimento 5.b) e 6.c) têm um caráter mais específico. No que se refere ao Objetivo Específico *promover o aumento da resiliência territorial para determinados riscos naturais*, o contributo abrange os domínios de recursos hídricos e biodiversidade. Por sua vez, o Objetivo Específico *conservação, proteção, fomento e desenvolvimento do património natural e cultural* têm uma certa repercussão nos domínios dos recursos hídricos, produção e consumo responsável e biodiversidade.

Não obstante, em todos os casos esse contributo é condicionado pela dimensão financeira das ações esperadas.

- + A consideração destes objetivos em todas as áreas consideradas relevantes pela Agência Europeia do Ambiente. Em particular, aquelas que são cobertas por um maior número de objetivos específicos no PO são as relativas à biodiversidade e à produção e consumo responsáveis.

TABELA 32. AVALIAÇÃO DO CONTRIBUTO DO POCTEP 2014-2020 PARA OS OBJETIVOS AMBIENTAIS DA UE (2010-2050)

		EIXO 1		EIXO 2		EIXO 3				
		OE. 1A.	OE. 1B.	OE. 3A.	OE. 3B.	OE. 5B.	OE. 6C.	OE. 6D.	OE. 6E.	OE. 6F.
ENERGIA	Eficiência energética	+	+						++	++
	Energias renováveis	+	+							
GASES COM EFEITO DE ESTUFA	Redução da emissão de gases com efeito de estufa	+	+							
POLUIÇÃO E QUALIDADE DO AR	Redução das emissões poluentes	+	+							
TRANSPORTES	Redução da emissão de gases com efeito de estufa									
	Redução da contaminação atmosférica	+	+							
RESÍDUOS	Reutilização, reciclagem e valorização	+	+						++	
	Recolha e eliminação	+	+						++	
	Produção	+	+							
ÁGUA	Redução da extração de água	+	+							
	Minimização dos impactos das secas e das inundações					++				
	Consideração, em primeiro lugar, das opções mais baratas no abastecimento de água alternativo						+			
PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEL	Orientação do consumo e produção para produtos amigo do ambiente	+	+	+	+		+			
PRODUTOS QUÍMICOS	Produção, manipulação e uso de produtos químicos para que não representem uma ameaça importante para a saúde humana e o ambiente	+	+							
BIODIVERSIDADE	Abordar as causas subjacentes à perda de diversidade biológica mediante I integração da biodiversidade em todo o governo e sociedade	+					+	++		
	Reduzir as pressões diretas sobre a diversidade biológica	+						++		
	Melhorar a situação da diversidade biológica salvaguardando os ecossistemas, as espécies	+				++		++		
	Aumentar os benefícios para todos da biodiversidade e dos serviços							++		
	Melhorar a aplicação através do planeamento participativo, a gestão de conhecimentos e criação de capacidade		+					++		

++ Relação direta

+ Relação indireta

Fonte: Elaboração própria a partir do EEA Report No 8/2013 e versão preliminar do PO de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2014-2020

#### 4. ANÁLISE DOS POSSÍVEIS EFEITOS NO AMBIENTE E SUA PREVENÇÃO E REDUÇÃO

Neste capítulo identificam-se as questões ambientais que podem ser particularmente afetadas pelo desenvolvimento das ações decorrentes da aplicação do POCTEP 2014-2020 são identificados. De acordo com o artigo 35 da Lei 21/2013, são avaliados os efeitos ambientais esperados sobre a biodiversidade, fauna, flora, solo, água, ar, fatores climáticos, o impacto sobre as alterações climáticas, a paisagem, o património cultural e natural, população e saúde humana. Esta análise inclui os efeitos positivos e negativos, incluindo, efeitos secundários, cumulativos e sinérgicos, permanentes e temporários, de curto, médio e longo prazo.

Deve, também, ser assinalado que a capacidade para influenciar o PO, pela sua dimensão financeira, tem uma posição inferior na hierarquia do planeamento comunitário, nacional ou regional, aspeto que também foi encontrado em experiências anteriores de cooperação na raia hispano-lusa.

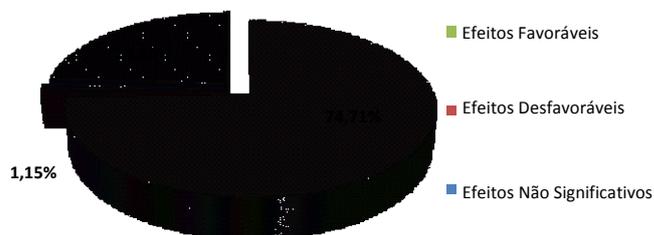
Outro aspeto a ter em conta é o possível carácter transfronteiriço dos efeitos na medida em que se trata de um Programa de Cooperação Transfronteiriça. É por isso possível que algum impacto possa afetar localidades de ambos os lados da fronteira, embora a repercussão esteja fortemente localizada no território.

Por outro lado, deu-se especial atenção à avaliação de projetos que podem afetar espaços e recursos protegidos pela Rede Natura 2000, estabelecendo-se esta como uma das recomendações para o desenvolvimento das tipologias de atuação mais vinculadas a este tipo de territórios.

##### 4.1. EFEITOS AMBIENTAIS ESPERADOS DE CARÁTER GERAL

No Gráfico 18 são mostrados os efeitos ambientais esperados como resultado da relação entre os objetivos específicos do POCTEP de 2014-2020 com os aspetos ambientais mencionados anteriormente.

GRÁFICO 18. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EFEITOS POTENCIAIS DO POCTEP NO AMBIENTE



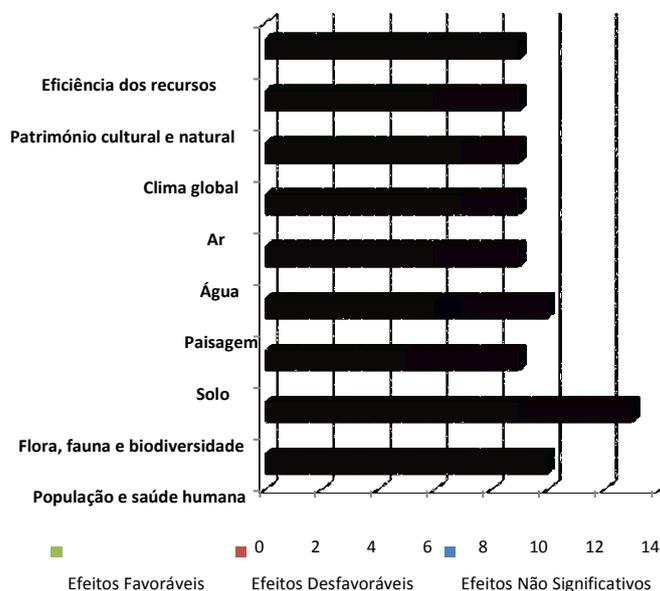
Fonte: Elaboração própria

Tal como se pode observar, não se esperam problemas sérios ou efeitos ambientais negativos associados ao desenvolvimento do Programa. 74,71% dos potenciais efeitos da execução do POCTEP são de caráter positivo e 24,14% das ações do PO não irão desencadear efeitos significativos no ambiente.

O único potencial impacto negativo pode afetar a paisagem, o que representa 1,15% do total de efeitos do PO. Com exceção deste tipo de operação, a orientação estratégica das ações faz esperar efeitos favoráveis, ao contribuir para a melhoria dos conhecimentos e dos processos, com elementos de caráter demonstrativo e de inovação e fomentar estratégias de desenvolvimento sustentável e atenuação do impacto ambiental (Gráfico 18 e Gráfico 19).

Uma análise da influência do PO sobre as diferentes questões ambientais mostra que os principais efeitos significativos incidem sobre a população e saúde humana; flora, fauna e biodiversidade; e eficiência dos recursos. Como referido anteriormente, os únicos efeitos negativos do programa podem afetar a paisagem (Gráfico 19).

GRÁFICO 19. EFEITOS AMBIENTAIS ESPERADOS SEGUNDO OS DOMÍNIOS AMBIENTAIS



Fonte: Elaboração própria.

## 4.2. EFEITOS AMBIENTAIS ESPERADOS DE CARÁTER INDIVIDUAL POR EIXOS PRIORITÁRIOS

A análise mais particularizada dos efeitos ao nível do eixo procura determinar os potenciais efeitos dos resultados esperados sobre o ambiente nos diferentes domínios definidos no Anexo I da Diretiva 2001/42/CE: biodiversidade, população, saúde humana, fauna, flora, solo, água, ar, fatores climáticos, os bens materiais, património cultural e paisagem.

Tal como indica o Relatório de Definição de Âmbito, estes efeitos foram classificados como previsivelmente favoráveis, previsivelmente desfavoráveis e efeitos não significativos.

### 4.2.1. Efeitos específicos do Eixo 1

No Eixo 1 (Crescimento inteligente através da cooperação transfronteiriça para a promoção da Inovação), em que se desenvolve o Objetivo Temático 1, é *complexo estimar os efeitos potenciais*, pela sua magnitude e pelo grau de incerteza em torno das ações particulares que podem ser realizadas. Não obstante, estima-se que o impacto ambiental seja muito reduzido devido ao carácter do Programa, em linha com o observado

nos anteriores períodos de programação e, em todo o caso, terá um claro *caráter indireto e positivo*.

A tabela seguinte (Tabela 33) representa os efeitos potenciais correspondentes às ações desenvolvidas no Eixo 1 do POCTEP.

Numa perspetiva geral, a possibilidade de ocorrência destes efeitos está relacionada, fundamentalmente, com a melhoria do bem-estar da população e o uso mais eficiente dos recursos naturais.

Além disso, em particular, em relação aos resultados esperados da prioridade de investimento 1A, melhorar as infraestruturas de I+i e promoção dos centros de competência, considera-se que:

- + Em relação aos resultados esperados para *responder aos grandes desafios sociais que enfrenta a população do Espaço de Cooperação*, podemos pensar no aparecimento de certos efeitos positivos em todos os domínios ambientais, através do desenvolvimento de tecnologias, como as TIC, biotecnologia e tecnologias ambientais, entre outros.
- + A *otimização da utilização e desenvolvimento das instalações de investigação existentes*, como resultado esperado do OE.1A, pode favorecer os domínios flora, fauna e biodiversidade; ar; clima; património cultural e natural, além da população e eficiência dos recursos.
- + A *consolidação dos domínios científicos e tecnológicos em que se alcançou massa crítica com potencial para competir internacionalmente* pode beneficiar a flora, fauna e biodiversidade; água; ar; clima; eficiência dos recursos e população.
- + Finalmente, o resultado esperado relativo à *melhoria da competitividade dos setores económicos tradicionais* provavelmente apenas beneficia a população e a eficiência no uso dos recursos.

Em relação aos resultados esperados derivados da prioridade de investimento 1.B, concretamente, a *melhoria da ligação entre centros de investigação e empresas*, é a que se estima trazer maiores efeitos positivos para o ambiente, concretamente nos domínios população; água; ar, clima e eficiência dos recursos.

Assim, na medida em que irá promover a investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação no domínio ambiental, prevê-se uma contribuição efetiva para qualquer dos domínios especificados pela Agência Europeia do Ambiente, evidente na coerência com as ações prevista no Plano de Ação para a Ecoinovação (EcoAP).

TABELA 33. EFEITOS POTENCIAIS DA TIPOLOGIA DE AÇÕES PREVISTAS NO EIXO 1

EIXO	OT.	P.I.	OBJETIVO ESPECÍFICO	DOMÍNIOS AMBIENTAIS								OBSERVAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS	
				População e saúde humana	Flora, fauna e biodiversidade	Solo	Paisagem	Água	Ar	Clima global	Património cultural e natural		Eficiência dos recursos
EJE 1	OT. 1	PI. 1A	OE. 1A: Melhorar a excelência científica do Espaço de Cooperação transfronteiriço nas linhas de investigação com potencial para serem competitivas internacionalmente.	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	Impulso ao desenvolvimento socioeconómico. Quando a investigação, inovação ou tecnologias sejam orientadas para a obtenção de benefícios ambientais (melhoria da gestão dos resíduos, poupança energética, uso sustentável dos recursos...).
		PI. 1B	OE. 1B: Melhorar a participação do tecido empresarial nos processos de inovação e nas atividades de I+D+i mais próximas do mercado.	↑	↔	↔	↔	↑	↑	↑	↔	↑	Quando o investimento empresarial em I+i e as relações entre atores é encaminhada para a obtenção de benefícios ambientais (melhoria da gestão dos resíduos, poupança energética, uso sustentável dos recursos...).



Previsivelmente Favorável



Previsivelmente Desfavorável



Efeito Não Significativo

Fonte: Elaboração própria.

Em qualquer caso, as características específicas das tipologias de ação previstas, a presença de instituições públicas de investigação e inovação nos projetos (que tem sido constante ao longo da história e deverá manter-se no próximo período de programação) e o alto nível de controlo e gestão ambiental nos centros públicos, e também nos privados, de inovação, permitem avaliar o risco ambiental direto como reduzido.

#### 4.2.2. Efeitos específicos do Eixo 2

No que respeita ao Eixo 2 (Crescimento inclusivo através de uma cooperação transfronteiriça para a competitividade empresarial), centrado no desenvolvimento do Objetivo Temático 3, o contributo dos resultados esperados para os objetivos ambientais e impacto sobre o ambiente pode ser descrito como **irrelevante**, além dos que afetam a população e o uso eficiente dos recursos. Os domínios da água, do ar e do clima podem ser beneficiados sempre e quando surjam empresas ou modelos de negócio empresariais com uma orientação ambiental (Tabela 34).

Mais especificamente, as possíveis mudanças resultarão dos seguintes efeitos:

- ✦ As ações destinadas à promoção de novas iniciativas empresariais podem resultar no surgimento de empresas dedicadas a setores ambientais ou à incorporação de estratégias que melhorem o desempenho ambiental das empresas. Nestes casos, esta pode ter um impacto positivo sobre os domínios da água; ar, o clima; eficiência dos recursos; e população.
- ✦ A melhoria esperada da competitividade pode ser proveniente, em muitos casos, de um uso mais eficiente dos recursos.
- ✦ Se a melhoria da competitividade se fundamentar na diferenciação das empresas pela implementação de meios de produção respeitadores do ambiente podem ser favorecidos os domínios da água, ar e alterações climáticas.

Neste sentido, um dos desafios enfrentados pelas empresas é a definição de estratégias e implantação de medidas de adaptação às alterações climáticas, que permitam a redução da dependência de recursos naturais cada vez mais escassos e, particularmente, a redução do consumo de energia através de processos e tecnologias mais eficientes.

Este desafio é especialmente relevante no contexto comunitário, onde a União Europeia mostrou um compromisso claro na luta contra as alterações climáticas. Assim, estabeleceu entre os seus objetivos a responsabilização das empresas sem colocar em perigo a sua competitividade, o que supõe que a melhoria da competitividade exige um esforço por parte das empresas para respeitar os compromissos adquiridos, do qual resulta que os progressos neste termo serão acompanhado por efeitos positivos sobre as alterações climáticas.

TABELA 34. EFEITOS POTENCIAIS DA TIPOLOGIA DE AÇÕES PREVISTAS NO EIXO 2

EIXO	O.T.	P.I.	OBJETIVO ESPECÍFICO	DOMÍNIOS AMBIENTAIS									OBSERVAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS
				População e saúde humana	Flora, fauna e biodiversidade	Solo	Paisagem	Água	Ar	Clima global	Patrimônio cultural e natural	Eficiência dos recursos	
EIXO 2	OT. 3	PI. 3A	OE. 3A: Criar condições necessárias e propícias para o surgimento de novas iniciativas empresariais	↑	↔	↔	↔	↑	↑	↑	↔	↑	Quando as novas empresas criadas abrangem setores ambientais ou incorporam estratégias “verdes”, tais como a eficiência no uso de recursos, sistemas de gestão da qualidade ambiental, consumo de energias renováveis, etc.
		PI. 3B	OE. 3B: Promover a competitividade naqueles setores em que o Espaço de Cooperação apresenta vantagens competitivas.	↑	↔	↔	↔	↑	↑	↑	↔	↑	Sempre que os novos modelos de negócios e as inovações, destinadas a melhorar a competitividade e a aumentar a produtividade, incorporadas nas empresas impliquem estratégias ambientais mais sustentáveis.

↑ Previsivelmente Favorável

↓ Previsivelmente Desfavorável

↔ Efeito Não Significativo

Fonte: Elaboração própria.

### 4.2.3. Efeitos específicos do Eixo 3

O Eixo 3 (Crescimento sustentável através de uma cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e para a melhoria da gestão dos recursos naturais) é o que polariza o maior impacto potencial direto e indireto sobre a situação do ambiente na zona transfronteiriça luso-espanhola. Estes efeitos são analisados na TabEla 35 ao nível do Objetivo Específico.

Em qualquer caso, os potenciais efeitos ambientais associados com a consecução dos objetivos específicos das prioridades de investimento 5B, 6C, 6D, 6E e 6F podem ser considerados *positivos*, na medida em que esses objetivos estão relacionados com os desafios ambientais do Espaço Cooperação.

De facto, não existe nenhum impacto negativo sobre os fatores ambientais propostos pela Diretiva 2001/42/CEE, com exceção de a dotação de infraestruturas e equipamentos para a prevenção e luta contra incêndios e outras catástrofes naturais poder gerar algum efeito negativo sobre a paisagem.

De forma geral, observa-se que os resultados esperados têm uma marcada repercussão positiva sobre o bem-estar geral da população e uso eficiente dos recursos naturais. Segue-se em importância a relevância dos resultados esperados sobre os domínios do património cultural e natural e paisagem, numa perspetiva global, embora esta importância varie em função do Objetivo Específico considerado. Concretamente, espera-se que a água seja a componente ambiental com menores impactos como consequência da implementação do PO. Assim:

- + O Objetivo Específico promover o *aumento da resiliência a catástrofes e riscos naturais* é o que apresenta uma maior influência potencial sobre todos os fatores ambientais. Na medida em que a tipologia de ações prevista aborda os riscos vinculados a inundações, erosão, riscos sísmicos, incêndios e outras catástrofes naturais, observam-se resultados positivos em todos os domínios ambientais.
- + No domínio do Objetivo Temático 6, por sua vez, destacam-se pelo carácter horizontal da sua potencial repercussão, três Objetivos Específicos.

TABELA 35. EFEITOS POTENCIAIS DA TIPOLOGIA DE AÇÕES PREVISTA NO EIXO 3

EIXO	O.T.	P.I.	OBJETIVO ESPECÍFICO	DOMÍNIOS AMBIENTAIS									OBSERVAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS
				População e saúde humana	Flora, fauna e biodiversidade	Solo	Paisagem	Água	Ar	Clima global	Património cultural e natural	Eficiência dos recursos	
EIXO 3	OT. 5	PI. 5B	<u>OE. 5B</u> : Aumentar a resiliência territorial aos riscos naturais, do espaço de Cooperação.	↑	↑	↑	↓ ↑	↑	↑	↑	↑	↑	Benefícios para a biodiversidade, fauna, flora, património natural, água, solo, clima, paisagem e população humana devido às ações de prevenção e gestão de inundações, controlo de incêndios florestais e regeneração de áreas naturais afetadas por desastres naturais. Em função das ações específicas, irá ter efeitos na qualidade do ar.
	OT. 6	PI. 6C	<u>OE. 6C</u> : Proteger e valorizar o património cultural e natural como suporte da base económica da região transfronteiriça.	↑	↑	↔	↑	↔	↔	↔	↑	↑	Benefícios nos seguintes domínios: biodiversidade, flora e fauna, património natural e cultural, paisagem, e a população, devido às ações de sensibilização ambiental; promoção, reabilitação e conservação do património histórico e cultural; e valorização económica dos serviços associados aos ecossistemas.
		PI. 6D	<u>OE. 6D</u> : Melhorar a proteção e gestão sustentável dos espaços naturais	↑	↑	↑	↑	↔	↔	↔	↑	↑	Melhorias na gestão e planeamento da proteção, conservação e valorização dos recursos naturais e do ambiente nas áreas naturais. Ações para a diminuição da desertificação e manutenção da qualidade dos solos.

EIXO	O.T.	P.I.	OBJETIVO ESPECÍFICO	DOMÍNIOS AMBIENTAIS								OBSERVAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS	
				População e saúde humana	Flora, fauna e biodiversidade	Solo	Paisagem	Água	Ar	Clima global	Património cultural e natural		Eficiência dos recursos
		PI. 6E	<u>OE. 6E:</u> Reforçar o desenvolvimento local sustentável ao longo de toda a faixa fronteiriça hispano-lusa.	↑	↔	↑	↑	↔	↑	↑	↑	↑	Ações de mobilidade sustentável, redução da contaminação do solo e valorização do ambiente urbano.
		PI. 6F	<u>OE. 6F:</u> Aumentar a eficiência no uso de recursos naturais para contribuir para o desenvolvimento da economia verde no Espaço de Cooperação.	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	↑	Benefícios em todos os domínios ambientais devido a ações de: redução da poluição nos aterros e melhoria do impacto paisagístico; recolha e gestão de resíduos sólidos urbanos; valorização energética; tratamento de águas; e eficiência no uso da água no setor agrícola.
		PI.11A	<u>OE. 11A:</u> Fortalecer estratégias transfronteiriças de cooperação entre os diferentes agentes que operam no território.	↑	↔	↔	↔	↔	↔	↔	↔	↔	Diversos benefícios para a população graças à coordenação dos serviços públicos de emprego; mecanismos de concertação entre administrações reconhecimento e validação de competências profissionais; e coordenação de Planos Estratégicos Transfronteiriços, entre outros.



Previsivelmente Favorável



Previsivelmente Desfavorável



Efeito Não Significativo

Fonte: Elaboração própria.

- + Por sua vez, *melhorar a proteção e gestão sustentável dos espaços naturais* (OE.6D), permite garantir a manutenção da diversidade biológica, os habitats e as espécies, a conservação do solo, a paisagem e o património natural assim como a promoção da eficiência dos recursos.
- + O contributo para o *desenvolvimento local sustentável ao longo de toda a faixa fronteiriça hispano-lusa* (OE.6E) pode considerar-se, na prática, um fator de carácter transversal, pelo que a sua repercussão afetará grande parte dos domínios ambientais.
- + Uso eficiente dos recursos naturais (OE.6F). As medidas previstas em relação ao *aumento da eficiência na utilização dos recursos naturais para contribuir para o desenvolvimento da economia verde no Espaço de cooperação*, contribui para a diminuição das pressões sobre o ambiente derivadas da produção e do consumo dos recursos naturais, minorando os efeitos ambientais negativos relacionados com o esgotamento de recursos, poluição, etc., o que dá ao objetivo específico melhorar a eficiência no uso dos recursos naturais um carácter transversal.
- + A amplitude da potencial repercussão é menor, contudo, nos restantes objetivos específicos, que de forma conjunta podem ter implicações pontuais, indiretas e de carácter marginal sobre o património natural, a paisagem, o solo, a flora e a fauna e as alterações climáticas.

Em conclusão, dada a orientação temática do Eixo 3, as suas ações terão uma maior repercussão no ambiente, em comparação com os restantes Eixos do PO. Adicionalmente, a quase totalidade dos efeitos do Eixo 3 serão previsivelmente benéficos para o ambiente.

#### 4.2.4. Efeitos específicos do Eixo 4

Finalmente, o Eixo 4 (Melhoria da capacidade institucional e da eficiência da administração pública mediante o reforço das capacidades institucionais e a eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos afetados pela aplicação do FEDER, e o apoio às medidas relativas à capacidade institucional e à eficiência da administração pública apoiadas pelo FSE), é o que menores repercussões potenciais tem sobre o ambiente.

As ações previstas são de carácter intangível e estratégico. Não se prevê a geração de problemas significativos relacionados com o ambiente. E prevêm-se unicamente efeitos favoráveis sobre a população (Tabela 36).

TABELA 36. EFEITOS POTENCIAIS DA TIPOLOGIA DE AÇÕES PREVISTAS NO EIXO 4

EIXO	OT.	P.I.	OBJETIVO ESPECÍFICO	DOMÍNIOS AMBIENTAIS								OBSERVAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS	
				População e saúde humana	Flora, fauna e biodiversidade	Solo	Paisagem	Água	Ar	Clima global	Património cultural e natural		Eficiência dos recursos
EIXO 4	OT. 11	PI. 11A	OE. 11A: Fortalecer estratégias transfronteiriças de cooperação entre os diferentes agentes que operam no território.	↑	↔	↔	↔	↔	↔	↔	↔	↔	Melhoria dos serviços à população.



Previsivelmente Favorável



Previsivelmente Desfavorável



Efeito Não Significativo

Fonte: Elaboração própria.

#### 4.3. ANÁLISE DAS AÇÕES COM POTENCIAIS EFEITOS NEGATIVOS

Conforme descrito no capítulo anterior, apenas são esperados efeitos negativos para o ambiente devido à instalação de equipamentos para a prevenção e luta contra incêndios, inundações, e outros riscos naturais. Estas ações estão incluídas no objetivo específico 5B, *umentar a resiliência territorial aos riscos naturais no Espaço de Cooperação*.

Na Tabela 37 mostram-se os principais efeitos das ações que podem causar efeitos ambientais desfavoráveis, analisando a sua probabilidade, duração, frequência, reversibilidade, efeito transfronteiriço e risco para a saúde humana, tal como se indica no Relatório de Definição de Âmbito.

**TABELA 37. CARACTERÍSTICAS DOS POTENCIAIS EFEITOS AMBIENTALMENTE NEGATIVOS DO POCTEP**

PI	Objetivo Específico	Probabilidade	Duração	Frequência	Reversibilidade	Impacto Transfronteiriço	Risco para a Saúde Humana	Observações sobre os Efeitos
PI.5B	OE.5B	Provável	Longo prazo	Frequente	Reversível	¿?	Não	A implantação de infraestruturas relacionadas com a prevenção e luta contra incêndios e outros desastres naturais pode provocar efeitos negativos na paisagem.

Fonte: *Elaboração própria.*

Tal como se indica na tabela anterior, os efeitos potenciais derivados das infraestruturas de prevenção e controlo de desastres naturais são prováveis, a longo prazo, frequentes, reversíveis e não apresentam riscos para a saúde humana podem ter um caráter transfronteiriço dependendo da localização das infraestruturas citadas.

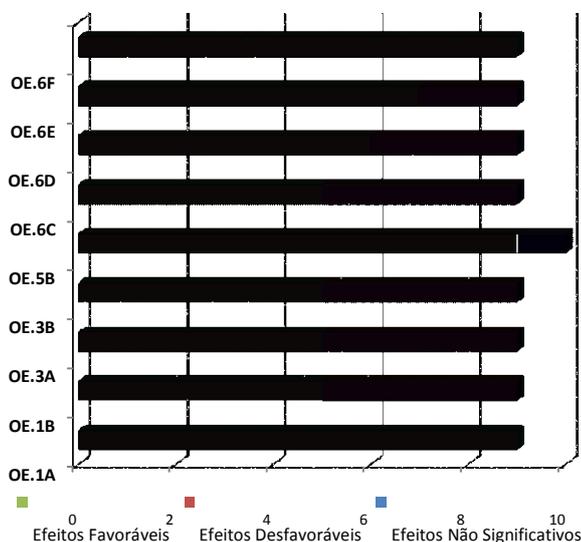
#### 4.4. AVALIAÇÃO FINAL DA GERAÇÃO DE EFEITOS SIGNIFICATIVOS NO AMBIENTE

Em termos gerais, os efeitos gerados sobre o ambiente como consequência da execução do Programa Operacional terão um carácter positivo. Estes efeitos serão mais relevantes naquelas ações em cuja temática central da ação se centra em aspetos ambientais (como as previstas no Eixo 3, OE.5 e OE.6) e aquelas que se caracterizam pela sua transversalidade (Prioridade de Investimento 1A).

Apenas a implantação de infraestruturas destinadas à prevenção e controlo de riscos naturais (OE.5B) pode ocasionar efeitos negativos sobre o ambiente e os objetivos ambientais da União Europeia, e concretamente sobre a paisagem.

Por outro lado, as ações correspondentes aos Objetivos Específicos OE.1B, OE.3A, OE.3B, e OE.6C, relativos à *inovação no tecido empresarial; a promoção de novas iniciativas empresariais; a promoção da competitividade; e a proteção e valorização do património natural e cultural* são os que implicam um maior número de efeitos não significativos para o ambiente.

GRÁFICO 20. DISTRIBUIÇÃO DO TIPO DE EFEITOS POTENCIAIS POR OBJETIVO ESPECÍFICO



Fonte: Elaboração própria.

#### 4.5. MEDIDAS DE CORREÇÃO PREVISTAS

Tal como citado anteriormente, os potenciais efeitos negativos unicamente poderão provir da instalação de infraestruturas para a prevenção e luta contra incêndios, inundações, e outros riscos naturais. Estas ações estão incluídas no Objetivo Específico 5B, *aumentar a resiliência territorial aos riscos naturais transfronteiriços*.

Apesar de a ação responder ao princípio horizontal do Desenvolvimento Sustentável em todas as políticas desenvolvidas pelos Estados Membros, segundo o *artigo 3 do Tratado da União Europeia*, e mais especificamente segundo o *Regulamento 1303/2013*, que estabelece a mitigação e adaptação às alterações climáticas como um objetivo transversal, também pode provocar efeitos negativos.

Em qualquer caso, é garantida a minimização dos efeitos ambientais eventualmente negativos que possam existir em alguns casos e que importará ter em conta, em resposta aos requisitos regulamentares definidos a esse respeito (*Diretiva 2011/92/UE, artigo 5.3.b*)).

Portanto, em virtude do princípio da "correção e compensação dos efeitos sobre o ambiente", que rege o processo de Avaliação Ambiental estabelecido na Lei 21/2013, são propostas as seguintes medidas de correção e critérios ambientais.

**TABELA 38. MEDIDAS DE CORREÇÃO PROPOSTAS PARA MITIGAR OS IMPACTOS POTENCIAIS NEGATIVOS PARA O AMBIENTE**

Prioridade de Investimento	Objetivo Específico	Medida de Correção Proposta/Critérios Ambientais
PI5.B.	OE.5B. Aumentar a resiliência territorial aos riscos naturais do Espaço de Cooperação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Será considerado o impacto paisagístico na eleição da localização, conceção e materiais das infraestruturas.</li> <li>• Será priorizado o aproveitamento de infraestruturas existentes tendo em conta os efeitos cumulativos com a infraestrutura existente.</li> <li>▪ Será dada especial atenção aos possíveis efeitos no caso de se tratar de um espaço que pertence à Rede Natura 2000.</li> </ul>

Fonte: *Elaboração própria.*

Além das medidas de correção e dos critérios ambientais propostos na tabela anterior, todas as ações realizadas devem respeitar os regulamentos e os requisitos de proteção ambiental estabelecidos a nível comunitário, nacional, regional e municipal. No Anexo I,

apresenta-se uma lista de regulamentos de cumprimento obrigatório, entre outros, a nível comunitário, nacional e relativos ao planeamento.

Além disso, em geral, e ao abrigo de promover a consecução dos potenciais efeitos favoráveis e eliminar os efeitos específicos que possa gerar algum projeto de modo pontual, recomenda-se:

- + Incorporar elementos de integração ambiental no desenvolvimento do processo de seleção de operações associado a cada convocatória.
- + Avaliar no quadro das convocatórias a necessidade de realizar uma Avaliação do Impacto Ambiental naqueles projetos que o exijam, de acordo como estabelecido na *Diretiva 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011 Relativa à Avaliação dos Efeitos de Determinados Projetos Públicos e Privados sobre o Ambiente.*
- + Neste sentido, a experiência do período 2007-2013 é útil para incluir nos critérios de seleção dos projetos que tiveram um alto grau de consideração, tais como:
  - + Avaliação positiva dos projetos que representem ou difundam inovações com objetivos de sustentabilidade, em termos ambientais relevantes para a fronteira: redução do consumo de materiais e energia, redução da poluição, alterações climáticas, desertificação, etc.
  - + Avaliação positiva dos projetos dentro de espaços protegidos que contem com figuras de ordenamento já elaboradas, ou que incentivem a elaboração destes instrumentos de ordenamento.
  - + Promoção de projetos que incluem aspetos de participação pública e de transparência da informação, especialmente a de carácter ambiental.
  - + Consideração positiva dos projetos integrados em estratégias regionais ou nacionais, e que contaram ou contarão com uma avaliação ambiental.
  - + Avaliação positiva dos projetos que integrem objetivos e critérios ambientais.
  - + Atenção particular à avaliação de projetos que possam afetar espaços e recursos protegidos pela Rede Natura 2000, tais como os de promoção do desenvolvimento turístico.

## 5. MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL DO PROGRAMA

A Diretiva Avaliação Ambiental Estratégica (2001/42/CE) requer que os efeitos ambientais significativos da execução do programa estão sujeitos a monitorização ou vigilância de modo a que sejam identificados os possíveis efeitos adversos imprevistos, facilitando a adoção de medidas de correção adequadas

De acordo com as orientações estabelecidas para o efeito no “*Documento Guía sobre la Evaluación ex-ante*”, essa monitorização geralmente inclui a seleção de indicadores apropriados.

Para este efeito foi realizada uma seleção de indicadores de realização comuns para o Objetivo da Cooperação Territorial Europeia, propostos pelo Anexo do *Regulamento (UE) Nº 1299/2013* e selecionados no quadro do PO, que foram considerados pertinentes pela Avaliação Ex Ante.

Com isso pretende-se juntar o sistema de monitorização ambiental com o procedimento de monitorização do PO, simplificando os requisitos de informação.

### 5.1. INTEGRAÇÃO DA MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O sistema de monitorização e avaliação do POCTEP será baseado em duas ferramentas fundamentais: por um lado, a definição de um sistema de indicadores apropriado e, por outro, a conceção de um plano de Avaliação.

Para a seleção dos indicadores de monitorização ambiental foram considerados os indicadores de realização da *Versão Preliminar* do POCTEP 2014-2020 uma vez que refletem o impacto da execução do programa no ambiente. Assim, dado que estes indicadores vão ser utilizados na monitorização da execução do próprio Programa Operacional, desta forma evita-se a duplicação da monitorização. Como consequência, a integração do sistema de monitorização ambiental no sistema geral permitirá:

- + Tirar o máximo partido da informação recolhida e estabelecer sinergias entre os processos de monitorização, maximizando a sua eficiência.
- + Estabelecer um número limitado de indicadores, a fim de simplificar o sistema de monitorização e alcançar uma gestão eficiente.
- + Garantir que se dispõe de informação constantemente atualizada do desempenho do POCTEP em relação à sua incidência sobre o ambiente.

Esta garantia deriva das obrigações regulamentares estabelecidas pela Comissão Europeia em matéria de monitorização e avaliação. A estrutura geral que sustenta o modelo concebido é ilustrada graficamente na Esquema 5, que inclui as principais metas, indicadores e ferramentas considerados na monitorização ambiental do Programa.

**ESQUEMA 5. INTEGRAÇÃO DA MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL**



Fonte: Elaboração própria.

Em particular, importa destacar que:

- ✦ Na fase de elaboração do Programa, o processo de Avaliação Ex ante é acompanhado da correspondente Avaliação Ambiental Estratégica (no âmbito da qual se desenvolve este Relatório).

Além disso, durante a fase de programação foi realizada uma análise das necessidades através de uma extensa bateria de indicadores de contexto, entre os quais se incluem os relacionados com o ambiente e os recursos naturais. Isto permitiu realizar um amplo diagnóstico socioeconómico, mas também ambiental, que, por sua vez, facilitou a elaboração do Capítulo 2 deste relatório.

Os indicadores ambientais utilizados permitiram abordar os aspetos seguintes:

- ✦ Orografia.
- ✦ Climatologia.
- ✦ Recursos Naturais.

- + Património Natural (Rede Natura).
  - + Biodiversidade.
  - + Riscos Naturais.
  - + Tratamento e gestão dos resíduos.
  - + Alterações climáticas.
- + Ao longo do **desenvolvimento do POCTEP** serão atualizados os dados relativos a esses indicadores. Em particular, serão fornecidos dados atualizados para:
- + Os Relatórios de Execução extensos, nos quais se proporcionará informação sobre os resultados do POCTEP e dos seus possíveis efeitos ambientais.
  - + As Avaliações Intermédias que se realizam durante o período de programação.
  - + A Avaliação *Ex Post* a realizar antes de 31 de dezembro de 2024.

Todos os anos, a partir de 2016 e até 2023, serão elaborados Relatórios de Execução Anuais. Estes relatórios devem fornecer dados dos indicadores de Realização. Destes, importa destacar aqueles associados às Prioridades de Investimento em que são esperados efeitos significativos no ambiente.

A avaliação da evolução destes indicadores permitirá entender de que modo o POCTEP aborda os objetivos previstos e, em particular, como são ou não alcançados os efeitos ambientais estimados.

- + Finalmente, serão realizadas atividades de avaliação no quadro do Plano de Avaliação do POCTEP. Esses exercícios vão apreciar, também, a eficácia e a eficiência do Programa numa perspetiva ambiental, com especial atenção para a questão das alterações climáticas.

Por último, tal como define o *Regulamento (UE) Nº 1303/2013*, no seu artigo 110.1.g), no âmbito da monitorização e avaliação o Comité de Acompanhamento examinará as ações destinadas a promover o desenvolvimento sustentável.

## 5.2. DETERMINAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS

Para a seleção dos indicadores de monitorização ambiental foram considerados os indicadores de realização da Versão Preliminar do POCTEP 2014-2020 uma vez que estes mostram o impacto da execução do programa no ambiente, tal como foi discutido no capítulo 5.1.

Por outro lado, estes indicadores foram complementados com os indicadores propostos no Anexo II do Relatório de Definição de Âmbito. Desta forma, foram escolhidos os vinculados aos objetivos ambientais estabelecidos pelo Órgão Ambiental no referido Relatório de Definição de Âmbito.

Os indicadores propostos para a monitorização ambiental são mostrados na Tabela 39, a partir dos quais é possível avaliar o grau de cumprimento dos objetivos ambientais estabelecidos.

TABELA 39. INDICADORES PARA O SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL DO POCTEP 2014-2020

Objetivo Específico	Componente Ambiental	Objetivo Ambiental	Indicador	Unidade de Medida	Origem
OE.5B	POPULAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS	<b>Iniciativa Emblemática da Estratégia Europa 2020 (COM (2011) 571):</b> - Em 2050 a economia da UE terá crescido de forma respeitosa com as restrições de recursos e limites do planeta. A economia será competitiva, integradora e com menor nível de impacto ambiental. Os recursos serão geridos de forma sustentável. Serão atingidos os objetivos intermédios das alterações climáticas e terão sido protegidos e restabelecidos a biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.	População beneficiada por medidas de proteção contra as inundações.	Pessoas	POCTEP 2014-2020
			População beneficiada por medidas de prevenção contra os incêndios florestais.		
OE.5B	VEGETAÇÃO, FAUNA, ECOSISTEMAS, BIODIVERSIDADE	<b>Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020 (COM (2011) 244):</b> - Visão para 2050: a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas serão protegidos, valorizados e conservados - Objetivo para 2020: travar a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços dos ecossistemas e restaurá-los. <b>Objetivo Intermedio nº 7 de Iniciativa emblemática da Estratégia Europa 2020 (COM (2011) 571):</b> - Travar a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços dos ecossistemas e restaurá-los.	Número de incêndios florestais ativos com duração superior a 24 horas.	Nº	POCTEP 2014-2020
OE.6C	PAISAGEM E PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL	<b>Convenção Europeia da Paisagem:</b> - Reconhecer juridicamente como elemento fundamental da envolvente humana, expressão da biodiversidade do seu património cultural e natural e fundamento de identidade. - Definir e aplicar políticas destinadas à proteção, gestão e ordenamento da paisagem. - Estabelecer procedimentos para a participação pública na formulação e aplicação das políticas em matéria de paisagem.	Aumento do número de visitas previstas a lugares pertencentes ao património cultural e natural e atrações subvencionadas.	Visitas/ ano	POCTEP 2014-2020
			Evolução do património histórico protegido.	Nº de imóveis de Interesse Cultural	Rel. Def. Âmbito
OE.6D	VEGETAÇÃO, FAUNA, ECOSISTEMAS, BIODIVERSIDADE	<b>Estratégia de Biodiversidade da UE para 2020 (COM (2011) 244):</b> - Visão para 2050: biodiversidade e os serviços dos ecossistemas serão protegidos, valorizados e conservados - Objetivo para 2020: travar a perda de biodiversidade e a degradação dos	Superfície de habitats subvencionados para alcançar um melhor estado de conservação.	Hectares	POCTEP 2014-2020
			Percentagem de Lugares de Interesse Comunitário com planos de gestão aprovados.	%	Rel. Def. Âmbito

Objetivo Específico	Componente Ambiental	Objetivo Ambiental	Indicador	Unidade de Medida	Origem
		serviços dos ecossistemas e restaurá-los. <b>Objetivo Intermedio nº 7 da Iniciativa emblemática da Estratégia Europa 2020 (COM (2011) 571):</b> - Travar a perda de biodiversidade e a degradação dos serviços dos ecossistemas e restaurá-los.	Grau de naturalidade dos habitats.	%	Rel. Def. Âmbito
OE.6D	SOLO	<b>Estratégia temática de proteção do Solo (COM (2006) 232):</b> - Identificação das zonas em que exista risco de erosão, perda de matéria orgânica, compactação, salinização, deslizamentos de terras, em processo de degradação. Prevenir a contaminação do solo com substâncias perigosas.	Superfície de solo afectada pela erosão.	Índice em função do ano base (2002)=100	Rel. Def. Âmbito
OE.6E	AR, CLIMA	<b>Estratégia Europa 2020 (COM(2010)2020):</b> - Redução de emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou 30% se houver condições) níveis inferiores a 1990.	Nº médio de dias/ano em que a concentração atmosférica de ozono (O3) supera os 120 microgramas por metro cúbico (µg/m³) nas principais cidades da fronteira.	Nº	POCTEP 2014-2020
	POPULAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS	<b>Iniciativa Emblemática da Estratégia Europa 2020 (COM (2011) 571):</b> - Em 2050 a economia da UE terá crescido de forma respeitosa com as restrições de recursos e limites do planeta. A economia será competitiva, integradora e com menor nível de impacto ambiental. Os recursos serão geridos de forma sustentável. Serão atingidos os objetivos intermédios das alterações climáticas e terão sido protegidos e restabelecidos a biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.	Espaços ao ar livre criados ou reabilitados em zonas urbanas.	Metros quadrados	POCTEP 2014-2020
OE.6F	POPULAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS	<b>Iniciativa Emblemática da Estratégia Europa 2020 (COM (2011) 571):</b> - Em 2050 a economia da UE terá crescido de forma respeitosa com as restrições de recursos e limites do planeta. A economia será competitiva, integradora e com menor nível de impacto ambiental. Os recursos serão geridos de forma sustentável. Serão atingidos os objetivos intermédios das alterações climáticas e terão sido protegidos e restabelecidos a biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.	Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	Toneladas	POCTEP 2014-2020
			População adicional beneficiada por uma melhoria do abastecimento de água.	Pessoas	POCTEP 2014-2020
			Taxa global de reciclagem e valorização de resíduos de embalagem	%	Rel. Def. Âmbito

Objetivo Específico	Componente Ambiental	Objetivo Ambiental	Indicador	Unidade de Medida	Origem
OE.6F	ÁGUA	<b>Objetivo Intermedio nº 8 da Iniciativa emblemática da Estratégia Europa 2020 (COM(2011)571):</b> - Em 2020, terão sido aplicados todos os planos hidrológicos de bacia da DQA. Em 2015, as bacias fluviais se encontram em bom estado em termos de qualidade, quantidade e uso.	Percentagem de massas de água superficiais em estado bom ou melhor	%	Rel. Def. Âmbito
			Percentagem de massas de água subterrâneas em estado bom ou melhor.	%	Rel. Def. Âmbito
			Capacidade de tratamento de águas residuais urbanas.	hab-eq	Rel. Def. Âmbito

Fonte: Elaboração própria.

## 6. RESUMO NÃO TÉCNICO

A Avaliação Ambiental Estratégica do POCTEP 2014-2020 realiza-se de acordo com o procedimento de avaliação ambiental, estabelecido na Lei 21/2013, de 9 de Dezembro por parte do governo espanhol; e o Decreto-Lei 232/2007, de 15 de junho, e a sua alteração posterior pelo Decreto-Lei 58/2011, de 4 de maio, por parte do governo português. Este procedimento inclui a elaboração, pelo organismo competente, da presente Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que está em conformidade com as disposições do Relatório de Definição de Âmbito para a Avaliação Ambiental do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal para o período 2014- 2020 (POCTEP 2014-2020).

Dos 11 Objetivos Temáticos que o QEC estabelece para orientar o processo de programação com a intenção dos Estados Membros e regiões ou, neste caso, el área de cooperação pode determinar as suas prioridades, o POCTEP 2014-2020 inclui cinco Objetivos Temáticos correspondentes a 5 Eixos. São os seguintes:

- ✦ **EIXO 1:** Crescimento inteligente através da cooperação transfronteiriça para a promoção da Inovação.
  - ✦ OT.1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação.
- ✦ **EIXO 2:** Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade empresarial.
  - ✦ OT.3. Melhorar a competitividade das Pequenas e Médias Empresas.
- ✦ **EIXO 3:** Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão dos recursos naturais.
  - ✦ OT.5. Promover a adaptação às alterações climáticas em todos os setores.
  - ✦ OT.6. Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.
- ✦ **EIXO 4:** Melhoria da capacidade institucional e a eficiência da administração pública através do reforço das capacidades institucionais e a eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos afetados pela aplicação do FEDER, e o apoio às medidas relativas à capacidade institucional e à eficiência da administração pública apoiadas pelo FSE.
  - ✦ OT.11. Melhorar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública.
- ✦ **EIXO 5:** Assistência técnica.

Estes Objetivos Temáticos são agrupados em três domínios básicos de intervenção: a **I&D+i e a competitividade do tecido produtivo**; a **proteção ambiental**; e a **melhoria da capacidade institucional e a eficiência da Administração Pública**.

A seleção destes Objetivos Temáticos resulta do diagnóstico do território realizado para o POCTEP 2014-2020. Concretamente, o Espaço Transfronteiriço Espanha-Portugal é formado por 17 NUTS III pertencentes aos dois países, assim como por outras 16 NUTS III correspondentes às zonas contíguas, assegurando a coerência e continuidade das zonas estabelecidas no anterior período de programação.

O POCTEP 2014-2020 centra-se nas zonas de fronteira, reservando, com carácter excecional, a participação das zonas adjacentes naqueles casos em que se acredite ter um impacto direto e de magnitude suficiente no espaço transfronteiriço ou, pelo menos, em algum território da zona de fronteira.

Entre as principais características que definem este território importa destacar o seu **caráter predominantemente rural**, o **baixo nível de desenvolvimento da rede urbana**, o **envelhecimento e perda populacional** e a sua **baixa atratividade e assimetrias internas** (faixa atlântica/ interior) no que se refere à evolução da população.

Por outro lado, o espaço de cooperação caracteriza-se por um baixo **índice de acessibilidade por estrada ou ferrovia**. Além disso, a **conexão aeroportuária é reduzida**.

Em relação à estrutura produtiva, competitividade territorial e emprego, o território caracteriza-se por uma **economia de serviços**, apesar do maior peso relativo do **setor primário** face à UE15.

O **tecido produtivo** é **pouco diversificado e sobre-concentrado numa série limitada de atividades produtivas**, apresentando uma **especialização** nos **setores básicos e intensivos em recursos naturais endógenos, indústria, construção e automóvel**. Por outro lado, o Espaço Transfronteiriço caracteriza-se por uma importante **“desespecialização”** naquelas **atividades de maior intensidade tecnológica e da atividade transformadora**.

Em relação ao mercado de trabalho, a **taxa de atividade** situa-se em geral **acima da média da EU27** e inclusive, em alguns casos, acima da média da UE15. Apesar de a **taxa de desemprego** ter sofrido um aumento generalizado, a destruição de emprego entre as mulheres foi menor que a masculina, entre os anos 2008 e 2012. Durante este período, o **desemprego juvenil** foi um dos mais afetados.

Importa destacar a existência de **diversos planos, programas e outros instrumentos em vigor que podem afetar ou ser afetados de forma significativa pelo POCTEP 2014-2020**. Vislumbram-se amplas possibilidades dos seus efeitos se reforçarem devido à intervenção de outros instrumentos europeus. Os maiores graus de eficiência e complementaridade

observam-se com o *Programa-Quadro Comunitário de Investigação e Inovação 2014-2020 (H2020)*, o *Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE)* e o *Programa para a Competitividade das Empresas e das Pequenas e Médias Empresas (COSME)*.

A **coerência entre o POCTEP e outras programações** conduzidas com fundos da Política de Coesão é assegurada graças à participação da coordenação nacional dos Estados envolvidos durante todo o processo de planeamento.

Existe alguma **complementaridade do POCTEP com os restantes instrumentos de financiamento comunitários**. A complementaridade com o FSE reside no domínio do emprego; com o FEMP, em atividades agrícolas e de pesca, como base da economia local, e gestão sustentável do ambiente marinho; e com o FEADER, em relação aos objetivos de proteção, conservação e valorização do património natural e os recursos naturais.

Igualmente, foram consideradas estratégias transfronteiriças regionais na definição da estratégia do POCTEP 2014-2020, como por exemplo, o *“Plan de Inversiones conjuntas para la Eurorregión Galicia-Norte de Portugal 2014-2020”*, a *“Propuesta de Estrategia y de Plan de Acción para la Cooperación Territorial Douro/Duero 2014-2020”*, e o *“Plan Estratégico de Cooperación y Desarrollo Territorial (ZASNET 2020)”*. A coerência com estas é avaliada pela participação de todas as regiões do espaço de cooperação no Grupo de Trabalho constituído para a preparação do POCTEP 2014-2020.

Assim, foi considerada a coordenação com outros planos regionais que possam originar uma alteração significativa do meio ou limitar o uso do solo.

Em relação às **principais características ambientais**, importa destacar as seguintes:

#### ✦ **Qualidade dos recursos hídricos:**

- ✦ A proporção de águas residuais domésticas e industriais que recebem tratamento adequado é maior em Espanha do que em Portugal, mas é relativamente baixa em ambos os países. Isto é reflexo de uma falta histórica de investimento, tanto em instalações, como de exploração e manutenção.
- ✦ Algumas das estações de tratamento existentes em Espanha e Portugal funcionam inadequadamente com a consequência de que a qualidade de determinadas secções dos rios não alcança o nível exigido. A situação é, em geral, mais grave nas zonas mais secas e próximas de cidades e centros urbanos. Por outro lado, as descargas agrícolas e industriais podem produzir problemas de contaminação localizados.

- ✦ A qualidade das águas subterrâneas, tanto em Espanha como em Portugal, é defeituosa, devido fundamentalmente à intrusão salina em zonas costeiras, aos altos níveis de nitratos nos aquíferos situados em zonas agrícolas e à contaminação industrial localizada.
- ✦ **Património natural:** a Raia Luso-Espanhola é um autêntico corredor ambiental, com mais de 1.600.000 hectares sob figuras de proteção e uma superfície total na fronteira de 136.640 km<sup>2</sup>. Uma das principais riquezas da Raia Ibérica provém da presença de áreas protegidas ao longo de toda a fronteira. A conservação deste rico património natural é consolidada através da sua incorporação na Rede Natura 2000. A Rede Natura 2000 interfronteiriça inclui Lugares de Interés Comunitario (LIC) e Zonas de Especial Protección para las Aves (ZEPA) na zona espanhola e por Zonas de Proteção Especial (ZPE) e Sítios de Interesse Comunitário (SIC) na área portuguesa. Em Portugal, na área fronteiriça, localizam-se também espaços da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).
- ✦ **Biodiversidade:** caracterizada pela elevada diversidade biológica e de habitats deste Espaço de Cooperação em relação ao conjunto da Europa, tanto pela sua riqueza natural como pelo seu elevado património ecológico e níveis de endemismo.
  - ✦ Ainda assim, o mau planeamento e ordenamento do território, diversas formas de poluição e a pressão do turismo das duas últimas décadas são algumas das principais causas de empobrecimento e degradação do meio natural.
  - ✦ Importa destacar a existência de vastas áreas de Alto Valor Natural em terras de cultivo com uma grande importância para as aves. Não obstante, as alterações ao uso da terra agrícola é uma das principais causas da diminuição da biodiversidade na Europa.
- ✦ **Riscos naturais:** constituem uma das maiores ameaças tanto do ponto de vista ambiental, como para o bem-estar da população e para o setor produtivo.
  - ✦ As causas são episódios naturais por vezes agravados pela ação antrópica.
  - ✦ Os riscos naturais que influenciam no espaço transfronteiriço Espanha-Portugal são: sismicidade, erosão, desertificação e compactação, deslizamentos, inundações, incêndios florestais e seca. Destes, os incêndios florestais e a seca constituem as principais ameaças.
- ✦ **Gestão de resíduos:** existem carências em infraestruturas de tratamento e gestão de resíduos, separação e reciclagem. Permanece como um importante desafio ambiental no espaço transfronteiriço, apesar da sua evolução positiva durante a última década.

A estratégia deve ser orientada para a prevenção da sua produção e para a gestão sustentável.

- ✦ **Alterações climáticas:** prevê-se uma tendência para condições mais áridas na maior parte da Península Ibérica com a diminuição da precipitação. As medidas de adaptação no domínio ambiental são fundamentais.
  - ✦ Portugal é vulnerável à subida do nível do mar e erosão costeira e Espanha é muito vulnerável às alterações climáticas que afetam a disponibilidade de recursos hídricos, a biodiversidade, os ecossistemas naturais, a erosão, estado das zonas costeiras e saúde humana.
  - ✦ As principais causas são a utilização de combustíveis fósseis, a agricultura, as mudanças no uso do solo, a deflorestação e alguns processos industriais.
  - ✦ É necessário promover o uso sustentável da água e a proteção dos aquíferos, manter os sistemas de dunas, zonas húmidas e proteger a vegetação ripícola. Do mesmo modo, desenvolver planos de combate a incêndios, ordenamento do território e floresta, conservação da biodiversidade e combate à desertificação.
  - ✦ Por outro lado, prever os efeitos das alterações climáticas sobre os setores económicos como a agricultura, a criação de gado, a pesca, o setor florestal e o turismo é indispensável.
- ✦ **Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE):** Os principais mecanismos de poluição atmosférica são os processos industriais que envolvem combustão, tanto nas indústrias, como em automóveis e aquecimento nas residências. A principal contribuição para as emissões corresponde à energia e transportes.
- ✦ **Dependência energética:** é um dos grandes desafios a enfrentar. A Península Ibérica encontra-se numa situação de vulnerabilidade energética. Por isso, os interesses de segurança energética situam-se no contexto mediterrâneo imediato.
  - ✦ Portugal é altamente dependente do processamento de combustíveis fósseis importados para satisfazer as suas necessidades energéticas.
  - ✦ Em Portugal, no setor das energias renováveis incluem-se as centrais hidroelétrica e a energia eólica.
  - ✦ Em Espanha a energia renovável é principalmente representada pela energia hidráulica. Espanha encontra-se entre as cinco principais nações investidoras em energias renováveis no âmbito internacional. Salienta-se a importância da energia eólica.

- ✦ O consumo de energia renovável de ambos os países está acima da média europeia.

Da **análise de alternativas do POCTEP 2014-2020** face à Alternativa 0, não implementação do PO; e à Alternativa 1, continuação das medidas do POCTEP 2007-2013, retiram-se as seguintes conclusões:

- ✦ **Alternativa 0**, não realização do Programa: conduziria a uma repercussão financeira negativa ao não aproveitar o cofinanciamento previsto para o desenvolvimento das atuações e da contrapartida nacional que consegue mobilizar ditos fundos.

Por outro lado, poderia afetar o cumprimento dos objetivos de Cooperação Territorial relativos às atuações em zonas com interesses e vínculos comuns e às soluções comuns promovidas pelas autoridades de ambos os países nos domínios do desenvolvimento urbano e rural; relações económicas; e PME.

Além disso, não favorece a contribuição para os objetivos ambientais em qualquer de seus campos.

- ✦ **Alternativa 1**, continuação das medidas do POCTEP 2007-2013: implicaria a não intervenção em alguns domínios estratégicos contemplados nos regulamentos do período 2014-2020. Tal afetaria negativamente o contributo dos objetivos da Estratégia Europa 2020 e a resposta a determinadas problemáticas existentes.

Além disso, esta alternativa não permite incidir nos novos aspetos que garantem uma maior eficácia do Programa. Adicionalmente, limita a aposta numa abordagem mais estratégica na conceção do Programa. E não permite incorporar as lições aprendidas com a experiência.

- ✦ **Alternativa 2**, POCTEP 2014-2020: apresenta uma abordagem mais estratégica e focalizada nos aspetos prioritários que, através da cooperação, podem ser abordados de forma mais eficaz.

Espera-se que esta alternativa tenha efeito sobre a conservação e valorização do património natural e cultural; preservação dos ecossistemas e da biodiversidade; na melhoria da gestão dos recursos (água, energia, uso de outros inputs); na redução dos riscos naturais e seus efeitos adversos; e na integração ambiental de forma transversal a o Programa Operacional

Apresenta uma estrutura mais adequada para contribuir para os mencionados objetivos ambientais, tanto por incluir um maior número de tipologias de atuação de carácter ambiental, como por descartar outras com efeitos de sinal negativo relacionadas com a dotação de infraestruturas logísticas e de comunicação.

**74,71%** dos **efeitos** associados às atuações do **POCTEP 2014-2020** são de caráter **positivo** e apenas **1,15%** dos efeitos podem produzir um impacto potencial paisagístico negativo devido à implantação de infraestruturas destinadas à prevenção e luta contra riscos naturais. Os 24,14% de efeitos restantes foram considerados não significativos.

A eficiência dos recursos e a população e a saúde humana são os aspetos ambientais que são mais beneficiados pela execução do POCTEP 2014-2020.

Por outro lado, se analisarmos o contributo de cada um dos objetivos específicos do Programa, os OE.5B e OE.6F, relativos ao aumento da resiliência aos riscos naturais e ao aumento da eficiência no uso dos recursos naturais, respetivamente, são os que têm maiores efeitos positivos no ambiente devido à sua temática, juntamente com o OE.1A, que respeita, às linhas de investigação em prol da competitividade internacional devido à sua transversalidade.

Uma vez analisados os efeitos previstos do PO sobre o ambiente, **propõem-se uma série de medidas corretoras ou critérios ambientais** a ter em conta **com o objetivo de prevenir, reduzir e compensar** os potenciais efeitos negativos que possam ser gerados.

As **medidas de correção** específicas propostas em relação ao Objetivo Temático 5.B, de *aumentar a resiliência aos riscos naturais*, o único com efeitos negativos esperados para o ambiente envolvem:

- + Consideração da seleção da localização, projeto e materiais das infraestruturas.
- + Priorização de infraestruturas existentes.
- + Atenção especial para o caso de se tratarem de áreas pertencentes à Rede Natura 2000.

De forma genérica, fornece-se uma série de recomendações e critérios de seleção para melhorar os efeitos positivos. Eles consideram:

- + Incorporação de elementos de integração ambiental no processo de seleção associados às convocatórias.
- + Avaliação, durante as convocatórias, da necessidade de realizar uma Avaliação do Impacto Ambiental naqueles projetos que o exijam de acordo com a *Diretiva 2011/92/UE*.
- + Aproveitar as lições aprendidas durante o período 2007-2013 em relação aos critérios de seleção, tais como prestar particular atenção à avaliação de projetos que afetem espaços e recursos incluídos na Rede Natura 2000.

Finalmente, a fim de monitorizar os efeitos sobre o ambiente resultantes da aplicação do POCTEP 2014-2020, **define-se um sistema de monitorização ambiental com base nos indicadores do programa**, que foi complementado com alguns dos **indicadores propostos no Documento de Definição de Âmbito**.

## 7. ANEXOS

### 7.1. ANEXO I: DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES DE CUMPRIMENTO OBRIGATÓRIO

#### Comunitária

- Directiva 2013/38/UE, del Parlamento Europeo y del Consejo, de 12 de agosto de 2013, por la que se modifican las Directivas 200/60/CE y 2008/105/CE en cuanto a las sustancias prioritarias en el ámbito de la política de aguas.
- Directiva 2008/105/CE, de 16 de diciembre, del Parlamento Europeo y del Consejo, relativa a las normas de calidad ambiental en el ámbito de la política de aguas.
- Directiva 2007/60/CE, de 23 de octubre, del Parlamento Europeo y del Consejo, relativa a la evaluación y gestión de los riesgos de inundación.
- Directiva 2006/118/CE, de 12 de diciembre, del Parlamento Europeo y del Consejo, relativa a la protección de las aguas subterráneas contra la contaminación y el deterioro.
- Directiva 2006/44/CE, de 6 de septiembre, del Parlamento Europeo y del Consejo, relativa a la calidad de las aguas continentales que requieren protección o mejora para ser aptas para la vida de los peces.
- Directiva 2006/11/CE, de 15 de febrero, del Parlamento Europeo y del Consejo, de contaminación causada por sustancias peligrosas vertidas en medio acuático de la Comunidad.
- Directiva 2006/105/CE, de 15 de febrero, del Parlamento Europeo y del Consejo, por la que se regula la calidad de las aguas de baño.
- Directiva 2004/35/CE, de 21 de abril, del Parlamento Europeo y del Consejo, sobre responsabilidad medioambiental en relación con la prevención y reparación de daños medioambientales.
- Directiva 2000/60/CE, de 23 de octubre, del Parlamento Europeo y del Consejo, por la que se establece el Marco comunitario de actuación en el ámbito de la política de aguas.
- Directiva 98/83/CE, de 3 de noviembre, del Consejo, relativa a la calidad de las aguas destinadas al consumo humano.
- Directiva 91/676/CEE, de 12 de diciembre, relativa a la protección de las aguas contra la contaminación producida por nitratos utilizados en la agricultura.
- Directiva 91/271/CE, de 21 de mayo, del Consejo, sobre el tratamiento de las aguas residuales urbanas.

#### Nacional

- Real Decreto legislativo 1/2001, de 20 de julio, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley de Aguas (texto consolidado).
- Ley 11/2005, de 22 de junio, por la que se modifica la Ley 10/2001, de 5 de julio, del Plan Hidrológico Nacional.
- Real Decreto-Ley 11/1995, de 28 de diciembre, por el que se establecen las normas aplicables al tratamiento de las aguas residuales urbanas.
- Real Decreto 1514/2009, de 2 de octubre, por el que se regula la protección de las aguas subterráneas contra la contaminación y el deterioro.
- Real Decreto 2090/2008, de 22 de diciembre, por el que se aprueba el Reglamento de desarrollo parcial de la Ley 26/2007, de 23 de octubre, de Responsabilidad Ambiental.
- Real Decreto 1620/2007, de 7 de diciembre, por el que se establece el Régimen Jurídico de la reutilización de las aguas depuradas.
- Real Decreto 1341/2007, de 11 de octubre, por el que se regula la gestión de la calidad de las aguas de baño.
- Real Decreto 125/2007, de 2 de febrero, por el que se fija el ámbito territorial de las demarcaciones

**Comunitária**

hidrográficas.

- Real Decreto 435/2004, de 12 de marzo, por el que se regula el Inventario nacional de zonas húmedas.
- Real Decreto 140/2003, de 7 de febrero, por el que se establecen los criterios sanitarios de la calidad de agua del consumo humano.
- Real Decreto 261/1996, de 16 de febrero, sobre protección de las aguas contra la contaminación producida por nitratos.
- Real Decreto 927/1988, de 29 de julio, por el que se aprueba el Reglamento de la Administración Pública del Agua y de la Planificación Hidrológica.
- Real Decreto 849/1986, de de abril, por el que se aprueba el Reglamento del Dominio Público Hidráulico (texto consolidado).
- Orden ARM/1312/2009, de 20 de mayo, por la que se regulan los sistemas para realizar el control efectivo de los volúmenes de agua utilizados por los aprovechamientos de agua del dominio público hidráulico, de los retornos al citado dominio público hidráulico y de los vertidos al mismo.

**Ordenamento**

- Ley 10/2001, de 5 de julio, del Plan Hidrológico Nacional.
- Ley 11/2005, de 22 de junio, por la que se modifica la Ley 10/2001, de 5 de julio, del Plan Hidrológico Nacional.
- Real Decreto Ley 2/2004, de 18 de junio, por el que se modifica la Ley 10/2001, de 5 de julio, del Plan Hidrológico Nacional.
- Real Decreto 126/2007, de 2 de febrero, por el se regulan la composición, funcionamiento y atribuciones de los comités de autoridades competentes de las demarcaciones hidrográficas con cuencas intercomunitarias.
- Real Decreto 285/2013, de 19 de abril, por el se aprueba el Plan Hidrológico de la parte española de la Demarcación Hidrográfica Miño-Sil.
- Orden ARM 2625/2008, de 10 de septiembre, por la que se aprueba la instrucción de la planificación hidrológica [Corrección de errores mediante Orden ARM/2625/2008, de 10 de septiembre. BOE de 12 de febrero de 2009].

**7.2. ANEXO II: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES CONSULTADAS**

- + Agência Portuguesa do Ambiente (APA) <http://www.apambiente.pt/>
- + Agrupación Europea de Cooperación Territorial (AECT) Duero-Douro <http://www.duero-douro.com/index2.php?pagina=main&lang=es>
- + Atlas Climático Ibérico Servicios Meteorológicos de Portugal (IM, I.P.) y de España (AEMET).
- + BARREIA, ANA (2008). La Gestión de las cuencas hispano-portuguesas: El Convenio de Albufeira. Fundación Nueva Cultura del Agua. Panel científico-técnico de seguimiento de la política de aguas. Convenio Universidad de Sevilla-Ministerio de Medio Ambiente. Instituto Internacional de Derecho y Medio Ambiente.

- + CASTAÑO MADROÑAL y QUINTERO MORÓN (1995): «La fiesta como vehículo de relaciones interfronterizas. Las nuevas relaciones en el marco de la Unión Europea», en Actas de las Jornadas transfronterizas sobre la contienda HispanoPortuguesa, Tomo I. Escuela Taller la Contienda de Aroche.
- + Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional:
  - + Norte [www.ccdr-n.pt](http://www.ccdr-n.pt)
  - + Centro [www.ccdrc.pt/](http://www.ccdrc.pt/)
  - + Lisboa e Vale do Tejo (LVT) [www.ccdr-lvt.pt](http://www.ccdr-lvt.pt)
  - + Alentejo [www.ccdr-a.gov.pt](http://www.ccdr-a.gov.pt)
  - + Algarve [www.ccdr-alg.pt](http://www.ccdr-alg.pt)
- + Comunidad de Trabajo Galicia-Norte de Portugal <http://www.galicia-nortept.org/index.php/es/home>
- + Comunidad de Trabajo Castilla y León-Norte de Portugal [http://www.norcyl.eu/index\\_ES.asp](http://www.norcyl.eu/index_ES.asp)
- + Comunidad de Trabajo Castilla y León-Centro de Portugal [http://www.cencyl.eu/index\\_ES.asp](http://www.cencyl.eu/index_ES.asp)
- + Comunidad de Trabajo Beira Interior Norte-Salamanca <http://www.territoriobinsal.com/>
- + Directorio Transfronterizo de productores ecológicos y artesanales. Salamanca, Beira Interior Norte y Douro Superior. Septiembre 2008.
- + DGOTDU (2004). Desertificação em Portugal: incidência no Ordenamento do Território e no Desenvolvimento Urbano. Vol. 1 - Caracterização dos Processos de Desertificação e Tipologia das Zonas Afectadas. Lisboa, MCOTA-DGOTDU, 185 p. (digitalizado varias páginas).
- + Documento Único de PROGRAMAÇÃO INTERREG III 2000-2006. Cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional/ Dirección General de Fondos Comunitarios y Financiación Territorial. Dezembro 2001.
- + Euroregión Alentejo Algarve Andalucía (EUROAAA) <http://www.euroaaa.eu/site/index.php>
- + Euroregión Alentejo Centro Extremadura (EUROACE) <http://www.euro-ace.eu/es>
- + European Spatial Planning Observation Network (ESPON) <http://www.espon.eu/>

- + European Environment Agency- Countries <http://www.eea.europa.eu/soer/countries>
- + FONT TULLOT, I (2000): Climatología de España y Portugal- Ediciones Universidad de Salamanca. 415p. [books.google.es/books?isbn=8478009442](http://books.google.es/books?isbn=8478009442)
- + GOMES, M. (1991): O mundo mediterrâneo, sua diversidade e seu futuro. Loulé.
- + Informe de Sostenibilidad Ambiental. Evaluación Estratégica Ambiental del Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España-Portugal 2007-2013. Documento de ECOTEC- IESE. Madrid, 24 de noviembre de 2006.
- + Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas <http://www.icnf.pt/portal>
- + Instituto Geográfico Português. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território [http://www.igeo.pt/e-IGEO/egeo\\_downloads.htm](http://www.igeo.pt/e-IGEO/egeo_downloads.htm)
- + Instituto Nacional de Estadística (INE España y Portugal) La Península Ibérica en Cifras 2012 - Territorio y Medio Ambiente.
- + MARQUEZ DOMINGUEZ, J.A. (2004): Dinámicas territoriales y euroregión en el suroeste peninsular, en fronteras en movimiento, págs. 177-198
- + MARQUEZ DOMINGUEZ, J.A. (2011). "Deconstrucción y Articulación Territorial de la Frontera Luso-Andaluza". Cuadernos Geográficos, 47 (2010-2), pp. 297-316.
- + MEDEIROS, EDUARDO J. R. (2009). A Cooperação Transfronteiriça na Raia Ibérica Uma síntese geográfica dos impactes territoriais do INTERREG-A. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (CEG / IGOT-UL) NEST - Núcleo de Estratégias e Políticas Territoriais, 91 p.
- + MEDEIROS, EDUARDO J. R. (2011). Efeito Barreira e Cooperação Transfronteiriça na Raia Ibérica. Impactes Territoriais do INTERREG-A. Guarda, Centro de Estudos Ibéricos / Âncora Editora [Vol. 18 da Colecção Iberografias], 291 p.
- + MEDINA GARCÍA, EUSEBIO (2006). «Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa (La Raya)». Revista de Estudios Extremeños Tomo LXII (II Mayo-Agosto). 0210-2854, pags. 713-723.
- + Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.
- + Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. Instituto do Ambiente. Relatório do Estado do Ambiente REA 2003 (<http://es.scribd.com/doc/11616276/Relatorio-do-Estado-do-Ambiente-2003-Ministerio-do-Ambiente>)

- + Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente (MAGRAMA). Biodiversidad- Inventarios Nacionales. <http://www.magrama.gob.es/es/biodiversidad/temas/inventarios-nacionales/>
- + NINYEROLA M, PONS X Y ROURE JM. (2005). Atlas Climático Digital de la Península Ibérica. Metodología y aplicaciones en bioclimatología y geobotánica. ISBN 932860-8-7. Universidad Autónoma de Barcelona, Bellaterra.
- + Política Regional-InfoRegio. Programa en el marco del objetivo de cooperación territorial europea cofinanciado por el Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER)[http://ec.europa.eu/regional\\_policy/country/prordn/details\\_new.cfm?gv\\_PAY=ES&gv\\_reg=ALL&gv\\_PGM=1254&gv\\_defL=7&LAN=8](http://ec.europa.eu/regional_policy/country/prordn/details_new.cfm?gv_PAY=ES&gv_reg=ALL&gv_PGM=1254&gv_defL=7&LAN=8)
- + Proceso de consultas al partenariado para la preparación del Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España- Portugal (POCTEP) 2014-2020.
- + Programa Cooperación Transfronteriza España-Portugal. <http://www.poctep.eu/index.php>
- + Programa Operativo de Cooperación Transfronteriza España- Portugal (POCTEP) 2007- 2013.
- + Red telemática CLIVAR (Climate Variability and Predictability)-España. Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino (MARM)- Secretaria de Estado de Cambio Climático. Informe 'Clima en España: Pasado, presente y futuro' (2010).

RegioPlus  
Consulting 

[www.regioplus.eu](http://www.regioplus.eu)

C/ San Diego, 15  
28801 Madrid

T. +34 91 883 80 08  
F. +34 91 879 88 19

Gta. Fernando Quiñones, s/n  
41940 Sevilla

T. +34 95 415 42 68

Rue Louis Scutenaire, 7/8  
B - 1030 Bruselas

T. +32 (0) 2 742 25 80